

APRESENTAÇÃO: FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA: O SENTIDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – 1 –

“Festa para que te quero?”, daremos a resposta: Te quero para escrever e viver com mais leveza a tragédia e a dor da existência”. (Albuquerque Jr., 2011, p. 149)

Nos últimos anos, temos nos dedicado a construir juntamente com a sociedade, por meio de uma ética dialógica (Menezes, 2009), outro sentido para a Festa de Santo Antônio de Barbalha, o sentido do Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial, conforme instituído pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – 2 –.

É dispensável reiterar o papel que tal celebração ocupa na(s) formação(ões) identitária(s) dos moradores da cidade de Barbalha e seus distritos, e em todo o Cariri, construindo novas temporalidades, territórios e papéis sociais para os que dela participam.

A Festa de Santo Antônio é uma referência cultural do barbalhense e independente do reconhecimento de um órgão público, como é o Iphan, junho é e permanecerá sendo tempo de celebrar Santo Antônio em Barbalha e em inúmeras cidades brasileiras em seus folguedos juninos – que assumem formas e sentidos diversos –

até que os grupos sociais que as agenciam considerem-nas pertinentes – 3 –. E em Barbalha, a celebração a Santo Antônio ganha contornos particulares por meio do Carregamento do Pau da Bandeira.

O livro *Sentidos da devoção: festa e carregamento em Barbalha* propõe apresentar algumas reflexões tecidas sobre a Festa de Santo Antônio em campos disciplinares variados, como História, Geografia, Antropologia, Pedagogia, Cinema e Turismo, evidenciando a natureza interdisciplinar da instrução dos processos de reconhecimento das práticas culturais como Patrimônio Cultural Brasileiro. Existem poucos trabalhos acadêmicos defendidos e publicados sobre a Festa, dessa forma, esta publicação pretende provocar o preenchimento de uma lacuna editorial e também servir de leitura inicial, estimulando novas pesquisas sobre a celebração.

A seleção de autores e imagens foi fruto das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da celebração. Atualmente, o Iphan-CE possui um acervo de mais de 3 mil registros da festa, como entrevistas, fotografias, matérias em periódicos, além do próprio INRC. A sistematização de informações sobre o bem cultural por meio do inventário e a publicação deste livro configuram-se como ações de *salvaguarda*, entendida pela UNESCO como “medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão [...]” (UNESCO, 2004, p. 374). A ação contínua e sistemática de documentação dos bens culturais por meio dos inventários talvez seja uma das

medidas mais salutares do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) desenvolvido pelo Iphan em atenção à recomendação da UNESCO.

Contudo, como membros de uma instituição que tem como propósito construir e executar políticas públicas, nós, historiadores do Iphan, não temos os inventários como ações que se esgotam em si mesmas. Os inventários são espaços em que por meio de uma abordagem etnográfica e histórica as práticas culturais são percebidas em sua complexidade (Morin, 2007), nos quais são evidenciados os conflitos e as lutas de representação (Chartier, 1990), o que também envolve alianças e convergências – 4 –. Eles servem como o principal subsídio para a composição dos Planos de Salvaguarda, que é quando, de fato, o Iphan organiza uma política específica para o bem cultural registrado.

Neste ponto, cabe fazermos uma observação sobre os planos de salvaguarda e a perspectiva do Iphan para com essas práticas culturais, pelo menos no âmbito do Iphan-CE. De nenhuma forma percebemos o Iphan como uma instituição apenas mediadora de tensões, missionária, pacificadora e preservacionista – como se houvesse uma prática cultural original ou pura a ser preservada –, o que a ideia de “salvaguarda” pode equivocadamente suscitar. Pelo contrário, reconhecemos que o Iphan cria tensões, produz discursos e passa a ser mais um agente atuando no campo. Ainda mais no mundo contemporâneo, quando o presentismo nos transforma em consumidores desenfreados de produtos mnemônicos (Hartog, 2006). Ser reconhecido institucionalmente como patrimônio cultural é uma forma de distinção que acaba garan-

tindo mais publicidade, recursos financeiros, torna seus praticantes estabelecidos (Elias; Scotson, 2000; Bourdieu, 2007).

Estamos emaranhados nessa teia institucional que não deixa de perceber a Nação como justificativa – 5 –. Então, optamos sempre por evidenciar nossa inventividade, nossa participação na escrita da fábula da Nação (Ramos, 2012); tendo a festa “como uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos” (Albuquerque Jr., 2011, p. 146). Este livro, por exemplo, é uma seleção. Assim como as fotografias, exposições, entrevistas e vídeos que tentam mediatizar a Festa também são escolhas, compõem uma narrativa. Hoje, no INRC da celebração, temos aproximadamente 50 bens culturais definidos como “associados” à Festa. Enfim, suas partes (ex: a Igreja Matriz, os Penitentes, a preparação da comida dos carregadores, o levantamento do Pau da Bandeira), mas por mais fichas de inventário que venhamos a criar nunca conseguiremos somar todas as partes que fazem a Festa de Santo Antônio. A Festa é sempre um “sendo” (Elias, 2011). E se pudéssemos definir um ponto de convergência entre todos os ensaios aqui reunidos seria a percepção da constante ressignificação pela qual passa a Festa de Santo Antônio de Barbalha.

Para concluir, gostaríamos de agradecer aos autores que prontamente aceitaram o convite para colaborar com esta publicação e aos nossos amigos e funcionários do Iphan Alexandre Jacó, Elisabete Gonçalves, Jeferson Hamaguchi e Vicente Alves da Silva, que de formas diversas têm nos ajudado no processo de registro da Festa de

Santo Antônio. Por fim, retomando a epígrafe que abre esta apresentação, convidamos os leitores para irem a Barbalha em junho e tornarem-se mais leves para viver o fardo do cotidiano.

Boa leitura!

Os Organizadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. Festas para que te quero: *por uma historiografia do festejar*. Patrimônio e memória, Assis, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/147/147>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: *crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, n. 36, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra. *A problemática do valor no campo do patrimônio cultural*. Conferência de Abertura da Oficina de Vassouras do Programa de Especialização em Patrimônio. Brasília: IPHAN, 2009. 1 DVD.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O fato e fábula: *o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial. In: CURY, Isabelle. (Org.).

Cartas patrimoniais. 3 ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 371-390.

VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: *a rede das festas populares brasileiras*. Revista do Patrimônio, Brasília, n. 32, p. 303-315, 2005.

FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA-CEARÁ: SAGRADO E PROFANO EM CIRCULARIDADES DE SIGNIFICADOS

José Clerton de Oliveira Martins

Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza – Unifor.

INTRODUÇÃO

A festa de Santo Antônio de Barbalha, no Ceará, chama atenção por seus elementos tão peculiares e, sobretudo, pela mescla entre elementos ditos sagrados e profanos. Chama atenção por sua bebida característica presente em todos os seus âmbitos – a cachaça –, fabricada em seus engenhos e consumida como elemento sagrado, levado em uma carroça que apresenta como título em seu carro-barril – “Cachaça do Sr. Vigário”.

Chama atenção por seu mastro, ao mesmo tempo sagrado e profano. O famoso Pau da Bandeira de Santo Antônio – ou simplesmente “Pau”. Na verdade, um mastro eleito pelos homens da cidade; como digno de ser hasteado em nome de todos,

dado aos esforços e cuidados investidos pelos implicados, os carregadores do Pau, no processo de ritualização em que um tronco de árvore transforma-se no “pau da bandeira de Santo Antônio”, indo desde a escolha até o transporte ao local onde será hasteado com a sagrada bandeira do Santo, muitos significados envolvem esta prática popular de mais de cem anos.

Assim, convocar os elementos desta festa tão plena de peculiaridades é o objeto deste texto. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de um estudo de abordagem qualitativa sobre o fenômeno festa, com o objetivo de explicitar o caráter da festa religiosa/popular brasileira, a partir do caso em pauta.

Para tanto nos valem principalmente de dois trabalhos elaborados pelo autor, o texto monográfico intitulado: “Viva o pau!... Viva Santo Antônio!... Os sentidos da festa religiosa”, apresentado no ano de 2005 ao Instituto Federal do Ceará (IFCE), com base em observações e visitas à festa de Santo Antônio de Barbalha, e o texto em forma de artigo “E viva o pau!!!! E viva Santo Antônio!!!! O sagrado e o profano na festa católica brasileira”, elaborado pelo autor em conjunto com Edwilson Freire, apresentado no encontro Folkcon realizado em Teresina-PI no ano de 2006, e publicado em seus anais. Partimos, tentando explicitar o que significam as festas populares em termos conceituais, para logo nos direcionarmos às questões específicas ao tema em foco.

AFINAL, O QUE SÃO AS FESTAS POPULARES?

Comenta-se que as festas, sobretudo em lugares como o nosso diverso Brasil, tendem a ser vistas como “válvulas de escape”, espaços para a fruição e divertimento, liberação de tensões acumuladas no cotidiano. Seria um fenômeno resultante das práticas de relaxamento das tensões sociais provocadas pelo poder dominante, ou ainda, um dos processos de reordenação das relações sociais, em que ocorreria uma transgressão simbólica da ordem, que daria passo e permitiria a pacificação das pressões sociais, liberadas por meio dos rituais presentes na festa, ou por ela mesma em sua totalidade (Martins, 2002).

Embora as festas se apresentem com essa feição, não seria correto analisá-las dentro de um único modelo restritivo (Amaral, 2004). Mesmo porque elas são inúmeras, com objetivos e configurações variadas e peculiares, oscilando desde eventos exclusivamente “profanos”, como o Carnaval, até momentos tradicionais, folclóricos e populares variados. O brasileiro participa tanto de festas simples do interior, famosas e antigas, como a do Divino em Pirenópolis, GO (Gonçalves, 1998), como também de festas que se transformaram em espetáculos grandiosos como o atual e sofisticado Boi-Bumbá de Parintins no Amazonas (Machado, 1997), entre outras expressões tão significativas dos diversos ciclos das celebrações do calendário e fora dele.

A todo o momento inventamos uma festa particular para transformar um tempo insuportavelmente imposto e retomarmos nossa harmonia na existência cotidiana, tão cheia de ordem. Daí buscarmos, ainda que em âmbito restrito, “mudar o tempo”, mudando a nós mesmos, promovendo pequenas rupturas.

O que parece ter tecido historicamente a festa brasileira foi a construção da sociabilidade no país (Del Priore, 1994). Festa e religiosidade teriam contribuído na mediação entre as diferenças culturais que se instalaram historicamente no Brasil, o que teria dado origem a uma cultura nacional diversificada (Amaral, 1998).

Mesmo os estrangeiros que visitaram o Brasil ao longo de sua história reconhecem que a festividade era um traço marcante da sociedade brasileira (Ewbank, 1976).

Numa análise geral, o fenômeno festivo no Brasil poderia ser explicado dentro do modelo antropológico que o insere em formas de reiteração e negação, ao mesmo tempo, da organização social, em momentos de uma seleção de elementos a serem festejados (relembrados) e outros a serem relegados ao esquecimento. Neste sentido, a festividade constituiria “um evento transcendente, um mundo ideal [...] onde a imaginação tudo pode engendrar, transformar, refazer” (Amaral, 1998, p. 7). Ou, como diz Mauro Passos, a festa é “um ato coletivo extra-ordinário, extra-temporal e extra-lógico” (2002, p. 17).

A festa ainda pode ser entendida como uma circularidade de sentidos, que se distancia de modelos conceituais e se aproximam mais das sugestões simbólicas polivalentes, nelas presentes. Em outras palavras, a experiência dos mais diversos elementos dos acontecimentos festivos representa uma configuração não real da vida social, tudo seria um sonho, uma fantasia. Todos os papéis, os estatutos e as funções sociais seriam redistribuídos nos campos da indistinção, da interpenetração, da fusão e do vago (Sanchis, 1983). É essa mesma análise que Roberto Da Matta faz do Car-

naval ao afirmar que este momento não passa de “uma mentira, uma ilusão e um ar-dil de três noites” (1997, p. 34).

Por outro lado, observa-se uma simplificação do conceito de “festa”, definindo-a basicamente como uma “bricolagem de ritos, folguedos e festejos de *devoção* e de pura e simples *diversão*” (Brandão, 1986, p. 13). Seria uma “conspiração” contra o trabalho produtivo e sua ordem social, e contra a casa e o seu domínio. Por isso, a festa popular acontece na rua, nos “espaços públicos”, constituindo-se uma ruptura ao “tempo do trabalho” (Aguirre, 1993).

Da Matta (1985) observa que a festa promove o deslocamento de atividades rotineiras de seus espaços “comuns/normais” (a casa, a igreja e outros) para a rua, criando-se assim a sensação de um tempo “fora do normal/louco”, uma temporalidade diferente, em outros lugares de fácil apropriação coletiva e participação efetiva. Enfim, a festa quebraria a associação cotidiana de espaços específicos ligados socialmente a atividades específicas.

Na observação de Huizinga (1987), a vida é um eterno suceder entre o tempo de trabalho e o tempo de festa. Para ele o que põe sentido a cada um é a existência dos dois na vida dos seres humanos. Assim, para que exista o *faber*, deve existir o *ludens*, do contrario, a vida seria algo insuportável. A festa é um contexto, um ambiente, um fenômeno cultural global não redutível a ritual ou cerimônia, nem mesmo a uma atitude (Martins, 2002).

Além do que se entende, as festas representam rupturas nas rotinas, sobretudo no suceder das horas de trabalho instituído. Na vivência prática, percebemos o tempo como uma sucessão de trabalho e festa e neste suceder uma diferenciação, uma mudança de atitude das pessoas entre um tempo e o outro. No tempo de trabalho, uma postura e uma atitude séria, em geral até um pouco artificial. No tempo de festa, uma postura e uma atitude lúdica, alegre, desarmada, criativa, natural e espontânea.

A regulamentação do tempo nos parece natural. Existem vários e diferentes tempos: de plantar, de colher, de trabalhar, de celebrar etc. O calendário estabelece e sinaliza os tempos de festa, os tempos de descanso, de trabalho e os dias obrigatórios de suspensão do trabalho, tal como institui a cultura da sociedade. Assim, sob forte orientação religiosa cristã, sobretudo no mundo ocidental, a regulamentação do tempo consiste em estabelecer os ritmos pautados entre festa e trabalho.

As festas representam a transição entre os tempos, pois se ritualiza através de uma festa a transformação entre um tempo e outro. Basta observar e encontramos; quando uma sociedade promove algum tipo de mudança, aí se celebra uma festa.

Ao observarmos com rigor, percebemos que o homem sempre tem celebrado com festa as mudanças: a passagem do sol, as mudanças climáticas, as mudanças de atividade, mudanças de *status*, os nascimentos, as mortes, as vitórias, as fundações, as liberações etc. É um exercício e ao mesmo tempo construção da memória coletiva.

A festa significa romper total com a vida cotidiana, uma experiência intensa e coletiva, caracterizando-se ainda pela ruptura entre atores e espectadores, fazendo de

todos, ao mesmo tempo, um ator presente inteiramente que também é espectador. Nesse sentido a festa supõe inversão de papéis, transgressão à hierarquia e a todos os papéis do mundo profano. Ela sugere a participação coletiva até um êxtase a partir de uma nova ordem, segundo Aguirre (1993), uma desordem, que mantém os elementos de base da organização na vida cotidiana em sociedade.

O autor citado entende a festa como uma experiência coletiva, de caráter originariamente sagrado, na qual se vivencia ritualmente o caos, como forma de destruição de um tempo velho e para vislumbrar um novo começo, um tempo novo, cheio de energia e força, uma nova vida.

A festa, nesta perspectiva, contrapõe o espaço-tempo lúdico ao espaço-tempo trabalho. É um significativo e fundamental feito sociocultural no qual se firmam múltiplos aspectos etnopsicossociais (Aguirre, 1993).

A FESTA ENQUANTO RITUAL

Ao pensarmos em termos antropológicos, ao definir o ritual como um discurso simbólico que destaca certos aspectos da realidade e os agrupa através de inúmeras operações como junções, oposições, integrações e inibições, percebemos que a festa integra parte dos rituais. Ritual é uma forma fundamental de interação, segundo Aguirre (1999):

los rituales ponen de manifiesto los valores en su nivel más profundo [...] en el ritual los hombres expresan lo que más les conmueve, y habida cuenta que la forma de expresión es convencional y obligatoria, son los valores del grupo los que en ellos se ponen de manifiesto. En el estudio de los rituales se ve la clave para comprender la constitución esencial de las sociedades humanas.

Ainda seguindo o autor, ritualização é um processo que implica a encarnação de símbolos, associações simbólicas, mediante gestos, ações que signifiquem um sentido especial para quem os pratica num dado contexto. Os rituais, como formas plenas de significado, possibilitam que os atores sociais marquem, negociem e articulem sua existência fenomenológica como seres sociais.

Há muito tempo a antropologia demonstrou que em todas as culturas existem aquilo que se chama de rito de passagem: cerimônias ritualísticas compartilhadas intersubjetivamente no seio de uma cultura, ocasião em que se busca dar expressão simbólica ao fato de que um sujeito mudou algum aspecto significativo de sua personalidade, representativo para seu contexto cultural (Aguirre, 1999). Como o mundo social é produto de convenções e símbolos, todas as ações sociais são realmente feitos rituais ou com possibilidades de ritualização (Da Matta, 1997).

Na literatura antropológica encontramos várias referências sobre os rituais. Essas referências nos mostram indicações de posições teóricas sobre esse tema. As várias teorias sobre os rituais nos falam muitas coisas sobre suas funções: os rituais fazem coisas, dizem coisas, revelam coisas etc., sempre num momento especial que é

compreendido e tido como tal, apenas em dado contexto social, por seu caráter de representação (Da Matta, 1997).

Ainda que observemos diferentes posições nas teorias, o que há de comum nestas várias visões é que os ritos seriam momentos especiais construídos pela sociedade e só no seu contexto é possível de ser compreendido. Desta forma, nenhum espaço é tão propício aos rituais como a festa que até mesmo é confundida com ritual, sendo que na festa não se percebe a divisão entre atores e espectadores, todos ao mesmo tempo executam os dois papéis.

A festa religiosa parece representar, portanto, um espaço imaginário diferente, onde o homem se liberta do constrangimento das hierarquias econômicas e sociais, propondo seus ideais ou fantasiando sobre o futuro. Os mistérios e dramas litúrgicos são aspectos dessa imensa tentativa de impor ao mundo (desde o período feudal, pelo menos, e nas sociedades ocidentais) uma igualdade mítica que contradiz a realidade cotidiana: utopia viva, a festa supõe uma imagem do homem diferente daquela que lhe impõe o sistema social (Amaral, 2004).

Mas, para que servem os rituais? Diferente do que entendemos no senso comum, os rituais são momentos essencialmente cotidianos na vida social. Os momentos comuns e triviais do mundo social podem ser deslocados e assim se transformam em símbolos, que, de acordo com o contexto e o momento, mudam o sentido para o fora do comum, tomando um significado especial (Da Matta, 1997).

Os rituais representam aspectos das relações da sociedade. Uma técnica para mudanças de posição moral da pessoa, do sagrado para o profano, do profano ao sagrado, tendo como base o cotidiano (Leach, 1974 apud Da Matta, 1997). Os ritos ajudam a criar e a construir um tempo e realizam cortes nas rotinas sociais.

UMA FESTA PARA UM PAU SAGRADO EM BARBALHA DE SANTO ANTÔNIO

Investigando sobre a festa em pauta, encontramos em Souza (2000) que a devoção a Santo Antônio existe na região de Barbalha, sul do Estado do Ceará, desde o século XVIII, remontando ao ano de 1778, quando foi solicitado pelo então proprietário da fazenda Barbalha, o capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá, a construção de uma capela em louvor ao santo europeu, em virtude de sua grande popularidade no local.

A capela estaria sendo concluída em 1790 (Neves, 1988 apud Souza, 2000). O crescimento e desenvolvimento de Barbalha se deram em “torno da igreja do seu santo padroeiro”, sendo pouco tempo depois elevada à categoria de vila e assim desmembrada da cidade do Crato, para logo em 1876 ser elevada à categoria de cidade.

A Festa de Santo Antônio acontece no período entre o último domingo de maio ou primeiro de junho e se estende até o dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, quando se realizam as celebrações finais. Nesse período, muitos momentos são observados, sendo interessante, para este trabalho, observá-los sob dois enfoques: o instituído pela igreja e o tomado como popular.

No primeiro enfoque observa-se a festa enquanto uma realização da igreja e das elites locais, onde são priorizados os aspectos rituais da liturgia cristã e o reforço dos valores da propriedade, dos bons costumes, de respeito às diferenças e dos ideais da sociedade rural local. No segundo, nota-se a participação das camadas mais populares e suas representações, sobretudo os homens trabalhadores, executores de atividades simples, como chapeados, marchantes, mestre-de-obras, pintores de paredes, operários da construção etc.

As etapas da festa são várias; no contexto instituído observa-se: a abertura oficial que se dá com uma missa logo no início da manhã com intensa participação popular, a seguir dá-se o desfile folclórico que acontece saindo da igreja matriz pelas principais ruas da cidade, com os grupos de capoeiristas, reisados, maneiro-pau, lapinhas, quadrilhas, bandas cabaçais, penitentes, guerreiros, cocos, Mateus etc., além destes, à frente vão as autoridades da festa, padre, deputados, prefeito, o Capitão do Pau. Nas calçadas e seguindo o desfile, os observadores, turistas e o povo.

A Festa para o Santo nos faz retomar questões sobre as crenças e religiosidades em movimento no país. Pois sabemos, no Brasil, as romarias coincidem com as chamadas “festas de padroeiros”. Nessas festividades religiosas, prevalece o chamado “catolicismo popular”, do qual se fará uma análise logo adiante. As festas de “santos”, diz Alba Zaluar (1973), fazem parte de um sistema de reciprocidade com as divindades cósmicas, em um sistema socialmente construído pelos homens e parte integrante de sua própria visão de mundo.

Numa abordagem da história cultural, entende-se a festa como parte do imbricamento das “ligas” culturais (Chartier, 1990). Alphonse Dupront considera que a religião, como estudo antropológico, apesar de delimitar-se a apenas uma das muitas representações da existência humana, consegue exprimir o próprio caráter humano “quase em sua mais alta e enérgica medida” (1988, p. 83).

Mircea Eliade considera que o estudo da religião seja imprescindível na compreensão do mundo moderno, uma vez que, mesmo no homem conscientemente não religioso, existem marcas inconscientes de um passado no qual a religião representa algo relevante na sua existência. E essas marcas, de tão indelévels que são, estariam demarcando certos comportamentos.

Assim, o homem mais francamente a-religioso partilha ainda, no mais profundo de seu ser, de um comportamento religiosamente orientado (1992, p. 170-1).

Maria Isaura P. de Queiroz (1971) admite que, mesmo no início da colonização no Brasil, o catolicismo já se cindia em oficial e popular, dicotomia trazida pelos portugueses que já a vivenciavam na Europa. Quando este catolicismo cindido entrou em contato com as religiões nativas e os cultos africanos, o resultado teria sido toda uma malha de sincretismos religiosos.

As grandes distâncias, a insuficiência de padres e a vivência própria de religiosidade pelo povo teriam contribuído para que as populações da região do Cariri manifestassem um tipo de catolicismo mais popular e independente do clero, um catolicismo que tende a configurar-se como uma liturgia mais social que religiosa.

Hoje, em todo o Nordeste brasileiro, é possível visitar centenas de centros de romaria, sobretudo nas zonas rurais, onde o chamado “catolicismo popular” é praticado de forma mais livre que nos grandes centros urbanos, onde parece prevalecer o “catolicismo oficial”. Como explica Ferreira Neto, no Brasil a tendência foi se desenvolver um “catolicismo que fugiu dos padrões canônicos, das determinações da Igreja” (2003, p. 528).

A discussão da existência de vertentes distintas das chamadas manifestações culturais “eruditas” ou “institucionais” e “populares” tem varado os anos e mobilizado estudiosos, dentre eles alguns historiadores. Ginzburg (1987), por exemplo, faz uma discussão sobre a “cultura das classes subalternas” e a “cultura das elites” abrindo a possibilidade de se falar em uma “circularidade” entre elas, ou seja, de influências recíprocas que se movem de “baixo para cima” e de “cima para baixo”.

Roger Chartier (1990) analisa a divisão tradicional entre *cultura popular* e *cultura erudita* e admite que inventariar delimitações entre o que seria *popular* e *letrado* constitui-se uma questão complexa, já que não seria possível identificar, nos objetos e nas práticas sociais, um nível cultural ou intelectual que deva ser considerado definitivamente “popular”.

Chartier defende que a preocupação do historiador da cultura deve se identificar com o processo de imbricamento de formas culturais diversas, já que elas não são fechadas em si mesmas. Em outras palavras, os cruzamentos das diversas manifesta-

ções culturais (entre as quais estariam, convencionalmente, as formas “erudita” e “popular”):

Não devem ser entendidos como relações de exterioridade entre dois conjuntos estabelecidos de antemão e sobrepostos (um letrado, o outro popular), mas como produtores de “ligas” culturais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados uns nos outros como nas ligas metálicas (Chartier, 1990, p. 56-57).

Assim, identificar rigidamente elementos de uma “cultura popular”, distintos de uma “cultura erudita”, não seria tarefa fácil ou mesmo desejável, já que seus elementos se encontram ligados entre si. O que antes era considerado “senso comum” e “normal” passou a ser visto pelos pesquisadores de hoje como “algo que varia de sociedade a sociedade e muda de um século a outro, e que, enfim, é ‘construído’ socialmente” (Burke, 1995, p. 21).

Ora, falar de uma “religião popular” abriria a possibilidade de também falar em “religião de elite” ou “religião oficial”. Mas entre elas, ao que tudo indica, não haveria limites rígidos e intransponíveis, uma vez que os usuários da cultura subalterna fariam uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando metamorfoses da lei segundo seus interesses e regras (Certeau, 1994, p. 40).

Mas, o que seria a “religião popular”, ou mais precisamente, o “catolicismo popular”? Alguns autores definem esta expressão simplesmente como um tipo de religião prática, voltada mais para as coisas da Terra (Zaluar, 1983).

Para Michel Vovelle (1991), a religião popular, como objeto de estudo, não deve ser vista como uma realidade imóvel e residual de uma forma “verdadeira” de religião. Em outras palavras, não se pode considerá-la como pertencente a uma “outra religião”, oriunda do paganismo. Por exemplo: orações ditadas pela Igreja se misturavam a preces contra mau olhado (Ferreira Neto, 2003, p. 528).

Falar em religiosidade do “povo” abre uma questão: o que seria, de fato, essa “religião popular”? Seria aquela vivida pelos camponeses, pelo conjunto dos dominados, em oposição à elite dominadora, e pelos leigos, em oposição aos clérigos?

O conceito de “povo” seria: o conjunto de pessoas marginalizadas pelo sistema econômico, os despossuídos de bens materiais, aqueles que não fazem parte da “elite” (Maldonado, 1986). Ou ainda: o conjunto de raças, etnias e grupos marginalizados, enfim, o “bloco social dos oprimidos” pelo sistema capitalista (Dussel, 1986).

Todavia, outros pesquisadores consideram esse conceito restritivo e preferem falar de “povo” como a população total de uma nação, constituída por três elementos, a saber: um sujeito coletivo, uma cultura e uma história comum (Maldonado, 1986).

Nestes encaminhamentos, catolicismo “popular” e o catolicismo “oficial” não poderiam ser estudados como formas estanques de religião, mas como tipos ligados entre si, interdependentes (Delumeau, 1986).

A religiosidade popular pode ser vista como uma busca pelo divino, pautada em relações mais simples, mais diretas e mais rentáveis que as formas “oficiais”. A religi-

osidade popular recusaria a práxis religiosa institucional porque ela seria uma forma abstrata e cerebral de busca do transcendente, ao passo que as práticas populares seriam mais simples, intuitivas, imaginativas e livres. Por sua vez, representam, ainda, uma forma mais direta de contato com o divino, sem mediações hierarquizadas, que parecem avessas ao povo. Por fim, seriam formas mais rentáveis de relacionamento com o divino, quando da satisfação de desejos imediatos (cura de males, por exemplo), já que a religião oficial privilegiaria os prazeres vindouros da eternidade (Maldonado, 1986).

Eduardo Hoornaert (1978), estudando a formação do catolicismo no Brasil (1550 a 1800), propõe algumas respostas para o dilema da dicotomia entre “religião oficial” e “religião popular”. Ele admite a existência daquilo que chama de “catolicismo guerreiro” ou a forma de religião implantada pelos portugueses, como uma “guerra santa” contra as “trevas” em que estariam “mergulhados” indígenas e africanos. A religião católica teria sido usada como base ideológica de sustentação do colonialismo.

O referido autor prefere falar em “manifestações sincréticas do catolicismo”. Segundo ele, no decorrer de sua história, o povo brasileiro teria forjado práticas religiosas próprias, ao mesmo tempo em que era coagido a seguir as práticas oficiais. O próprio povo teria aprendido a desenvolver o sincretismo, definido como “a coexistência de elementos – entre si estranhos – dentro de uma religião” (Hoornaert, 1978, p. 23).

Por fim, há aqueles que insistem para o fato de o catolicismo popular guardar em si resíduos de religiões pré-cristãs ou formas mais ou menos veladas de magia, superstição, paganismo e costumes arcaicos (Maldonado, 1986).

Para Alba Zaluar (1973), tais acusações esconderiam em seu bojo a dicotomia weberiana de magia e religião, que conduziria a uma distinção errônea entre uma religião dos centros urbanos, considerada “superior” e compatível com a modernidade científica, e uma religião das áreas rurais, vista como “inferior”, arcaica e voltada para a magia, para a superstição. Zaluar, todavia, admite que o catolicismo popular brasileiro tem uma lógica interna própria, pautada na praticidade e no utilitarismo.

Para este estudo, “catolicismo popular” é: o conjunto de práticas religiosas não reconhecidas ou não efetuadas pelo clero oficial, e vividas pelos leigos em geral, sejam eles das classes pobres ou ricas. A expressão “devoção popular” é aqui entendida como o conjunto de formas religiosas que fogem da ortodoxia clerical, sem que isto signifique qualquer referência à condição socioeconômica de seus agentes (Schneider, 1996).

O POVO NA RUA: SAGRADO E PROFANO EM CONFLUÊNCIAS E PROFUSÕES

Iniciamos este item com uma longa e precisa citação de Rita Amaral sobre as festas, na qual ela indica que,

As festas parecem oscilar mesmo entre dois polos: a cerimônia (como forma exterior e regular de um culto) e a festividade (como demonstração de alegria e regozijo). Elas podem se distinguir dos ritos cotidianos por sua amplitude e do mero divertimento pela densidade. Na verdade os dois elementos têm afinidades. Durkheim já observava o aspecto recreativo da religião e a cerimônia religiosa é, em parte, um espetáculo (representação dramática, no caso, de um mito ou aspecto dele ou de um evento histórico). Este caráter misto poderia ser tomado com um primeiro termo da definição de festa, pois ela parece ser fundamentalmente ambiguidade: refere-se a um objeto sagrado ou sacralizado e tem necessidade de comportamentos profanos. Toda festa ultrapassa o tempo cotidiano, ainda que seja para desenrolar-se numa pura sucessão de instantes, de que o "happening" constitui o caso limite. Toda festa acontece de modo extra-cotidiano, mas precisa selecionar elementos característicos da vida cotidiana. Toda festa é ritualizada nos imperativos que permitem identificá-la, mas ultrapassa o rito por meio de invenções nos elementos livres (Amaral, 2004).

Assim, voltando para a descrição da Festa de Santo Antônio em seus ritos de abertura, enquanto se desenvolvem os ritos instituídos pela igreja e outros personagens da elite local, políticos, empresários, patrocinadores etc., desde cedo, num sítio da região, em geral o de S. Joaquim, homens devotos se preparam para transportar um gigantesco mastro no qual será afixada a bandeira do santo padroeiro. Esse mastro é popularmente chamado de “pau da bandeira” ou “pau de Santo Antônio”. O percurso do sítio até o local onde o mastro é enterrado (sendo logo em seguida hasteada a bandeira) chama-se “cortejo” e se configura numa “festa” dentro da festa de

Santo Antônio. No âmbito da preparação desse cortejo, bebidas, comidas, brincadeiras, banhos e muita diversão tem lugar no meio do povo. Uma verdadeira oposição à ordem e à hierarquia do desfile folclórico e da missa, elementos de domínio da Igreja.

Pode-se inferir que quanto mais atividades forem realizadas dentro dos templos, ou em seus patamares, maior será o controle, mais claramente essas atividades serão consideradas próprias do “sagrado controlado instituído”. Por outro lado, quanto mais se realizam ritos ou folguedos na rua, longe do santuário, mais fora de controle eclesiástico estarão eles. Serão elementos populares e ganharão, essencialmente, o rótulo de “profanos”, com um sentido sagrado atribuído pelo povo.

A cultura apresenta dois elementos, aparentemente transparentes, que são fundamentais à sua constituição: o tempo e o espaço. O tempo não se define como algo vazio, a ser preenchido, mas representa uma construção social, permeada por significados que estruturam e organizam a cultura. O calendário, por exemplo, é um instrumento real desta construção.

Então, esse tempo, conduzido por significados, encontra-se implicado com lugares que trazem à margem a memória do vivido por meio dos mitos e estórias. A definição de um tempo religioso, institucionalizado, facilita e justifica a legitimação de celebrações religiosas, sendo um recurso fundamental para a estruturação e permanência da religião no cotidiano da sociedade.

O espaço é constituinte de uma cultura religiosa, quando permite o reconhecimento desses lugares densamente significativos para a massa da população, representados principalmente por santuários que são locais de identificação de símbolos e santos. Assim, a ação de dar sentido aos tempos e lugares é um ato de criação e de exercício singular e único da humanidade, que utiliza a imaginação e fantasias para encontrar uma saúde física e mental. Steil (1996, p. 11) compreende a relação do tempo e espaço religiosos, ao conceber

As festas religiosas [...] como uma das nossas mais importantes expressões culturais, estabelecendo um calendário que demarca os tempos e organiza grande parte da nossa vida social. Não há região ou estado no Brasil que não tenha incorporado em sua paisagem locais de peregrinação com diferentes gradações de importância. Existem também santuários e eventos religiosos que possuem abrangência nacional, rompendo as fronteiras dos estados e regiões.

Já o antropólogo Da Matta (1997), ao identificar as formas básicas manifestas de deslocamento da sociedade, também descreve a peregrinação como um caminho atravessado pelo ritual, regras sociais de encontros e desencontros. Nesse processo de peregrinar, o que se torna relevante, muitas vezes, é a marcha, ou seja, o processo do caminhar, em relação ao sair e chegar das romarias.

O romeiro, durante o deslocamento da casa à rua, por exemplo, procura a realização de desejos diversos nada concretos e quantificáveis (bênçãos, curas), diferenciando-se, assim, do caminhar cotidiano que é estruturado na funcionalidade, racional-

dade e operacionalidade, ou seja, há um ponto de chegada determinado e seguro que promove uma condição de monotonia do sujeito em relação ao meio ambiente, como o trabalho e o estudo.

Ao estabelecermos demarcação de tempos e lugares sagrados ou diferenciados é que exercemos nossa capacidade de simbolização e recriamos o mundo, ultrapassando a fronteira da natureza para penetrar no espaço da cultura, onde somos enredados numa teia de significados que nós mesmos tecemos. Conforme relata, dar sentido aos tempos e lugares é, segundo o autor, um ato de criação e de exercício de nossa humanidade, transcendendo todas as divisões e diferenças.

Brandão (1986) descreve a romaria envolvendo uma situação, em que o culto religioso estabelece uma característica nômade, ou seja, leva as pessoas a seres e poderes celestiais, deslocando-os por alguns momentos do lugar em que estão, ocorrendo uma ruptura no cotidiano estático e sólido do sujeito para uma busca de um lugar mágico, desconhecido, mas que proporcionará, uma vez alcançado, a segurança tão desejada pelo indivíduo. Assim, a romaria assume um sentido de viagem penitencial, um ritual de chegada e volta, possibilitando uma ruptura do lugar comum em relação ao novo lugar estruturado de expressão popular,

Ir de um lugar comum a um lugar sagrado; realizar em um lugar sagrado ou provisoriamente consagrado um ou vários ritos de celebração; fazer circular o sagrado pelo espaço comum da vida cotidiana (Brandão, 1986, p.41).

O referido autor, ao fazer uma análise englobando cultura e religião, enfatiza a reconquista de novos espaços populares por meio da religiosidade, realizada predominantemente pelas classes subalternas. A religiosidade popular encontra-se atravessada pela cultura e é nomeada por ela; sendo assim uma condição de existência, a cultura estabelece os caminhos da religiosidade popular.

Esse espaço de luta construído representa a vida das comunidades, com seu cotidiano de fé que é vivido entre eles, plenamente singular. Dessa forma, estabelece a relação intrínseca entre cultura popular e religião,

Talvez a melhor maneira de se compreender a cultura popular seja estudar a religião. Ali ela aparece viva e multiforme e, mais do que em outros setores de produção de modos sociais da vida e de seus símbolos, ela existe em franco estado de luta acesa, ora por sobrevivência, ora por autonomia, em meio aos enfrentamentos profanos e sagrados entre o domínio erudito dos dominantes e o domínio popular dos subalternos (Brandão, 1986, p.15).

Certeau (2002) afirma que as manifestações populares religiosas são um dos eventos que estruturam e levam o homem a deixar fluir suas infinitas potencialidades de existência na sociedade, pois, pelas artes de fazer, (re) inventa o cotidiano, recorrendo a pequenos prazeres, quase invisíveis e substitutos. Esses detalhes, no campo da religião, tornam-se imensos e favorecem o crescimento pessoal.

Os ambientes, muitas vezes, são extremamente hostis quanto à manutenção da sobrevivência do sujeito, como algumas cidades do sertão nordestino. No entanto,

surge um sujeito que surpreende aos leigos do seu mundo, pois ele é capaz de (re) inventar o lugar, criando uma nova história de vida. Assim, há algo de que o sujeito é detentor e dele se utiliza como recurso essencial à sua sobrevivência, que está além do concreto, do racional, do previsível: trata-se da sua capacidade de imaginar.

Dessa maneira, alterando a conformação instituída e atribuindo novas formas de organizar lugares e papéis, rompendo assim com o conformismo habitual internalizado, as romarias e festas possibilitam um aglomerado de pessoas, oriundas dos centros rurais e urbanos, identificados por ideais semelhantes ou motivações particulares que estão disponíveis para compartilharem entre si suas ideias, necessidades, vontades, apelos e juntos promoverem acolhimento interativo.

Maciel (1999) também compartilha dessa postura que relaciona a cultura com a religiosidade popular, quando evidencia que a vida religiosa nordestina está ligada a várias crenças e superstições populares. A singularidade socioeconômica da classe subalterna e a miscigenação possibilitam uma sociedade bastante criativa, gerando, assim, uma cultura popular de muita riqueza temática e histórica.

Os fenômenos religiosos apontam a cultura popular nordestina como uma reação resultante da assimilação da população sertaneja com as condições de desorganização não compatíveis com as estruturas capitalistas, ou seja, a cultura religiosa popular é um exemplo de clima místico desenvolvido no nordeste brasileiro onde o homem carente de recursos financeiros apela à crença.

Assim, a ação de recriar o mundo é sempre um empreendimento coletivo que realizamos com os recursos sociais e históricos que estão inseridos na cultura. Dessa maneira, tecemos a singularidade do nosso modo de ser e de viver.

Destacando a implicação da cultura do Nordeste e religiosidade popular, Abreu (2002) enfatiza que o Estado do Ceará caracteriza-se principalmente por ser uma região determinada geograficamente pela seca, por essa natureza tornar-se um espaço propício a manifestações religiosas.

As procissões, e acrescentamos nós as festas, as romarias, as (re) invenções da vida, são uma linguagem de que o homem se apropria para lutar através da proteção do manto do seu santo padroeiro, a fim de melhorar seu destino. Assim, a religiosidade preserva uma função social, sendo um instrumento de apoio desse homem comprometido com esse contexto socioeconômico e cultural tão fragmentado: se para alguns a religião significa alienação e messianismo, para outros contribui para a transformação e libertação do sertão e do sertanejo (Abreu, 2002, p.69).

À GUIA DE CONCLUSÃO: A FESTA COMO VIVÊNCIA RITUAL DA DESORDEM

A festa religiosa, muito além do sentido aparente do termo, representa bem mais que uma manifestação do poder instituído. A festa adquire o sentido de unidade, uma ruptura entre as separações e diferenças do cotidiano. Igreja e rua se integram formando um único espaço de domínio que é público. O povo invade os altares sagrados com suas representações mais autênticas durante a missa: *aboios, cantorias*,

pamonhas, tapiocas, mandiocas, artesanato junto ao sangue e o corpo de Jesus. O simbólico da comida sagrada, mesclado à sagrada comida do povo, fruto da terra e do trabalho suado diário.

O tempo e o espaço da festa relaxam tensões e promovem encontros impossíveis no tempo da realidade do cotidiano. No contexto da festa, o céu encontra a terra; a ilusão, a realidade; o religioso, o profano; o permitido, o proibido; o incluído, o excluído. Como no carnaval, na festa religiosa brasileira, tudo pode e todos podem tudo: embriagar-se em nome da promessa alcançada, pecar em nome do santo e até mesmo cometer delitos leves, como furtar prendas para leilões... Não faz mal, “é para a festa do santo”.

Observando as festas populares religiosas do Brasil, encontramos compreensões do fenômeno que direcionam categorias como: “válvulas de escape”, “fruição e divertimento”, “liberação de tensões acumuladas no cotidiano”. Assim a festa seria um fenômeno resultante das práticas de relaxamento das tensões sociais provocadas pela ordem instituída, ou ainda, um dos processos de reordenação das relações sociais, em que ocorreria uma transgressão simbólica da ordem e permitiria a pacificação de tais pressões, liberadas por meio de rituais.

A festa pode ainda ser entendida como uma circulação de sentidos, distantes de modelos conceituais e próximos de sugestões simbólicas polivalentes. Dito melhor, a vivência da diversidade dos elementos presentes na festa representaria uma configu-

ração não real da vida social, como uma projeção do vir a ser, um sonho, uma fantasia, uma reelaboração.

Assim nosso tempo contemporâneo tem como tempo central a atividade produtiva – o trabalho –; a festa nesse contexto seria uma “conspiração” contra o tempo do trabalho produtivo e sua ordem, que rouba o sentido dos sujeitos. Por isso, a festa acontece na rua, nos “espaços públicos”, constituindo-se uma ruptura ao “tempo do trabalho” em geral significado de rotina cotidiana e fadiga física e psíquica.

A festa religiosa popular promove precisamente o deslocamento de atividades rotineiras de seus espaços “normais” para a rua, criando-se assim a sensação de um tempo novo, de uma temporalidade diferente, favorecendo a uma percepção de circularidade temporal, uma contestação à forma linear do cotidiano.

Rita Amaral (1998) afirma que as festas brasileiras são dimensões nas quais se dão algumas das primeiras experiências do sentir-se brasileiro. São expressões vivas de uma utopia, onde as regras são guardadas as proporções desta afirmação, feitas pelo povo e para o povo, que acumulam e repartem suas riquezas; tempo e lugar em que o povo reitera sua intimidade com os deuses e santos, expressa nas danças, comidas e homenagens que são feitas para eles.

A festa representa, assim, o sentido de povo, que interpreta sua realidade mediado pelos valores das imensas simbioses culturais impostas e adaptadas, aceitas e rejeitadas e traduz, no caso estudado, os sentidos de ser povo de um lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Tereza Neuma Martins de. *Os centros de romaria no Ceará e o consumo religioso*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.
- AGUIRRE, A. *Cultura Organizacional*. Inespo, Universidad de Leon, México. 1999.
- AGUIRRE, A. *Diccionario Temático de Antropología*. Barcelona: ed. Boixareu, 1993.
- AMARAL, Rita. *Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”*. Disponível em <<http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html>> Acesso em 2004.
- BRANDÃO, C. R. Os deuses do povo: *um estudo sobre religião popular*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995. (UNESP), v. 11, p. 213-226, 1992.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: *artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. A invenção do cotidiano: *morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHARTIER, R. A história cultural: *entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1997.
- DEL PRIORE, M. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELUMEAU, J. Religião oficial e religião popular na França durante a Reforma e a Contra-reforma. *Concilium*, v. 206, n. 4, p. 15-22, 1986.

- DUPRONT, A. *A religião – antropologia religiosa*. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Dir.) *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DUSSEL, E. Religiosidade popular como opressão e libertação. *Concilium*, v. 206, n. 4, p. 84-97, 1986.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins, 1992.
- EWBANK, T. *Viagem ao Brasil*. Itatiaia, SP: EDUSP, 1976.
- FERREIRA NETO, C. *Estudos de História Jaguaribana*. Fortaleza: Premium, 2003.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- GONÇALVES, D. Festa do interior. *Os Caminhos da Terra*, ano 6, n. 2, edição 58, p. 26-33, fevereiro 1998.
- HOORNAERT, E. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- MACHADO, L. O grande espetáculo da selva. *Os Caminhos da Terra*, ano 6, n. 6, edição 62, p. 82-87, junho 1997.
- MACIEL, Vilma. *Nordeste místico*. Fortaleza: UFC, 1999.
- MALDONADO, L. Religiosidade popular: dimensões, níveis, tipos. *Concilium*, v. 206, n. 4, p. 6-14, 1986.
- MARTINS, J.C.O. *Antropologia das coisas do povo*. São Paulo: Roca, 2004.
- _____. Festa e Ritual, conceitos esquecidos nas organizações. Fortaleza-Ce. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. v. 2, n. 1. p. 128-138, 2002.

_____. *Viva o Pau!...Viva Santo Antônio!! Os sentidos da festa religiosa*. Monografia (especialização em cultural folclórica aplicada) – Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____. ; FREIRE, E. “E viva o pau!!!!...e viva Santo Antônio!!!! O sagrado e o profano na festa católica brasileiro. In: *Folkcom– Do ex-voto à indústria dos milagres: a comunicação dos pagadores de promessas/organizado por José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Jacqueline Lima Dourado* – Teresina/PI. Halley, 2006..

QUEIROZ, M. I. P. de. Os catolicismos brasileiros. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, n. 4, p. 157-188, 1971.

SANCHIS, P. *Arraial: festa de um povo, as romarias portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

SCHNEIDER, M. Milagre e modernidade: alguns apontamentos. *Cultura Vozes*, ano 90, n. 6, p. 25-32, nov./dez. 1996.

SOUZA, O. T. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (Ce): entre o controle e a autonomia (1928/1998)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

STEIL, Carlos Alberto. O sertão das romarias. Petrópolis: Vozes, 1996.

VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ZALUAR, A. Sobre a lógica do catolicismo. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 173-193, 1973.

FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA: PATRIMÔNIO DE FÉ, DEVOÇÃO E CARNAVALIZAÇÃO

Juciêdo Ferreira Alexandre

Océlio Teixeira de Souza

Sandra Nancy Ramos Freire Bezerra

BARBALHA DE SANTO ANTÔNIO

A festa de Santo Antônio/Em Barbalha é de primeira

A cidade toda corre/ (É um fuçucê medonho) /Pra ver o pau da bandeira

Olha quanta alegria/Que beleza/ A multidão faz fileira

Hoje é o dia/Vamos buscar o pau da bandeira

Homem, menino e mulher/ Todo mundo vai a pé

A cachaça na carroça/ Só não bebe quem não quer

Só se ouve o comentário/ Lá na Igreja do Rosário

Que a moça pra ser feliz/ Reza assim lá na Matriz:

Meu Santo Antônio, casamenteiro.

Meu padroeiro, esperei o ano inteiro.

A música dos compositores caririenses Alcimar Monteiro e João Paulo Júnior – transcrita acima – foi imortalizada na voz do saudoso Luiz Gonzaga. Ela retrata, com poesia, singeleza e riqueza de significados, uma das maiores celebrações populares do Brasil contemporâneo: a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. A celebração em questão marca a abertura dos festejos em homenagem a Santo Antônio de Pádua, padroeiro de Barbalha, município cearense situado a cerca de 560 km de Fortaleza, na região do Cariri, sul do Estado do Ceará.

Realizada em fins de maio e início de junho de cada ano, a Festa de Santo Antônio é como um sinônimo de Barbalha, um elemento de identidade que orgulha seus moradores pela sua grandiosidade, visibilidade e simbolismo. É, ao mesmo tempo, o momento em que os barbalhenses que moram fora retornam às suas famílias e que moradores de outros lugares do Cariri e turistas tomam as ruas da cidade, pontilhadas de casarões centenários. O Dia do Pau, quando se dá o carregamento e hasteamento do Pau da Bandeira, é como se fosse o dia maior do calendário de Barbalha, como deixa claro o último verso da música exposta acima: “Meu padroeiro, esperei o ano inteiro”.

A Festa de Santo Antônio faz parte do chamado ciclo das festas juninas, que ao longo do mês de junho incendeiam o Nordeste do Brasil, de norte a sul, de leste a

oeste. Em Barbalha, a festa do padroeiro é profundamente marcada pela cultura popular local, dando uma conotação alegre à celebração, o que a diferencia das demais festividades em homenagem aos santos juninos: a devoção a Antônio de Pádua é regada à cachaça, temperada com dizeres e práticas sensuais em torno do Pau do Santo e festejada por diversas celebrações paralelas e por diferentes formas de expressão da localidade, revelando a irreverência e a criatividade da religiosidade popular brasileira.

A devoção a Santo Antônio no Brasil remonta ao período colonial. Nascido em Lisboa, no ano de 1195, tendo como nome de batismo Fernando de Bulhões, iniciou sua vida religiosa na Ordem dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho. Em 1220, sob o impacto da passagem em seu mosteiro das relíquias dos cinco primeiros franciscanos martirizados no norte da África, Fernando vestiu o hábito dos frades menores, decidido a embarcar em seguida para missionar no continente africano. Ao entrar para a ordem franciscana, Fernando tomou o nome de Antônio.

Embarcando com destino ao Marrocos, adoeceu gravemente e uma tempestade violenta acabou levando seu barco de volta à Europa, na costa siciliana. Apesar de missionar por várias regiões da Itália, Antônio acabou se fixando na cidade de Pádua, onde sua fama de pregador e taumaturgo foi construída. Tratando dos milagres atribuídos em vida a Antônio, Luiz Mott afirma que a hagiografia aponta mais de cinquenta,

[...] constando diversas ressurreições; controle das forças da natureza, inclusive obediência de animais domésticos e selvagens; curas de toda sorte de enfermidades; converteu um sapo em um frango e depois outro frango em sapo, a fim de confundir um heresiarca; fez um recém-nascido falar para defender a honra de sua mãe; tinha o dom da bilocação, estando ao mesmo tempo em Milão e em Lisboa, onde foi salvar o próprio pai condenado à força etc. etc. (Mott, 1996, p. 113).

Antônio faleceu no dia 13 de junho de 1231, com apenas trinta e seis anos de idade, sendo canonizado rapidamente, menos de um ano após sua morte. Como sua hagiografia fala de sua fascinante oratória, com sermões que convertiam hereges e atraíam até os peixes (Cascudo, 1988), no ano de 1946, recebeu o título de Doutor da Igreja Católica.

Muito popular em Portugal, seu culto veio para o Brasil Colônia, sendo um dos santos mais venerados até hoje. É o santo com o maior número de Freguesias, cerca de 228, conforme atesta Câmara Cascudo (1988). O teólogo e historiador Vergílio Gamboso, citando Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão, afirma que no Brasil dos primórdios “não era raro encontrar mais de uma imagem do santo no altar... e que cada família fazia questão de ter o ‘seu’ SA!” (Gamboso, 1994, p. 209). Essa notoriedade, ao que parece, se deve a dois fatores. O primeiro refere-se à naturalidade lisboeta do santo e sua popularidade junto aos portugueses. Nesse sentido, os militares foram os principais incentivadores do seu culto invocando-o contra os perigos da

guerra, recebendo o santo, por isso, patentes, honrarias e soldos militares por todo o Brasil (Mott, 1996, p. 120).

O segundo fator refere-se às múltiplas especialidades de Santo Antônio: santo casamenteiro, santo das coisas perdidas e santo do “pão dos pobres” (Pilonetto, 1995, p. 41-42). Sua fama de deparador (aquele que encontra o perdido) fez com que fosse invocado pelos senhores coloniais que tinham escravos fugidos, o que levou Luiz Mott a escrever interessante artigo em que o santo de Lisboa aparece enquanto “divino capitão-do-mato”. Por outro lado, a popularidade do santo não deixou de ser vivenciada pelas pessoas de cor, escravas ou livres, tendo em vista que nas religiões afro-brasileiras, Santo Antônio tornou-se o orixá guerreiro Ogum (Mott, 1996).

Frei Pedro Sinzig, no seu belo trabalho sobre o orago, relaciona diversas igrejas do período colonial que possuíam (e ainda possuem) a imagem do Taumaturgo de Lisboa (Sinzig, 1922). Imagem essa que era – e ainda é – submetida pelos fiéis à tortura, tais como o roubo do Menino Jesus que o santo segura nos braços ou o amarrando e colocando a imagem de cabeça para baixo em poços, até a concessão da graça desejada, demonstrado assim o grau de intimidade e afetividade construído pelos fiéis em seu relacionamento com o santo. Tratando da religiosidade popular no Brasil colonial, Gilberto Freyre afirma ser impossível “conceber-se um cristianismo português ou luso-brasileiro sem essa intimidade entre o devoto e o santo. Com Santo Antônio chega a haver sem-cerimônias obscenas” (Freyre, 2003, p. 303).

Sua fama de casamenteiro fez com que no dia 12 de junho, véspera do dia dedicado à sua memória, inúmeras brincadeiras, simpatias e magias fossem realizadas, no intuito de se ter visões do futuro sobre o destino amoroso das pessoas que participavam desses eventos. Ainda relacionado a esse simbolismo, o dia 12 de junho foi escolhido como o dia dos namorados no Brasil. Em Barbalha, o poder casamenteiro de Santo Antônio faz com que as mulheres solteiras procurem tocar o Pau da Bandeira e beber o chá de suas lascas. Misturando devoção com elementos de galhofa, os barbalhenses dão continuidade à carreira matrimonial de Santo Antônio por meio das práticas em torno do Pau da bandeira.

A devoção a Santo Antônio na localidade remonta também ao período colonial, mais precisamente a 1790, ano da inauguração da sua capelinha no sítio Barbalha. Em 1838, a modesta capela foi elevada à categoria de Freguesia, sendo desmembrada da de São José de Missão Velha (Neves, 1988). Oito anos após a criação da Freguesia, o povoado de Barbalha foi elevado à categoria de Vila, sendo desmembrado do território de Crato. Em 1876, a Vila foi elevada à Cidade (Callou, 1977). A exemplo de muitas outras cidades brasileiras, Barbalha cresceu e se desenvolveu em torno da igreja do seu santo padroeiro. Por essa razão, a Matriz de Santo Antônio é o lugar dedicado por excelência ao santo de Pádua na localidade, além de ser tida como marco histórico, gênese da identidade de seus habitantes. Essa relação entre o santo padroeiro e o crescimento da Cidade é expressa pelo sentimento do barbalhense: “Santo Antônio de Pádua, padroeiro de Barbalha, nós te saudamos, como cidadão imortal

desta comunidade que viste florescer e progredir em torno de tua capela – hoje transformada em magnífico templo” (Duarte, 1979). A identificação da população com seu orago é o elemento central que alicerça a Festa de Santo Antônio de Barbalha. O objetivo do Inventário promovido pelo Iphan foi lançar luz sobre essa grandiosa celebração brasileira, um Patrimônio Cultural Imaterial – (1) – composto por diversos bens culturais, transmitidos de geração em geração e constantemente recriados pela comunidade barbalhense, engendrando um sentimento de pertença e continuidade, essencial para suas identidades e memória.

Para representar com riqueza de detalhes tal festividade e a interação entre história, cultura e meio ambiente que a permeia, procurou-se, ao longo do Inventário, visualizar suas principais Celebrações (Corte do Pau da Bandeira, Benção da Bandeira, Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira, Desfile dos Grupos de Folguedos, Trezena de Santo Antônio, Procissão de Santo Antônio), Formas de Expressão (Bandas Cabaçais, Capoeira, Dança da Maresia, Dança de São Gonçalo, Dança do Capim da Lagoa, Dança do Coco, Dança do Maneiro Pau, Dança do Milho, Dança do Pau de Fitas, Lapinhas, Incelências, Penitentes, Quadrilhas, Reisado de Congo e Reisado de Couro), Ofícios (Carregador da Bandeira, Carroça da Cachaça, Comida dos Carregadores, Confeção da Bandeira, Confeção das Máscaras do Reisado, Confeção dos Objetos Rituais dos Penitentes, Cortadores do Pau, Fabricação do Guincho, Ornamentação do Carro Andor e Fabricação das Tesouras), Lugares (Barbalha, Bairro Bela Vista, Sítio Flores, Praça da Matriz, Rua da Matriz, Rua do Vídeo e

Sítio São Joaquim) e Edificações (Biblioteca Municipal, Casa de Câmara e Cadeia, Casarão Hotel, Centro de Hipertensão e Diabetes, Chalé das Freiras, Cineteatro, Igreja do Rosário, Igreja Matriz de Santo Antônio e Palacete dos Alencar).

A Festa de Santo Antônio de Barbalha é, portanto, um caleidoscópio formado por uma infinidade de bens associados – cinquenta e um ao todo – revelando a riqueza cultural e histórica dessa celebração caririense, digna de ser registrada e reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DO CARIRI

O Município de Barbalha está situado na região do Cariri, no Sul do Estado do Ceará, distante cerca de 560 km de Fortaleza, cujas condições ambientais diferem do semiárido nordestino pela presença da Chapada do Araripe e de sua característica Bacia Sedimentar. Tal diferenciação viabiliza temperaturas amenas, chuvas estáveis, permeabilidade do solo e acumulação de água subterrânea, ocasionando irrigação por meio de fontes perenes que brotam das nascentes nas encostas da chapada, além de vales úmidos, solos férteis e um ambiente florestal privilegiado. Essas condições paisagísticas naturais contrastam com as demais localidades que cercam o Cariri, nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí, que, embora contíguas à região sul do Ceará, apresentam clima quente, seco e uma vegetação típica da caatinga nordestina.

É muito provável que as condições geoambientais possibilitadas pela Chapada do Araripe tenham contribuído para atrair os primeiros habitantes da região: os ín-

dios Tapuias, denominados Cariris. Segundo os cronistas da época, esses indígenas procederam de outras regiões, percorrendo em grupos os cursos dos rios até alcançarem o rio Salgado e as imediações da Chapada do Araripe onde se distribuíram em aldeias. Tais nativos constituíam a importante nação Kariri, que se dizia originária de um lago encantado, indicando talvez a procedência do Amazonas. Para eles o território caririense possuía um forte valor simbólico, por meio do qual definiam sua própria identidade, daí porque passaram a chamar o lugar de *Cetama*, que quer dizer minha terra. As terras assaz férteis despertavam a cobiça nas tribos vizinhas, levando os Kariris a viverem em constantes guerras conforme o relato do estudioso e folclorista caririense J. de Figueiredo Filho:

Como estavam assenboreados de pedaço de terra dos mais férteis, notadamente, pelos fronteirais nativos, que produziam de seca e de inverno, com unhas e dentes se apegavam à sua gleba. Defendendo-as intransigentemente contra outras tribos que a ameaçavam, e mais tarde contra a prepotência dos colonizadores, ávidos sempre de riquezas (1966, p.106).

A conquista do Cariri pelos colonizadores luso-brasileiros remonta ao século XVIII, com a doação de sesmarias que permitiu a chegada dos primeiros conquistadores, vindos de Pernambuco, Bahia e Sergipe para ocupar as terras mediante a expansão da pecuária. A chegada destes foi acompanhada do extermínio de muitos nativos, bem como da organização de aldeamentos sob a responsabilidade de missionários capuchinhos, que se associando aos sesmeiros justificaram a desapropriação das

terras dos nativos. Da ação missionária, surgiram importantes povoados da região, como Missão Velha e Crato, antiga Missão do Miranda.

Os colonizadores tiveram acesso ao lugar pelo Riacho dos Porcos. Porém, a grande disponibilidade de terras propícias e a oferta abundante de recursos hídricos possibilitaram o florescimento da cultura da cana-de-açúcar que em seguida desencadeou a produção de rapadura como atividade econômica, removendo a prioridade da pecuária introduzida pelos primeiros sesmeiros:

A civilização caririense nasceu com o ciclo do couro. Foi em busca de campos e currais para o gado que o sertanista penetrou no interior, devassando léguas e léguas de terras. A fertilidade do solo caririense com terrenos irrigados e de massapé, levou o homem a trocar em parte o pastoreio pelo cultivo do solo e assim o colono apegou-se ao campo, utilizando o braço do indígena (Figueiredo Filho, 1966, p.108).

Neste contexto, Barbalha consolidou-se como polo canavieiro e grande produtor de rapadura. No século XIX, contava com mais de 70 engenhos, 13 fábricas de aguardente, 150 casas de farinha, sendo considerada na época uma das cidades mais ricas da região. Os primeiros canaviais e as engenhocas de madeira pertenceram a Antônio de Souza Goulart, nos sítios Salamanca, Brito e Lama, no baixio que hoje é o tapete verde do município, como é chamada a várzea onde a cana é ainda hoje cultivada, mantendo para Barbalha o epíteto de *cidade dos verdes canaviais*.

Voltando a tratar do período colonial, o estabelecimento dos aldeamentos também foi essencial para disseminação do modo de vida dos colonizadores entre os indígenas que aos poucos foram sendo expulsos e transferidos para Parangaba, no norte do Ceará, sendo paulatinamente esquecidos. Apesar da expulsão e mesmo eliminação física dos primeiros habitantes da região, sua cultura e visão de mundo permaneceram presentes através da oralidade e de práticas culturais e religiosas, mantidas, muitas vezes, às escondidas. Assim, o modo de vida caririense é ainda profundamente marcado pela cultura dos índios kariri: as bandas cabaçais, as lendas sobre nascentes tapadas pelos índios e que um dia inundarão o vale do Cariri, as histórias de assombração, repletas de caboclos e *pais da mata*, o uso de ervas medicinais e outras práticas culturais da localidade dão indícios dessa herança cultural.

Vale salientar também a vinda para o Cariri de um contingente de mineradores de outras localidades, sobretudo da Paraíba, atraídos pela divulgação da existência de ouro na região, em 1756, em Morros Dourados, no atual Município de Missão Velha. A mineração, que também recebeu mão de obra escrava negra, teve duração efêmera, e o trabalho escravo foi direcionado para as atividades nos engenhos, no cultivo da cana-de-açúcar e no trabalho doméstico. A presença negra na região possibilitou a participação da cultura de origem africana na formação cultural do Cariri, tornando as expressões manifestadas pelo povo ainda mais diversas – (2) –. Segundo Figueiredo Filho: “A mineração do ouro fracassou por falta de resultados compensadores,

deixando, no entanto, o trabalhador escravizado na região, muito contribuiu ele para a riqueza do cariri, mesmo nas degradantes condições do cativo” (1966, p. 108).

Nesse sentido, a convivência de índios, negros e colonizadores vindos de Pernambuco, Sergipe e Bahia, impregnados de elementos culturais ibéricos, possibilitou a formação de um *caldeirão cultural* no Cariri, gerando uma multiplicidade de manifestações, evidenciadas nas celebrações, nos ofícios, saberes e fazeres do povo da região. As marcas desse amálgama perpassaram o tempo, sendo reelaboradas constantemente e subsistindo na inventividade das expressões da cultura popular em muitos municípios da região.

Outro elemento importantíssimo na constituição da população e da cultura caririense ocorreu entre fins do século XIX e início do século XX, quando o fenômeno Padre Cícero Romão Batista do Juazeiro foi historicamente construído pela fé do povo sertanejo e por sua esperança em obter uma vida de melhoria espiritual e social na terra da Mãe de Deus – (3) –. Os romeiros foram fundamentais na história da região, que até hoje recebe anualmente milhões destes, especialmente no período das grandes romarias de Juazeiro do Norte (Nossa Senhora das Candeias, em fevereiro, Nossa Senhora das Dores, em setembro, e Finados, em novembro). Não há como entender a historicidade do Cariri, sem se referir às contribuições dos romeiros do *Padim Ciço*, com sua memória, oralidade, saberes e práticas culturais que enriqueceram o catolicismo popular e o cotidiano da região sul do Ceará.

Portanto, como celebração que tem lugar no Cariri, a Festa de Santo Antônio de Barbalha não deixa de refletir a história e a diversidade cultural de tal região, como demonstraremos no próximo tópico, ao descrevermos os principais momentos e bens culturais que integram os festejos do padroeiro dessa cidade.

UMA FESTA BRASILEIRA COM MÚLTIPLAS FACES

Conforme frisamos anteriormente, a Festa de Santo Antônio de Barbalha é profundamente marcada pela cultura popular local. Nesse sentido, a celebração extrapola a fronteira do religioso e, hoje, é, sem dúvida, uma das mais belas expressões da cultura popular do Brasil. Por cultura popular entendemos o “conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico” (Ginzburg, 2005, p. 16). Essa concepção do historiador italiano Carlo Ginzburg nos remete ao lugar social da produção da cultura popular, qual seja, o espaço de ação das pessoas comuns, sua memória, sua criatividade, seus saberes e fazeres cotidianos.

Ginzburg, inspirado no pensamento de Mikhail Bakhtin, chama a atenção para o fato de que não se deve perceber a cultura popular de forma isolada, sem relações com a cultura dominante. Ele defende a ideia de que existe entre os dois campos culturais, o popular e o erudito, uma *circularidade cultural*, ou seja, “um relacionamento circular feito de influências recíprocas” que se move de cima para baixo e vice-versa: “Portanto, temos, por um lado, dicotomia cultural, mas por outro, circularidade, in-

fluxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica” (Ginzburg, 2005, p. 23). Essa circularidade não se dá apenas no sentido vertical, de baixo para cima ou de cima para baixo. Ela ocorre também horizontalmente entre os diversos grupos populares, como muito bem demonstrou Rachel Soihet no seu trabalho sobre o carnaval carioca:

Além da influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante – constituindo a circularidade cultural, conforme a proposta de Ginzburg –, percebi a presença de diferenças nas culturas dos vários segmentos populares. Daí referir-me à circularidade horizontal, além da que se move de cima para baixo e de baixo para cima (Soihet, 1998, p. 178).

Mas o que caracteriza a Festa de Santo Antônio de Barbalha como uma festa popular? Para responder essa questão faz-se necessário uma descrição da Festa, destacando seus principais momentos, suas características e seus significados.

Podemos afirmar que a abertura dos festejos em homenagem ao padroeiro de Barbalha se dá com o Corte do Pau, quando a árvore que servirá de haste à bandeira de Santo Antônio é derrubada. O Corte ocorre em um domingo, em meados de maio, cerca de quinze dias antes do Cortejo do Pau, como é conhecida a celebração em que os homens da cidade carregam nos ombros o tronco em questão. No dia do Corte, os carregadores – tradicionalmente, marchantes de Barbalha –, organizadores e representantes do poder público municipal se reúnem no Mercado Central da cidade, por volta das sete horas da manhã. Às oito horas, começam a se deslocar para a

mata de um sítio, localizado ao sopé da Chapada do Araripe, a cerca de quinze quilômetros de distância do centro histórico barbalhense – (4) –. A pé, de carro, de moto, no lombo de animais, enfim, de todas as formas possíveis, as pessoas se dirigem à mata para cortarem o pau que servirá de mastro à bandeira.

Antes desse dia, porém, um pequeno grupo de pessoas, chefiadas pelo Capitão do Pau – como é conhecido popularmente o responsável pela coordenação do evento, geralmente uma pessoa reconhecida e respeitada pelos demais carregadores – já esteve na mata e pré-selecionou algumas árvores para o corte – (5) –. A definição da árvore a ser cortada tem que ser submetida à aprovação de todos os envolvidos com a celebração, podendo inclusive ser escolhida uma que não tenha sido previamente selecionada.

Há dois critérios básicos para a escolha da árvore a ser cortada e transformada em mastro: tem que ser madeira de lei, ou seja, madeira bem conceituada, resistente, e de importante valor econômico. Historicamente podemos destacar a utilização das seguintes madeiras: Aroeira (*Schinus terebinthifolius*), Pau D’arco (*Tabebuia roseo-alba*), Cedro (*Cedrela fissilis*), Pau Ferro (*Caesalpinia ferrea*), Braúna (*Melanoxylon brauna*), Angico (*Anadenanthera macrocarpa Benth*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras. O que justifica tal critério é a procura em oferecer o melhor para o santo padroeiro. Outra razão para a escolha é o fato de que, durante a celebração de Carregamento, o mastro será jogado ao chão diversas vezes, correndo o risco de se quebrar durante o percurso. Portanto, quanto mais resistente for a árvore, melhor será – (6) –.

O segundo critério é que a madeira deve ser grande, pesada e grossa. Ou como dizem os carregadores, “o pau deve ser grande e grosso”. O desejo de elevar a efígie de Santo Antônio o mais alto possível é a justificativa primeira para isso. Contudo, há também um elemento sacrificial, somado ao desejo dos carregadores de afirmar sua força máscula, que faz com que carreguem nos ombros, por cerca de seis quilômetros, mais de uma tonelada de madeira, em honra ao santo de Pádua.

Antes de iniciar a derrubada, os cortadores e carregadores presentes no local se reúnem em torno da árvore escolhida e, com as mãos tocando nesta, rezam um Pai Nosso e uma Ave Maria, pedindo a Santo Antônio que tudo corra bem durante a celebração. Em seguida, o Capitão do Pau dá a primeira machadada. O simbolismo da Festa de Santo Antônio é tanto para os barbalhenses que ao longo do tempo foram se engendrando apropriações políticas do evento, de forma que é comum, ao Secretário de Cultura e do Meio Ambiente ou a outra figura política presente, após as primeiras machadadas do Capitão, ser convidado a fazer o mesmo. O machado passa logo aos cortadores que concretizam a derrubada.

Algumas árvores de pequeno porte que cercam a árvore mastro também acabam derrubadas, a fim de facilitar a movimentação dos carregadores e o transporte daquela. Um pequeno clarão se faz na mata.

Concomitantemente ao trabalho de corte, homens e mulheres de todas as idades presentes no local festejam o momento, tecendo comentários picantes e ambíguos acerca do tamanho e grossura do *Pau do Santo*, comendo (baião de dois, cuscuz,

paçoca etc.), bebendo (principalmente aguardente), tomando banho em um riacho próximo e dançando forró pé de serra, executado por sanfoneiros voluntários ou contratados pela Secult de Barbalha. Animação sem tamanho toma conta da floresta.

Após a queda da árvore, os cortadores a desgalham e iniciam a retirada da casca, a fim de torná-la mais leve. As lascas há dez anos passaram a ser muito disputadas, já que se criou nesse período uma tradição local, do *chá do Pau* como bebida poderosa, especialmente para as mulheres solteiras em busca de marido. Poder milagreiro que contribui para aumentar as galhofas em torno do Pau da Bandeira. Em seguida, a árvore é arrastada por um trator até a beira de uma estrada de terra, cerca de seis quilômetros em relação ao sítio histórico de Barbalha, onde permanece durante duas semanas, aguardando o dia do Cortejo do Pau. Esse local os carregadores chamam de Cama do Pau, onde o tronco descansa, a fim de perder parte do seu líquido interno, ficando mais leve para o dia do Carregamento. A celebração do Corte é uma demonstração do que está por vir: bebida, música, dança, comida, brincadeiras, banhos, euforia, louvação e muita alegria marcam a ocasião. Quinze dias após o Corte, no último domingo de maio ou no primeiro domingo de junho, dá-se a celebração maior dos festejos de Barbalha.

Era comum em todo Brasil que nas festividades em torno dos santos padroeiros um mastro fosse erguido com sua bandeira, sinal de que aquele lugar estava em festa. Barbalha não era diferente, havendo também o costume popular de hastear a bandeira dos santos festejados e por ocasiões das renovações – (7) – (Souza, 2004, p.

65). A prática se fazia presente nos festejos alusivos ao santo padroeiro de Barbalha, contudo ganhou nova conotação a partir de 1928, quando o então pároco, Padre José Correia de Lima, instituiu o *Cortejo do Pau da Bandeira* como a abertura oficial dos festejos dedicados a Santo Antônio. A partir desta data, os homens da cidade passaram a cortar uma imensa árvore no sopé da Chapada do Araripe e a trazê-la nos ombros até a frente da igreja de Santo Antônio, onde a efígie deste é anualmente hasteada.

O ato do hasteamento, muito popular no Brasil Colônia, lembra em parte os cultos agrários pagãos, que ocorrem durante o solstício de verão europeu, nas proximidades com as comemorações juninas. Na Europa as pessoas também dançavam em torno do *Mastro de Maio*, festa que representava “um culto ao poder germinativo da terra” (Cascudo, 1988, p. 481). Desta forma, a celebração de hasteamento do pau da bandeira, durante os festejos juninos e dias de santos padroeiros, lembraria “homenagens propiciatórias às forças vivas da fecundação das sementes” (Cascudo, 1988). Por outro lado, as culturas ameríndias também tinham celebrações que envolviam corridas com toras de madeira, geralmente relacionadas aos ritos de passagem, tais como a transição da adolescência para a fase adulta, ou nos momentos fúnebres. Câmara Cascudo relata ainda a existência de uma tradição entre os indígenas do Brasil colonial, apresentando o relato de Claude d’Abbeville na ilha do Maranhão, onde troncos eram erguidos como elementos de defesa espiritual:

Têm uma outra superstição: a de fincar à entrada de suas aldeias um madeiro alto, com um pedaço de pau atravessado por cima; aí penduram quantidade de pequenos escudos feitos de folha de palmeira e do tamanbo de dois punhos; nesses escudos pintam com preto e vermelho um homem nu. Como lhes perguntássemos o motivo de assim fazerem, disseram-nos que seus pajés o haviam recomendado para afastar maus ares (Cascudo, 2002, p. 371).

É possível supor que as celebrações de Carregamento e Hasteamento em Barbalha foram anteriores a 1928, quando a Paróquia de Santo Antônio as assumiu oficialmente enquanto abertura oficial dos festejos. No diário de viagem do médico e naturalista Francisco Freire Alemão, chefe da Comissão Científica de Exploração – também conhecida como Comissão das Borboletas – que visitou o Cariri entre 1859 e 1860, há a descrição de uma animada celebração de hasteamento em Crato, o que demonstra a popularidade da prática na região já em meados do XIX.

[...] Pararam em frente da casa [em que Alemão se encontrava], aí se acederam luzes com cartuchos de papel para muita gente e marcham todas para o largo. No adro da igreja se benzeu a bandeira, ao som da música e foguetes; depois saía ela em princípio acompanhada pelo povo com tochas, música e foguetes, ainda na roda pela praça e por algumas ruas [...]. Põe-se a bandeira no mastro, que foi inçado, ao som da música, com grandes foguetes (Alemão, 2007, p. 31-32).

Em Barbalha há também relatos orais de que o hasteamento da bandeira dos padroeiros era incentivado pelo Padre Ibiapina, missionário nordestino que, na se-

gunda metade do século XIX, andou pelos sertões pregando o evangelho e desenvolvendo obras sociais, tais como a construção de açudes, cemitérios e igrejas, além de instituir as “Casas de Caridade”, onde mulheres pobres e meninas órfãs eram acolhidas e educadas, formando uma espécie de congregação de beatas – (8) –. Padre Ibiapina fez algumas visitas a Barbalha entre as décadas de 1860-1870, atuando na construção de poços, cemitérios e na reforma da Matriz. Dessa forma, é provável que a celebração inventariada seja mais que secular em Barbalha.

Segundo a pesquisa de Océlio Teixeira (2000), nos anos quarenta e cinquenta do século passado, o Cortejo do Pau passou por um processo que chamou de carnava-
lização, o que fez a prática votiva do Pau da Bandeira de Santo Antônio tornar-se uma festa ainda mais popular, ou seja, uma festa marcada pela concepção de mundo e de religiosidade dos grupos populares, por suas condições materiais e pelas suas experiências religiosas cotidianas, num processo contínuo de inter-relações sociais e culturais. O processo de carnavalização ganhou força a partir dos anos setenta, quando o poder público municipal passou a ter uma participação efetiva na organização da Festa de Santo Antônio. O objetivo era transformar a Festa do Padroeiro num evento turístico capaz de atrair visitantes e promover desenvolvimento para o município. Para tanto, foram introduzidos o desfile dos grupos folclóricos, de que trataremos mais a frente, as barracas com comidas típicas e as atrações musicais. Nesse processo, o Cortejo do Pau da Bandeira teve um papel de destaque, pois era o elemento mais original que a festa possuía. Ele funcionou como carro-chefe para atrair turistas.

O crescimento da Festa do Padroeiro sob o controle da Igreja local, com a efetiva participação do poder público, no entanto, abriu brechas para uma maior participação popular na Festa do Pau da Bandeira. Aumentou o consumo de bebida, as brincadeiras se tornaram mais constantes, dando os contornos básicos de sua feição atual. O Cortejo, que conforme orientação da hierarquia eclesiástica deveria ser um ato religioso de piedade, fé e sacrifício, foi transformado num espaço de afirmação social e religiosa dos carregadores, homens simples que, no dia a dia, ocupam posições sociais e religiosas inferiores. Eles, aos poucos, criaram uma forma própria de reverenciar e homenagear o padroeiro do município, marcada pela irreverência, pelas brincadeiras, pelo lúdico, enfim pelas suas experiências de vida. O espaço do Cortejo do Pau não pertence ao padre ou ao prefeito, apesar do investimento político feito por estes, mas sim aos carregadores. Nesse espaço, as regras e as normas são estabelecidas pelos mesmos: eles são os protagonistas da festa. Os vivas e fogos vindos da multidão são dedicados a eles, que parecem superar as limitações físicas em nome da missão a cumprir: erguer o mais alto possível a efígie do santo querido.

Tendo feito uma pequena síntese da história e da prática de Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, é hora de voltarmos à descrição dessa celebração. No dia dedicado ao Cortejo, antes mesmo do amanhecer, os carregadores começam a subir para a mata, ao sopé da Chapada do Araripe. Os que deixam pra ir mais tarde reúnem-se no Mercado, por volta das sete/oito horas, para se dirigir à *Cama do Pau* logo, em seguida ao tradicional caldo de mocotó,

comida típica na região, popularmente conhecida como de sustância, elemento necessário aos carregadores, já que irão transportar um mastro de aproximadamente duas toneladas por cerca de seis quilômetros. Durante toda a manhã a movimentação em direção ao local onde está o pau é grande.

Enquanto isso, na cidade, ocorre o dito desfile dos Grupos Folclóricos, que congrega as Formas de Expressão representantes da cultura popular local (Reisados, Penitentes, Incelências, Bandas Cabaçais, Lapinhas, Dança do Coco, Dança da Maresia, Dança de São Gonçalo, Dança do Milho, Dança do Capim da Lagoa, Dança do Pau de Fitas, Maneiro-Pau, Quadrilhas, Capoeira etc.). Tais Formas de Expressão participam de uma celebração eucarística, organizada pela Paróquia e pela Prefeitura, na Matriz de Santo Antônio. Nesse momento, os grupos em questão apresentam no altar sagrado produtos procedentes da terra, bem como produtos fabricados pelas indústrias existentes na cidade, além do rico patrimônio material e imaterial do município. É um gesto de trocas simbólicas entre os fiéis e o Santo, típicas das práticas católicas de tradição colonial, onde os laços entre o santo (protetor) e os devotos (protegidos) são estabelecidos ou reafirmados com base numa relação afetizada, familiar, trazendo para a intimidade esses intercessores próximos, capazes de resolver os problemas de suas vidas. A adulação dos santos, por meio da oferta de velas, flores, adornos etc., é um elemento recorrente dessa *economia religiosa do toma lá dá cá* (Sousa, 1986, p. 96) que permeia a economia das trocas espirituais (Vainfas; Souza, 2000, p. 34-35).

Durante o ritual das oferendas, cantadores de viola compõem versos e rimas a propósito de cada produto apresentado à mesa do altar sagrado. São também incorporados à celebração da missa, cânticos com acompanhamentos regionais, cantados por integrantes da comunidade e violeiros. A igreja, nesse dia, também recebe adereços característicos, portadores de sentidos culturais e simbólicos, que propiciam uma imersão pela visualidade nos saberes estéticos do cotidiano da comunidade, através de trabalhos artesanais com expressa intenção de assegurar a tradição desses saberes. A atividade artesanal, a cada ano, se refaz através dos mais diversos materiais: palha, corda, tecidos coloridos, papel, ou até mesmo flores importadas, conferindo assim características regionais à ambientação e à celebração. Esta, embora bastante caracterizada, não deixa de obedecer aos cânones oficiais da Igreja Católica, não sendo permitida nenhuma diversão ou brincadeira além da medida durante a reza por parte dos grupos da cultura popular local.

Enquanto ocorre o ritual da missa, do lado de fora da Igreja, o espaço público aparece como local de interação e diálogo entre os grupos de folguedos, e várias expressões culturais locais que prestam sua homenagem ao Santo. Muitos grupos preferem ficar executando no espaço externo suas brincadeiras, enriquecendo o momento pela promoção de uma visualidade festiva com o brilho e o colorido dos adereços, bem como, pela gestualidade e musicalidade produzida por instrumentos e pelos movimentos das danças que carregam traços de raízes ancestrais.

É na celebração eucarística em questão que é benta a bandeira com a efígie de Santo Antônio. Ao final, a flâmula é carregada para o exterior do templo. Os Grupos de Folguedos se posicionam então atrás da bandeira e desfilam pela Rua da Matriz, Rua do Vídeo – vias onde estão os mais significativos marcos edificados da cidade – e Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. À frente do Desfile, autoridades políticas e eclesiásticas se posicionam e, em seguida, uma multidão de brincantes urbanos e rurais, moradores, turistas e curiosos. Os grupos de brincantes seguem desenvolvendo coreografias, acompanhadas pelas Bandas Cabaçais, ou Zabumbeiros, por carros de som e pela banda de música da cidade. A celebração dá mais vida às coloridas ruas de Barbalha, ornamentadas com bandeirolas multicores e por bonecos gigantes inspirados nas Formas de Expressão da localidade.

Tal desfile foi implementado pela Prefeitura Municipal de Barbalha no ano de 1973. Segundo as entrevistas realizadas no Inventário do Iphan, com isso, o poder público municipal afirmava buscar o *resgate* e a *preservação* das manifestações populares, ao mesmo tempo em que dava mais visibilidade à Festa de Santo Antônio, atraindo pessoas de outros lugares para a cidade durante a ocasião. Não obstante, a relação da Prefeitura com as manifestações da cultura popular local resultou em uma rápida ressignificação destas. O caráter simbólico de algumas acabou eclipsado – (9)

—.

Na *Cama do Pau*, os carregadores, a exemplo do dia do Corte, fazem a festa com muita comida e cachaça. Há ainda a realização de brincadeiras entre os carregadores,

tais como o *mela-mela*, ocasião em que sujam uns aos outros com barro. O alto consumo de bebida alcoólica leva ainda a confrontos físicos, onde dois ou mais carregadores rolam no chão, como se brigassem seriamente. Contudo, nada de grave acontece nessas ocasiões: tudo faz parte da brincadeira.

Por volta do meio dia, os carregadores são convocados pelo Capitão do Pau. Ao som de tiros de fogos, após um Pai Nosso e uma Ave Maria puxada pelos carregadores, tem início o cortejo de Carregamento do Pau da Bandeira. Há uma hierarquia entre os carregadores, pois o Cortejo é também um ritual de passagem da adolescência para a vida adulta e um espaço de afirmação masculina. O objetivo de todo carregador é chegar à cabeça do pau, ou seja, carregar o pau na sua ponta mais pesada. Para tanto, existe uma disputa entre eles, que começa ainda na adolescência – (10) –. Deste modo, os carregadores mais experientes na celebração se posicionam ao lado da parte mais grossa do tronco enquanto os jovens e pessoas menos experientes ficam com a parte mais fina. No final do tronco são amarradas cordas, que, quando esticadas, ajudam a direcioná-lo. Durante todo o percurso, o tronco é constantemente arremessado ao chão, o que sempre deixa todos apreensivos, pois denota sério risco de acidentes para os carregadores e para o público. Além do mais, há sempre a possibilidade de que o tronco quebre devido aos diversos arremessos.

No início do carregamento, a participação no Cortejo se restringe quase que somente aos carregadores. Porém, à medida que se aproxima da cidade, aumenta o número de expectadores e de pessoas que seguem o cortejo. Nas ruas, como diz a

música símbolo da festa, “a cidade toda corre pra ver o pau da bandeira”. Homens, mulheres, velhos, crianças, ricos, pobres, todos se misturam formando uma grande multidão de devotos e foliões. Ao longo do Cortejo, uma carroça munida de aguar-dente – conhecida galhofamente como *Cachaça do Sr. Vigário* – acompanha os carregadores, distribuindo a bebida gratuitamente aos mesmos e ao povo que segue ou assiste à celebração. Pessoas de diversas localidades do Cariri, do Brasil e até estrangeiros acompanham ativamente o cortejo de carregamento, celebração que apresenta certo perigo, tanto para os carregadores quanto para o público que assiste a mesma. Todavia, entre o medo de se machucar e a emoção do momento, o povo opta por esta, rogando ao padroeiro Santo Antônio que dê proteção ao traslado do mastro. Santo Antônio e os carregadores são constantemente saudados com vivas, palmas e fogos.

No Dia do Pau, o centro histórico de Barbalha é tomado por milhares de pessoas, por barracas que comercializam comidas típicas e bebidas e por palcos armados pela Prefeitura Municipal, onde apresentações artísticas, especialmente bandas de forró pé de serra, têm lugar durante o dia. É comum ver diversos grupos uniformizados pelas ruas de Barbalha, especialmente ligados a determinadas barracas. São denominados blocos, sendo organizados por famílias, empresas e estudantes universitários, o que demonstra novos significados e apropriações por que passa a festa. Nos últimos anos, a cobertura midiática do evento também vem crescendo.

Em meio a brincadeiras e a seriedade da celebração, os carregadores vão transportando o mastro, passando pelas principais ruas da cidade, onde uma multidão espera a passagem do Pau, especialmente na Rua do Vidéo e Rua da Matriz, no Sítio Histórico, deixando explícita a devoção barbalhense ao Santo padroeiro e a permanência da tradição local.

Os atores principais do Dia do Pau da Bandeira são, sem dúvida, os Carregadores. Eles dotaram o evento de um caráter festivo, carnavalesco. A celebração de Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, como é característico dos momentos de festa, funciona como ruptura cotidiana, na medida em que os Carregadores são pessoas humildes, na maioria marchantes do Mercado Municipal de Barbalha, passando a ocupar o lugar central naquele dia. Segundo Océlio Teixeira de Souza:

A Festa do Pau da Bandeira é um espaço criado e recriado anualmente pelos carregadores do pau, homens das camadas populares, sem prestígio social, econômico e religioso. No entanto, durante a Festa eles são os principais personagens da cidade. Nesse espaço, as regras, as normas e a hierarquia existentes são criadas por eles, de acordo com suas experiências e sua inter-relação com os poderes constituídos oficialmente (Souza, 2004, p. 65).

Por outro lado, a irreverência popular dos Carregadores mescla a festa de tons religiosos, alegres e até profanos, onde piadas de conotação sensual são dirigidas ao Pau de Santo Antônio, praticamente um culto fálico que garante às moças solteiras a

possibilidade de casamento, desde que peguem, se esfreguem ou bebam o chá do mastro da bandeira. Essa erotização se tornou mais forte nas últimas décadas do século XX, sendo que a cobertura midiática do evento costuma se fixar nesta sensualização da festa.

Após um árduo trajeto de aproximadamente seis quilômetros, geralmente por volta das 18/20 horas, o Cortejo do Pau chega à Praça da Matriz de Santo Antônio, onde a bandeira com a imagem do padroeiro da cidade será enfim hasteada. Neste momento, uma plateia de milhares de pessoas assiste entusiasmadas o levantar do Pau da Bandeira, feito através do uso das tesouras (espécies de forquilhas, produzidas a partir de 8 troncos, cada um com aproximadamente 20 centímetros de espessura e cerca de 4 metros de altura utilizado) e do guincho (cabo de aço de 25 metros, anexado a uma espécie de tambor de ferro e dotado com uma catraca), que visam proporcionar mais segurança ao povo e agilidade à atividade em questão.

Tendo a Bandeira enfim erguida, uma chuva de fogos de artifício colore o céu barbalhense, em saudação ao seu padroeiro e aos carregadores do Pau. É o ápice da emoção na festa, a apoteose que leva vários expectadores e devotos às lágrimas. Assim tem fim às celebrações de Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira, porém a festa de Santo Antônio apenas começa.

Terminado o ritual de Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira, que simboliza o início da festa em honra ao padroeiro da cidade, começa o tempo da *Trezena de Santo Antônio*, celebração de culto católico realizada nas cidades, paróquias e

capelas, que têm o referido santo como padroeiro. A celebração funciona como momento de culto e de reflexão sobre o exemplo de vida cristã e os ensinamentos deixados por Santo Antônio. É também o momento dos devotos renovarem seus laços com o santo padroeiro, agradecendo pelos favores concedidos, pagando promessas e rogando por novas graças.

A Trezena tem início no dia 31 de maio e termina no dia 12 de junho, véspera do orago em questão. Cada noite da celebração – realizada na Igreja Matriz – é dedicada a um grupo ou setor social da cidade, tais como sindicatos, agricultores, comerciantes, motoristas, médicos, engenheiros, educadores, estudantes, famílias etc. Cada grupo de *noitários* abriga o andor com a imagem de Santo Antônio por um dia. Por volta das 18 h, saem em procissão com a imagem até a Igreja Matriz, seguida por animadas Bandas Cabaçais. Quando a imagem chega ao templo, tem início a celebração diária. São recitados os tradicionais *Responso* e *Ladainha de Santo Antônio*, seguidos por reflexões e preces relacionadas ao santo. Geralmente, uma celebração eucarística ocorre em cada uma das treze noites. O período da Trezena é marcado também pela realização de quermesses na Rua da Matriz e por grandes shows no Parque da Cidade com artistas de renome nacional ou da região, que atraem para Barbalha milhares de pessoas a cada noite de apresentação.

A Festa de Santo Antônio se encerra com a procissão do dia 13 de junho, dia do padroeiro. A celebração, tradicional no catolicismo, reúne os fiéis barbalhenses em uma caminhada pelas ruas da cidade, seguida por cânticos religiosos e recitação

do terço. As procissões se enquadram entre as tradições ibéricas legadas historicamente ao Brasil. Sobre as procissões coloniais, sabe-se de seu caráter festivo, colorido, repleto de danças, fantasias etc. (Del Priore, 2000, p. 23).

Em Barbalha, a imagem do padroeiro é colocada em um carro-andor, espécie de jipe adaptado e ornamentado com flores e cetim. É precedida no cortejo pelos andores dos santos padroeiros dos sítios e comunidades de Barbalha. Cada grupo de fiéis se posiciona ao lado de seus patronos na Procissão. A inclusão dos mesmos na celebração se deu na década de 1980. Bandas Cabaçais tradicionalmente costumam animar o cortejo.

Grande parcela dos barbalhenses segue a procissão. As pastorais e demais grupos religiosos ligados à Paróquia de Santo Antônio também participam da celebração. A procissão parte dos jardins de uma influente família barbalhense, nas proximidades da Igreja do Rosário, tendo fim diante da Igreja Matriz de Santo Antônio, encerrando assim a comemoração anual do padroeiro de Barbalha. Termina, assim, o período mais animado de Barbalha. A Festa do Padroeiro é a festa da cidade, onde uma devoção alegre e irreverente toma conta das ruas, reúne famílias e amigos, enche a Matriz, movimentando o comércio e enche de pessoas o Parque da Cidade. Mescla dinâmica de fé, devoção e carnaval, a Festa de Santo Antônio é o maior patrimônio cultural da cidade. Terminou a procissão e a imagem do orago querido retorna à Igreja Matriz, depois de muitos dias de louvação à sua memória, iniciados com um

belo cortejo, onde homens simples carregaram nos ombros um peso fenomenal. Fim da festa. Contudo, ano que vem tem mais...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando das políticas brasileiras a respeito do registro e salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Maria Laura Viveiros Cavalcanti e Cecília Londres Fonseca afirmam:

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. A continuidade histórica dos bens culturais, sua ligação com o passado e sua reiteração, transformação e atualização permanentes tornam-nos referências culturais para as comunidades que os mantêm e os vivenciam. A referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda (Cavalcanti; Fonseca, 2008, p. 19).

Ao longo deste artigo procuramos mostrar a Festa de Santo Antônio de Barbalha como exemplo claro do que seria essa referência cultural, produzida dinamicamente pelos sujeitos históricos, mesclando tradições de múltiplas matrizes culturais; objeto de disputas e apropriações sociais diversas; momento marcado pela fé e sacrifício, mas também pela galhofa carnavalizadora. Celebração repleta de ritos, formas de expressão, ofícios e lugares que lhes são próprios, a Festa de Santo Antônio é essencial para a compreensão das identidades e memória (individual e coletiva) de Bar-

balha e do Cariri cearense, região do país com uma riqueza cultural e natural impar. Nestes termos, nada mais justo que a tal celebração figure entre os bens registrados pelo Iphan enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMÃO, Francisco Freire. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: *Crato – Rio de Janeiro (1859-1860)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2007.

CALLOU, Antônio Marchet. Conotações Históricas de Barbalha. *Revista Itaytera*. n. 21. Crato-CE: Instituto Cultura do Cariri, 1977, p. 79-91.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

_____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11 ed. São Paulo: Global, 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial do Brasil: *legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO, 2008.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DUARTE, Terezinha Couto. Saudação a S. Antônio. *Revista Itaytera*, n. 23. Crato-CE: Instituto Cultural do Cariri, 1979.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. *História do Cariri*. Crato-CE: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.
- GAMBOSO, Vergílio. *Vida de Santo Antônio*. Aparecida-SP: Santuário, 1994.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MOTT, Luiz. Santo Antônio. O divino capitão-do-mato. In: Reis, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NEVES, Napoleão Tavares. *Pequena história da Paróquia de Santo Antônio de Barbalha*. Barbalha-CE, 1988.
- PILONETTO, (Frei) Adelino G. Santo Antônio e a devoção popular. *Cadernos Franciscanos*, n. 8. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 41-52, 1995.
- PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.
- SINZIG, (Frei) Pedro. *O Thaumaturgo Santo Antônio – na história, na lenda e na arte*. Petrópolis-RJ: Centro da Boa Imprensa, 1922.
- SOIHET, Rachel. A subversão pelo riso: *estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SOUSA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das letras, 1986.
- SOUZA, Océlio Teixeira de. A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): *entre o controle e a autonomia (1928-1998)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. In: MARQUES, Roberto & LIMA, Marinalva Vilar de (Org.). Estudos Regionais: *limites e possibilidades*. Crato: NERE/ CERES Editora, 2004.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana B. *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE BARBALHA

Rosemberg Cariry

Um dos maiores acontecimentos religiosos, sociais, culturais e lúdicos do Cariri é a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, que acontece na última semana de maio se estendendo até o dia 13 de junho – o dia de Santo Antônio, quando os festejos populares são encerrados com uma concorrida procissão e uma missa solene na igreja matriz.

A cidade de Barbalha, encravada no Vale do Salamanca, circundada pelas florestas das encostas da Chapada do Araripe e pelos verdes canaviais, onde ainda hoje fumegam os engenhos de moagem de cana de açúcar e de fabricação da rapadura, guarda, em suas igrejas, casarios e sobradões, heranças de antigas nobrezas.

Afirma-se que, assim como o Egito é um presente do Nilo (Heródoto), Barbalha é um presente do rio Salamanca. Na verde concha dos canaviais, Barbalha cintila como uma pérola. Barbalha é a pérola do Cariri.

AS ORIGENS

A origem do nome Barbalha é envolta em lendas. Diz a tradição popular que o topônimo é alusivo ao nome de uma moradora, dona de um pouso que abrigava comboieiros e viajantes. Era o Pouso da velha Barbalha.

Sua denominação original foi Freguesia do Santo Antônio de Barbalha. A pequena vila foi erguida por antigos sesmeiros. Segundo Napoleão Tavares Neves:

O homem branco deve ter visto o Cariri em 1705, há muitas datas polêmicas, mas o mais consensual é isso, e entrou no Cariri pela porta aberta da Cachoeira de Missão Velha, porque os colonizadores vieram seguindo o curso dos rios, então os colonizadores chegaram aqui através dos riachos dos porcos e a primeira janela do Cariri que eles viram foi a cachoeira de Missão Velha. Entraram e começaram a colonizar, inicialmente era o ciclo do boi, o ciclo do couro, depois eles viram que os solos do Cariri eram muito nobres para serem usados apenas para pasto de gado e começaram a plantar cana a partir de 1838. Diz o historiador Irineu Pinheiro, que o primeiro engenho de rapadura rangiu no Vale de Salamanca em 1838 e daí pra cá começou a cultura da cana de açúcar (Neves, 2010).

Apontam as crônicas históricas que Francisco Magalhães Barreto e Sá, descendente de Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil, foi quem fundou Barbalha. Magalhães teria, em 1778, pedido permissão à Igreja Católica para erigir, à margem do rio Salamanca, um pequeno templo a Santo Antônio, nas terras pertencentes a Manoel Antônio da Rocha. Aos arredores da Capela de Santo Antônio, foram se concentrando famílias e uma área de riquezas começou a se desenvolver. Os primei-

ros registros da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, como acontecimento religioso, datam de meados do século XIX.

A primeira atração foi de fato o Vale do Rio Salamanca, que era bastante fértil, um vale bastante plano, bastante fértil que misturava o bom clima serrano e a cidade foi se formando bem próximo dos canaviais, muito próximo (Hilario, 2010).

As férteis terras localizadas nos sopés de serra e às margens do rio Salamanca eram habitadas pelos índios Cariris, antes das entradas dos vaqueiros da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e de fazendeiros e criadores que chegaram da Bahia e de Sergipe. Os resultados desses contatos e descobrimentos, na região, desencadearam notícias de que, na região, havia ouro em abundância, e, em seguida, desencadeou-se uma verdadeira corrida para os sertões brasileiros, para onde acorreram famílias oriundas de várias regiões do país e mesmo de Portugal, sonhando com as riquezas de terras inexploradas e com a esperança de encontrar o minério, que as levaria a aumentar seu patrimônio material, além de aumentar seu prestígio pessoal com a corte portuguesa. A busca do metal precioso, nas ribanceiras do Rio Salgado, trouxe, para a região do Vale do Cariri, a colonização e consequentemente a doação de sesmarias, o que permitiu a fixação do homem à terra e, consequentemente, o surgimento de lugares e vilas.

Os colonizadores mantiveram os primeiros contatos com os nativos e, depois de renhidas lutas, catequizaram e agruparam os índios em aldeamentos ou missões,

concluindo o genocídio por meio das tentativas de extinção da cultura autóctone. Não extinta de todo, a antiga cultura da nação Cariri termina se mesclando a costumes e crenças do colonizador gerando uma vigorosa cultura caboclo-popular, embora as nações indígenas e os seus costumes, línguas, mitos, saberes e religiosidades originais deixassem de existir enquanto grupos culturais e étnicos.

Deste contexto violento de embates e guerra colonial, surge Barbalha, um núcleo urbano que cresce ao redor da capelinha de Santo Antônio. A economia de Barbalha cresceu em torno dos engenhos de rapadura, unidades produtivas que até hoje exercem significativo papel econômico no município, apesar da decadência da atividade canavieira e do seu pouco peso econômico nos dias atuais. Os grandes e gloriosos engenhos, a exemplo do engenho Tupinambá, são apenas fotografias nas paredes e recordações dos outrora poderosos senhores que sobreviveram à decadência e ao tempo. Parafraseando Carlos Drummond de Andrade, poderíamos dizer: “mas como doem”. Barbalha já se orgulhou de ter mais de 80 engenhos, e a sua rapadura adoçou todo o Nordeste, constituindo-se o principal lastro econômico do município. Conforme faz menção Napoleão Tavares Neves:

Barbalha chegou a ter de 80 a 100 engenhos de rapadura. Chegou a ser ‘Capital Mundial’ da rapadura. Cada engenho destes dava trabalho a mais ou menos 40 pessoas na zona rural. A cana de açúcar e o produto mais valorizado, a rapadura, durante mais de um século, foi o lastro econômico da região (Neves, 2010).

Esta fartura de rapadura e pujança econômica, antes de entrar em declínio, em meados do século XX, não era para todos, mas concentrada nas mãos e no poderio de algumas poucas famílias brancas, de nomeada ou imaginada fidalguia, enquanto, nos eitos, o trabalhador dos canaviais, os caboclos (descendentes de índios e brancos), os negros importados e os cafuzos (em menor quantidade) viviam e trabalhavam em um sistema de semiescravidão.

As amargas lembranças deste tempo são guardadas por Maria Ideuzuite Benedito, negra moradora dos engenhos de Barbalha, mágica rezadeira e guardiã da memória popular, em seus quase cem anos de idade:

Só morava pobre, as casas de taipas cobertas de palha, as portas palhas de palmeira, chama-se caniços, nos tinha na parte nas casas. Engéns [...] os pobres dos trabaiaador dos engém não tinha nem roupa para vestir. Os trabaiaador era no corte da cana, era na fomalha, nos tachos, tudo tão sujo, suado... O povo que trabaiaava nos engém parecia uns cativo. Era um sofrimento grande. Tinha os que metia fogo. Tinha deles que adoecia e morria daquela quentura dos engém. Era um sofrimento. Naquele tempo era um sufoco! A comida era feijão com farinha com um quarto de rapadura. Os donos dos engenhos dava surra, açoitava os trabaiaador. Eles não respeitava não, se um trabaiaador não aguentasse o sofrimento e saísse da terra deles eles ia buscar amarrado, como um cativo, para vir trabalhar debaixo das sujeição (Benedito, 2010).

As manifestações culturais, religiosas e lúdicas, que nascem em redor dos engenhos, em pequenas vilas, nos sopés da serra e periferia de Barbalha, em ambiente de

grande pobreza e tensão social, são de grande originalidade e força vital. Nascem da resistência do homem, para, pela beleza do cantão, do lúdico e do religioso, combater a miséria e a morte. Esta cultura não é uma cultura da miséria, é uma cultura que à miséria resiste. Mesmo a religiosidade imposta pelos missionários, de acentuada morbidez e penitencial, é subvertida e transformada em energia solar do espírito, revestindo-se de intensa sexualidade, alegria e força vital. Uma cultura fecundante que vence as “moendas de moer gente” dos engenhos e a morte que ceifa de forma precoce a vida dos trabalhadores dos canaviais.

O SANTO PADROEIRO

Vindo de Portugal (Rowler, 1977), Santo Antônio habita o universo religioso brasileiro, tornando-se um dos santos mais populares, ao lado de São Pedro e São João. Segundo Cascudo (1979, p. 61-64), Santo Antônio é padroeiro de mais de 300 freguesias, e seu grande prestígio junto ao povo deve-se à crença de que ele faz aparecer objetos perdidos e arranja casamentos. Um santo bem humanizado e adaptado ao cotidiano do povo, capaz de suprir as carências dos homens e das mulheres, por meio do fogo milagroso do amor. As orações para obter favores são as mais diferentes e ousadas possíveis. Pereira da Costa registrou em Pernambuco, na primeira metade do séc. XIX, a seguinte oração:

Padre Santo Antônio dos Cativos, vós que sois amarrador certo, amarraí, por vosso amor, quem de mim quer fugir; empenhai vosso hábito e o vosso Santo Cordão, com algemas fortes e duros grilhões, para que façam impedir os passos de fulano, que de mim quer fugir; e fazei, ó meu bem-aventurado Santo Antônio, que case comigo sem demora (Costa apud Cascudo, 1979, p. 63).

De Santo Antônio, por conta da fama de “encontrador de objetos perdidos”, valiam-se também os proprietários de terra para fazer encontrar os negros foragidos. A fama do “Santo Antônio Amarrador” dava-lhe, entre os senhores de engenho, uma aura de “capitão-do-mato” fantástico. Por outro lado, os negros também adoravam um “Santo Antônio” mais compadecido dos negros, que os ajudava nas fugas e os aliviava dos suplícios dos troncos. Por este motivo, do mesmo Santo Antônio, valiam-se os negros fugitivos. Pela quantidade de Quilombos que se espalharam pelo Brasil, é possível crer que muitos negros fugidos conseguiram a tão sonhada liberdade e que a balança de Santo Antônio, muitas vezes, terminava pendendo em favor dos negros escravizados, para desgostos e prejuízos dos senhores de engenho que contabilizavam seus lucros diminuindo as doações ao cofre da paróquia do Santo “subversivo” (Cariry, 1982, p. 194).

As moças casadoiras, cheia de intimidades com Santo Antônio usavam métodos mais radicais para fazer com que o santo cumprisse os seus desejos, sobretudo os amorosos. Para conseguir casamento, as moças submetiam Santo Antônio a todo tipo de tortura e suplícios: tiravam o menino Jesus de seus braços e só o restituíam

depois de realizado o pedido de casamento; amarravam-no pelo pescoço e o penduravam no teto ou dentro de poços; colocavam sobre a tonsura uma moeda colada com cera e as moças mais carentes de casamento chegavam a açoitá-lo. Outros usos, menos nobres, eram feitos também por meio destas chantagens com o pobre Santo Antônio. Irineu Pinheiro, no seu livro "O Cariri", nos conta este singular fato:

De primeiro (penso que assim ainda se faz muito em sigilo), enterravam eles dentro do seu arroz, farinha e feijão a estátua de Santo Antônio, de cabeça para baixo, e só retiravam depois de perdidas todas as plantações (Pinheiro, 1950, p. 96).

Quem assim procedia eram os aproveitadores da seca, comerciantes amorais que guardavam grande quantidade de gêneros alimentícios em caixões de cedro e paiois, para revenderem na estiagem, explorando as populações famintas. Até para isso se serviam de Santo Antônio.

A imagem do Santo é sua presença na terra, e o corpo inerte é vivificado pelo espírito do divino. É ainda Câmara Cascudo (1979) quem nos informa que a representação do santo pela imagem material é uma herança dos gregos. A imagem de Marte era amarrada para não abandonar o guerreiro. A poesia popular registra a credence herdada:

*Santo Antônio, me case já,
Enquanto sou moça e viva.*

*O milho colhido tarde
Não dá palha nem espiga.*

*Meu Santo Antônio querido,
Meu santo de carne e osso,
Se tu não me dás marido,
Não tiro você do poço.*

*Confessei-me a Santo Antônio,
Confessei que estava amando.
Ele deu-me por penitência
Que fosse continuando...*

*Meu Santo querido,
Eu vos peço, por quem sois;
Dai-me o primeiro marido,
Que o outro eu arranjo depois.*

*Meu Santo Antônio querido,
Meu santo de carne e osso
Se não me dá um marido*

Não tiro você do poço.

A tal ponto chegou a popularização e a profanação do santo que ele chegou a ser nomeado capitão na Fortaleza das Armas (1705), Alferes no Bairro da Mouraria (1800), com saldo anual de 120\$, chegando até o posto de coronel em São Paulo antigo (Cascudo, 1979). O povo espalha, aos quatro pontos cardeais, a força e o poder deste santo:

*Quem milagres quer achar,
Contra os males e o demônio,
Busque logo a Sant'Antônio
Que só há de encontrar.*

*Aplaca a fúria do mar,
Tira os presos da prisão,
O doente torna são,
O perdido faz achar – (1) –*

O nome verdadeiro de Santo Antônio é Fernando de Bulhões, nascido em Lisboa, o ano da graça de 1195, no dia 15 de agosto. Morreu em Arcela, no dia 13 de ju-

nho de 1231 (Rower, 1977). Cedo se manifestou o seu espírito místico, fazendo-o ingressar na Ordem de Santo Agostinho. Transferiu-se para a Ordem de São Francisco, em 1220, tomando o nome de Antônio. Muitos são os fatos que se contam a seu respeito. Dizem que tinha o dom de fazer-se entender por todos os estrangeiros e que o Menino Jesus costumava visitá-lo. Vem daí as iconografias que o representam com o menino Jesus nos braços. Outro fato extraordinário é o sermão que fez para os peixes, e estes subiram à superfície para escutá-lo, quando os homens não lhe deram ouvidos. Santo Antônio, canonizado um ano após a sua morte, pelo Papa Gregório IX, é o mais popular santo de Portugal e de terras colonizadas pelos portugueses.

AS ORIGENS DA FESTA

A festa de Barbalha em louvor a Santo Antônio combina a devoção católica ao santo casamenteiro com os ecos de antigos rituais pagãos europeus e indígenas (autóctones) que marcavam a época da colheita. A festa em Barbalha é um acontecimento centenário, e muitos apontam o Padre Ibiapina como tendo sido o introdutor do costume religioso de hastear o mastro para a bandeira do santo na região, da mesma forma que incentivou o surgimento dos primeiros grupos de penitentes.

A festa, no entanto, só adquiria grande vigor, porque existia no substrato cultural da região, sobretudo na população cabocla, herdeira dos antigos tapuias, uma tradição de festejo das colheitas, da festa do *ouricuri* e da árvore da vida.

No antigo mito de *Badzé*, a árvore tem o significado profundo de ligar a terra aos céus, de fazer a ligação entre os homens e os deuses. Narra o mito de *Badzé* e das disputadas entre os irmãos *Warakidzã* e *Poditã*:

Com ciúmes do irmão, Warakidzã desceu à terra Cariri, transformou as crianças índias em porcos-espinhos (o embrutecimento do espírito, o futuro negado), fazendo com que elas subissem num gigantesco pé de árvore (a árvore do bem e do mal?). Não satisfeito, pediu às formigas azuis para que roessem o tronco da árvore, derrubando-a por terra e deixando as crianças-porco-espinho para sempre encantadas no céu. A terra Cariri ficou um eterno “hoje”, sem amanhã. Depois de muitas tentativas inúteis de pôr a enorme árvore em pé, impossibilitados de subirem até os céus, os índios disseram a Poditã que estavam muito tristes e que queriam de volta a alegria das suas crianças (o seu futuro). Poditã ensinou então aos pajés que, invocando a proteção de Badzé, fumassem seus cachimbos com ervas mágicas e tomassem o vinho da jurema preta para ter visões proféticas, entrando, assim, em contato com o mundo dos encantados. Contento com a visita dos espíritos dos pajés e com as ofertas de fumo, Badzé castigou Warakidzã, desencantou as crianças-porco-espinho em curumins e as devolveu ao Paraíso da terra Cariri, que voltou também a ter um amanhã (Cariry, 2008, p. 369).

No mito Cariri, erguer a árvore é novamente religar a terra aos céus, é unir o passado ao presente e ao futuro, em um ritual cósmico.

Os ritos em torno do pau e da fertilidade são comuns a muitos povos indígenas do Nordeste. Ainda hoje, os Tupinambá de Olivença, na Bahia, mesclando os seus

antigos costumes com costumes católicos impostos nos aldeamentos, realizam o ritual do “Pau”. Os procedimentos e as crenças se parecem muito com os da Festa do Pau da Bandeira de Barbalha, guardadas as diferentes proporções e inserção midiática:

Na Festa da Puxada do Mastro, são os habitantes da vila que mais se destacam. Um dos grupos centrais da festa são os “machadeiros”, escolhidos anualmente. Quinze dias antes da festa, eles têm o papel de “marcar o pau”, isto é, dirigir-se à área do “mato” (a cerca de três quilômetro da vila) e escolher os troncos que serão utilizados para a fabricação do mastro e do “mastaréu”, o mastro das crianças. Além disso, “marcar o pau” implica em extrair parte do casco da árvore para promessas feitas a São Sebastião. Também se usa o casco para fazer um chá que “dá sorte”.

No dia da festa, a alvorada é às cinco horas da manhã e se inicia com o sino da igreja. [...] No mato, o tronco é cortado em um ambiente de enorme animação, com muitas conversas entre os conhecidos e os vizinhos de Olivença, que muitas vezes são companheiros de festa. O corte do tronco é rápido e sua queda provoca muita agitação. Homens se aproximam e alguns, usando o facão, descascam-no. Parte do casco é aproveitada pelos presentes para fazer chá, para proteção ou promessa. O restante é retirado e deixado no chão. [...] Levantar o tronco do chão é talvez uma das tarefas mais complicadas e árduas. Na saída do mato, as crianças vão à frente, puxando o “mastaréu”. O mastro é puxado por todos os presentes. Então ouve-se gritar “agora”, “juntem a corda”, “em frente”, “parem” – palavras de ordem e coordenação entre os que seguram e arrastam a corda. Quando se inicia a descida canta-se bem alto “Ajué, dão”, “ajué, dão dão” e com isso se ganha

ânimo para puxar o mastro. Depois da pausa para o almoço, os transportadores do sino entram pela praia. Os rapazes com o mastaréu correm para o mar e mergulham junto do tronco. Muitos sentam-se em cima dele para trazer “sorte” e, por vezes, bebês são colocados durante instantes em cima do mastro com o mesmo propósito (Viegas, 2010).

Outra herança do Pau da Bandeira vem dos antigos festejos do Divino Espírito Santo, herdados das Ilhas dos Açores – Portugal. A Festa do Divino é a festa da justiça, da igualdade, da fartura, da libertação do homem, com as bênçãos para as boas colheitas e as mesas fartas, sob o signo do mais radical comunismo. A Bandeira do Divino também é erguida em mastro alto, representando a árvore da vida e os seus frutos mais generosos. O costume de hastear as bandeiras dos santos em mastros, nas festas de Padroeiros, ainda hoje vigora em muitas cidades, vilas, aldeias e comunidades quilombolas do país, tomando feições identitárias bem brasileiras.

Se é reconhecida na festa católica do Pau da Bandeira de Santo Antônio a influência indígena, não é pequena também a contribuição afro-brasileira, sobretudo nos folguedos populares dos reisados e na contagiante alegria que toma conta dos festejos, entre danças, cantos, gritos e algazarra.

A festa é como uma “onça pintada”, cheia de vigor e brilho, que no dizer de Ariano Suassuna representa todas as raças e povos que constituem a cal que alicerçou a formação do povo brasileiro.

Há indícios de que diversas tribos costumavam ir beber das águas das fontes termais, que abundam na região, consideradas “sagradas”. Nessa época, os índios Cariris recebiam os visitantes com grandes celebrações. Com a chegada da colonização e do Catolicismo, os religiosos teriam tentado adequar a festa ao culto de Santo Antônio. Mesmo assim, aspectos primitivos do antigo ritual teriam sobrevivido e sido incorporados à festa do padroeiro que trazia reminiscência europeia do culto ao mastro sagrado, nas festas das colheitas europeias.

São muitas as versões sobre as origens da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, sem, no entanto, se precisar uma data. Quando muito, aponta-se uma época em que os festejos, comuns na região e em várias localidades rurais e urbanas do Nordeste, começam a tomar maior vulto em Barbalha:

A origem da Festa do Pau da Bandeira é a devoção a Santo Antônio e, dentro da organização da festa religiosa, o que se sabe é que sempre houve a abertura marcada pelo transporte do tronco da árvore que serve para ser o mastro para a bandeira. Por um lado é um tipo de festa que existe em todo o Cariri, nos diversos municípios. Esse costume de transportar o mastro, ligado às festas religiosas na região é bem antigo. Mas sabemos também que este costume da festa com árvores transformadas em mastro ela está ligada a outras tradições, até mesmo imemoriais, que vieram da Europa com os primeiros colonizadores. No Cariri, e particularmente em Barbalha, a Festa do Pau da bandeira se caracteriza por essa comemoração do padroeiro de Barbalha, Santo Antônio (Araújo, 2009).

O historiador Napoleão Tavares busca precisar uma data como marco do início, mas termina apontando a passagem do Padre Ibiapina em sua missão evangelizadora e de ação social, como tendo marcado a consolidação da tradição:

Em 1853, já se falava em festa de Pau da Bandeira em Barbalha, mas tudo faz crer que a festa começou com a independência do Município em 1847. Agora a festa religiosa foi crescendo pela ação pastoral, e as missas do Padre Ibiapina, na década 1860. O Padre Ibiapina, por onde passava, nas suas andanças e pregações pelo Nordeste, recomendava que se colocasse no mastro a bandeira do padroeiro do sítio da fazenda ou da cidade (Neves, 2010).

O povo busca outras origens. Augustinho dos Santos, mestre da filarmônica São José e presidente da Associação Vicentina de Barbalha, narra uma história ouvida do Sr. Joaquim Teles, proprietário do Sítio São Joaquim (onde fora preservada parte da floresta nativa), que, durante muitos anos, fez a doação da árvore para ser cortada e transformada no mastro para hasteamento da bandeira.

Eu perguntava: Dr. Teles, de onde surgiu o Pau da Bandeira? Ele dizia: Agostim, aqui tinha um velho chamado Zé Terentena. Era um velho muito religioso, e a casa dele era cheia de santos. Ele era um velhão, cabelo branco que tinha uma voz assim meio de “asa quebrada”. Era pobre, não tinha nada, mas era um velho muito religioso. Deram a ideia a ele de levantar o pau para botar a bandeira do Coração de Jesus, em frente da casa dele, no dia da festa de renovação. Aí ele pegou uns meninos e foi para mata do São Joaquim, do Dr. Teles, e lá cortou um pau pequeno e bo-

tou nos ombros dos meninos. Trouxe e ergueu em frente da casa dele com a bandeira do santo. Soltaram fogos, fizeram festa [...] E o povo gostou. Aí o vigário de Barbalha, naquele tempo, aconselhou que o povo fizesse aquilo também na festa de Santo Antônio, que ele achou bonito. Os meninos, carregando aquele pau, que queria também para a festa de Santo Antônio. Aí fizeram, ficaram trazendo o Pau da mata de São Joaquim. No pau, colocavam uma bandeira com Santo Antônio, até de papelão, uma varinha, amarrado no pau. Aí subiam o pau [...] Pipocavam os fogos, começava a música, a festa [...] Foi assim que começou (Santos, 2009).

SANTO ANTÔNIO – O SANTO CASAMENTEIRO

Se é antiga a crença (herança portuguesa) nos poderes de Santo Antônio como santo casamenteiro, esta crença tem crescido e adquirido novas formas pela divulgação da festa na grande mídia e das interpretações chistosas e bem humoradas, em torno do pau e do costume das moças pegarem no “pau” (da bandeira) de Santo Antônio. Este costume de uso recente, incentivado pela mídia, começa a se consolidar (ou pelo menos adquire maior visibilidade) a partir da década de 1970, quando a festa adquire conotações de grande evento e começa a ter uma nova visibilidade.

Da fama de Santo Antônio, como santo casamenteiro, existe uma lenda de grande sabedoria e intensa generosidade:

Contam que, em Pádua, havia um chefe político que exigia que todas as moças casassem com o dote, aconteceu que só rico casava com rico e pobre com pobre, e o povo ficou revoltado. E Santo

Antônio chegou lá e mostrou que aquilo estava errado, e ele tinha uma postura moral tão grande, que esse cidadão, esse chefe aboliu essa lei, aí o povo ficou feliz porque podia casar, essa era a explicação que se dava (Lima, 2010).

A fama de Santo Antônio é também atestada por sua ligação profunda com o povo, tendo sempre atuado como um defensor dos pobres e dos injustiçados, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Ele sempre foi um homem no meio do povo, eu não conheço dos muitos milagres que dizem que ele operou em nome de Deus, eu não conheço um milagre que ele tenha feito assim em caráter particular. Sempre no meio do povo em favor do povo (Simoneto, 2010).

Quando os homens da Irmandade dos Carregadores do Pau de Santo Antônio entram na cidade, os fogos pipocam, as bandas de pífanos tocam, e a dança e um ar-repio frenético tomam conta da cidade. As moças casadoiras correm para tocar no Pau de Santo Antônio. E tem-se aí uma verdadeira “orgia” de corpos que se tocam. As mulheres vão de encontro aos homens suados e sujos da poeira da terra, na ânsia de tocar no mastro.

A literatura de cordel da região narra estes fatos de maneira espirituosa fazendo a graça do povo:

Jogaram o pau no chão,

*Isabel se escanchou
Mais que depressa no pau
Ela pegou e alison
E para fazer um chá
Uma casquinha levou.*

*E quando chegou em casa
Foi rezando a trezena
Que de Santo Antônio
É sua famosa novena,
Para conseguir um marido
Ela rezou foi centena.*

*Dormindo ela sonhou
De noite em sua cama,
Viu Santo Antônio chegando
Bem de mansinho e lhe chama,
Falando essas palavras
Sinceramente sem grama.*

Eu não vou casar ninguém

*Pra não ter decepção
Preocupado com o mundo
Desisti dessa missão,
Por isso já resolvi
Mudar minha profissão.*

*Pare de me azucrinar,
Aporrinhada eu já estou,
Casamento arrumado
Saiba que nunca prestou.
Todo mundo sabe disso
Só você não escutou – (2) –*

Dizem que, em noites tão animadas, onde mais de duzentas mil pessoas se juntam em festa, em dança, em meio a muita música e muita bebida, é quase certo que o cupido reine de maneira mais desavergonhada e os encontros amorosos se sucedam, alguns como encontros duradouros que resultam em casamentos. Para uma minoria mais alvoroçada, fica a herança dos filhos bastardos ou mesmo as doenças venéreas – não são poucos os que, na embriaguez da festa, dando asas aos impulsos mais destrutivos, dispensam o uso dos preservativos, com sérias consequências. Em casos mais graves, como a AIDS, nem mesmo adianta arrependimentos, rezas e promessas.

Esta permissividade festeira e herege, já era costume antigo, quando bem o descreve, com ironia o Padre Lopes Gama, no seu famigerado pasquim “O Carapuceiro”, ao falar das festas de levantamento da Bandeira, na antiga Recife.

O pretexto é o culto religioso, mas na realidade essas festividades, apreze, foram inventadas para dar azo a folgares, a pagodes, a rega-bofes etc. etc.

[...]

Onde há adjunto de moçoilas é infalível a atração da rapaziada, que desabelha de todas as partes para assistir muito devotamente ao levantamento do pau da bandeira. Os mais famosos conquistadores e gamenhos acompanham por fora o círculo do rebanho feminino; e a cada um ali está com todos os cinco sentidos sobre as mansas ovelhinhas, e á maneira do faminto leão circuit quocrens quem devoret (vai cercando a quem deve devorar). Vai adiante da procissão o estrepitoso zabumba e mais instrumental, e os foguetes do ar estouram incessantemente. Vão as senhoritas cantando versículos, aos quais de ordinário responde a turba multa (Gama, 1996, p. 278-279).

Para moralizar e sacralizar de forma mais conservadora os pedidos de intervenção de Santo Antônio nos negócios do amor, as mulheres de Barbalha resolveram se unir em torno da advogada Socorro Luna e criaram com muito sucesso a “Noite das Solteironas”.

A “Noite das Solteironas” tornou-se uma festa dentro da festa de Santo Antônio. Nós tivemos a ideia de criar a noite das solteironas e, quando nós tivemos a ideia de criar a noite das solteironas,

nós começarmos a pensar em simpatias, coisas diferentes para serem vendidas para os turistas, para o pessoal que nos visita nesta época. Como Santo Antônio é tido como santo casamenteiro, já havia a tradição de que a moça que pega no pau casa, e nós tivemos a ideia de tirar a casca do pau e transformar em simpatia. A primeira simpatia que nos criamos foi o “kit milagre”, foi um estouro, foi um sucesso, vendeu para o país inteiro. Ai depois a gente foi criando novas simpatias. Criamos o chá casamenteiro, criamos o terço para arranjar outras solteirices, e esse ano a gente vem com uma novidade bem interessante que é a essência do amor, é um banho que você toma e, em seguida, você sai e os cupidos já estão tomando de conta da sua vida. Nossa noite é uma noite romântica, é a noite em que as pessoas vêm realmente para paquerar, para se sentir bem num ambiente tranquilo. E, além do ambiente tranquilo, aproveitar e adquirir nossas simpatias (Luna, 2009).

Hoje a “Festa das Solteironas” é um acontecimento midiático dentro da já midiática Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio. Socorro Luna, na época da festa, está presente em todos os jornais e emissoras de TV, regionais e nacionais, sempre aconselhando seu “kit casamento”, como remédio certo para a solidão, e as pequenas estátuas de Santo Antônio, como sagradas companhias que podem atrair amores, mesmo os mais profanos, já que parece que Santo Antônio, atarefado com tantos pedidos, parece não ter muitos critérios na distribuição de parceiros. Muitas vezes, é o primeiro que aparece. Diz o povo que São Pedro e São João são mais criteriosos nessas escolhas.

Celene Queiroz, a grande guardiã do folclore de Barbalha e uma das criadoras da festa, na dimensão que hoje ela tem, mostra uma visão mais reservada em relação às credices do povo e ao uso que se faz dos poderes sagrados de Santo Antônio:

Eu não vejo a devoção a Santo Antônio dessa maneira. Eu vejo Santo Antônio como um santo grande e milagroso. Ele é o nosso protetor, o nosso santo padroeiro, e essa parte de Santo Antônio casamenteiro é mais uma brincadeira que o povo reinventou [...] A gente faz isso brincando, na brincadeira [...] Mas no sério mesmo, para mim, Santo Antônio é um santo muito milagroso. Quanto a estas histórias de tirar a casca do pau da bandeira para fazer chá, é também uma invenção mais nova da brincadeira que está baseada na antiga tradição das plantas medicinais. Existe, na medicina popular, o milagre das ervas, das plantas. Elas são milagrosas e trazem curas. Então as pessoas tiram a casca do pau da bandeira e é feito aquele chá. Aí as solteironas tomam este chá esperando casar. Também compram o “kit casamento”, compram os santinhos, as novenas, compram o tercinho, compram medalhinhas [...] Tudo isto faz parte da brincadeira, da diversão e movimentam as quermesses, os leilões, as festas: a animação do povo (Queiroz, 2010).

As mulheres, na Festa de Santo Antônio, tem a função de musas, de inspiração, de feminino idealizado no ritual fálico. Os carregadores do Pau da Bandeira são homens. As bandas de pífanos são constituídas por homens. Os brincantes de reisados e bois são homens (com raras presenças femininas), os “Mateus” e os encaretados são homens, os bêbados e brincantes são homens. A participação feminina na festa é recente e deu-se a partir do momento em que a festa foi se transformando em um

evento de visibilidade nacional. Hoje as mulheres, sobretudo as mulheres jovens e de classe média, aproveitam a festa para liberar os seus desejos mais reprimidos e divertem-se como os homens. Mesmo assim, são poucas as mulheres que se aventuram a acompanhar o “carregamento do pau”, desde o sítio São Joaquim até a cidade. Elas ficam sempre nos limites “civilizados” do cortejo dentro das ruas da cidade.

Na onda dos novos comportamentos sexuais e sociais, em um mundo cada vez mais globalizado e de comportamentos miméticos, não apenas homens e mulheres pedem a graça de encontrar um bom parceiro, mas toda a diversidade sexual também apela para o sobrenatural em busca de relações mais duradouras e abençoadas. Não se sabe se Santo Antônio, um santo conservador e observador dos preceitos da igreja apostólica romana, tem atendido de forma satisfatória a estes pedidos mais ousados. Muitos acreditam que não e que nada consegue abalar a fama de ser o Pau da Bandeira uma “festa de machos”.

Eu acho que é uma festa máscula, tanto é que o pau da bandeira é carregado só por homens, não se vê mulher lá e nem pode haver mulher lá. É uma festa máscula. Então tudo isso cria essa aura de machismo, de masculinidade em torno do pau da bandeira. E essa coisa das mulheres escrever o nome no pau da bandeira para casarem, é mais um componente desse complexo que existe aí. Uma poetisa de Barbalha, muito inspirada, Helena Lútercia Coelho, qualificou o pau da bandeira de símbolo fálico do homem Cariri (Neves, 2010).

QUANDO TUDO COMEÇOU A MUDAR

Hoje a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio disputa com a “Expo Cra-to” e o “Juáforró” a liderança de maior festa popular do Cariri. Tudo nesta festa muda, com grande velocidade, no bojo das grandes transformações econômicas, sociais e culturais pelas quais passa a região. No entanto, as mudanças que impulsionaram a transformação da Festa do Pau da Bandeira não são tão antigas como parecem e estão registradas nos anais históricos da década de 1970. A pequena festa religiosa de antigamente se tornou a grande festa turística de hoje a partir de uma intervenção bem calculada e positiva do poder público e de muitas lideranças da cidade de Barbalha. Se a tradição aqui não foi inventada, podemos dizer que foi reinventada e potencializada como evento de grande envergadura, com apelo turístico e alcance midiático, atendendo a uma visão moderna da cultura como capital simbólico e do turismo como propulsor do desenvolvimento.

A intervenção do poder público nas manifestações religiosas de Barbalha, associadas à cultura popular, vai acontecer no início da década de 70. Na verdade, Barbalha sempre demonstrou esta potencialidade e cultura de raiz e expressão popular. Então estas manifestações são percebidas de uma forma mais clara e integradas à Festa do Pau da Bandeira, como uma forma de projetar Barbalha no cenário turístico nacional (Ferreira, 2010).

O prefeito Dr. Fabriano Livônio Sampaio, cuja gestão ocorreu entre 1974 e 1977, homem honesto, amante de sua terra e de grande zelo com a coisa pública,

muito colaborou para o crescimento e a divulgação da festa. A estes esforços vieram se unir muitas instituições.

No início da década de 1980, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, por meio da coordenação estadual de sua coordenadora Lúcia Helena e da educadora Teresa Rocha, deram um grande impulso aos estudos e registros das culturas populares do Ceará, bem como incentivaram a revitalização de muitas festas populares, entre elas a do Pau da Bandeira. Estas ações, na época, constituíam uma temeridade, por tratar-se de um órgão Federal, em um governo da ditadura militar. A imposição de limites a uma festa popular sempre pode fugir (em verdade sempre foge) dos controles institucionais da Igreja ou do Estado, descambando para a irreverência, para a crítica, para a insubmissão, para tudo que nega os grilhões e a morte, numa humana e cósmica afirmação da vida. A festa está ligada à liberdade e à subversão do cotidiano opressivo. Lúcia Helena e Teresa Rocha sabiam de todos estes riscos e reuniam uma grande e aguerrida equipe, criando coordenações de alfabetização em todos os municípios do Ceará e incentivando as festas e as manifestações das culturas populares.

Ajudando as ações da Prefeitura, foi de grande importância a colaboração de alguns agentes do Mobral de Barbalha (Celene Queiroz, Antônia Lima e Benivalda Magalhães) para reorganizar, junto com a Prefeitura, a festa de Santo Antônio e, a exemplo do que já acontecia com a Exposição Agropecuária do Crato, transformá-la

em um grande evento cultural, social e econômico. Conforme menciona Celene Queiroz Sampaio:

A festa antigamente era uma festa a base de carrosséis, a própria quermesse, até que veio o governo de Dr. Fabriano, que era um cara novo, uma pessoa de visão, e achou que Barbalha, sendo uma cidade cultural com tanta riqueza nesses pés de serra, ele pensou em introduzir a presenças de grupos folclóricos, das nossas tradições populares. Nós trabalhávamos no Mobral e começamos então a mobilizar os grupos autênticos e também a incentivar as manifestações folclóricas na escola. Nos desfiles, todos se uniam, os grupos tradicionais com os grupos das escolas. Desde o primeiro desfile que o povo achou bonito. A coisa veio para ficar mesmo e cresceu a cada ano (Queiroz, 2010).

Neste mesmo período, o professor e radialista João Hilário é convidado pelo prefeito Fabriano Livônio para ser animador da festa em sua nova concepção.

Depois João Hilário foi eleito prefeito de Barbalha em duas gestões (em 1984-1988 e 1993-1996) e foi um continuador das ações transformadoras do Dr. Fabriano Livônio, no que diz respeito à modernização da festa e sua integração no calendário turístico do Ceará e do Brasil. Outro prefeito (eleito em duas gestões – 1989-1992 e 2005-2008) que também se preocupou em fazer a festa crescer foi Rommel Feijó de Sá. Os exemplos de Fabriano Livônio, João Hilário e Rommel Feijó foram seguidos por todos os prefeitos, de 1974 até 2012 – (4) –.

A história é a seguinte: nós fomos descobertos em 1500, nós temos 491 anos de história, o resto da história pertence aos índios. Então eu acho que nós temos que manter a nossa tradição. Barbalha hoje é o caldeirão da cultura popular do Cariri. Aqui está a nossa história. Barbalha faz essa festa e não é só negócio de cachaça não, e negócio de reza não, é negócio de povo, essa festa é negócio de povo (Feijó, 1989).

As mudanças não foram geradas apenas pela vontade de alguns homens e mulheres, mas também pela vontade do povo. A resposta entusiasmada do povo fez o sucesso da ousada empreitada. Também não seriam possíveis estas mudanças sem a permissão e participação da igreja.

Sempre houve esse pau da bandeira com muita festividade, mas era uma festa da igreja, festa religiosa. Depois o prefeito (Fabriano Livônio), que era muito interessado pelo município, chamou o padre, e fizeram uma junção pra fazer a festa coletiva, e aí esse ano é que a festa tomou grande posse (Sampaio, 2010).

O prefeito Fabriano Livônio Sampaio percebeu que era preciso dar à festa uma dimensão cultural e tirar do “esconderijo” dos pés de serra a grande diversidade das manifestações folclóricas para integrá-las à festa, preocupando-se também com a restauração dos velhos casarões senhoriais e a preservação de todo o patrimônio histórico, no qual ele enxergou um verdadeiro tesouro que poderia dar a Barbalha a sua identidade diferenciada em uma região em que a maioria das cidades estavam se des-

caracterizando e as culturas populares sofrendo sérios reveses por conta das culturas de massa veiculadas pela indústria cultural e os grandes veículos de comunicação.

Esta festa antes era controlada pela igreja e pelas famílias tradicionais de Barbalha. O surgimento do Pau da Bandeira estava subordinado aos sentidos estritos da festa religiosa. Na década de 70, o fator importante é que o estado entra. Isto acontece, pela primeira vez, na administração de Fabriano Sampaio e ele incorpora a festa do Pau da Bandeira e ressignifica o evento religioso incluindo o desfile dos grupos folclóricos, as barracas com comidas típicas etc. Isto acontece em um momento em que o Cariri e Barbalha viviam uma decadência econômica, acontecia a difícil passagem de uma economia rural, baseada, sobretudo, na cana de açúcar, para novas alternativas, entre as quais se incluíam a indústria e o turismo. Enquanto de maneira geral se pensava naquela época, de maneira geral, na industrialização como solução, Barbalha percebeu o potencial turístico, com seus casarões, com firmeza da elite, pelo clima, a beleza do cenário, as fontes de águas... E é dentro deste contexto que ele vai perceber o potencial da festa. Aí entram os políticos de estado. Dentro do significado que tenha para a sociedade local, era um acontecimento com plena potencialidade de ser oferecido a um olhar do estranho, daquele que buscava conhecer costumes e paisagem novas (Araújo, 2009).

Uma das primeiras compreensões do Prefeito Fabriano Livônio foi mobilizar o povo para o grande evento, tendo o cuidado e a sabedoria de tirar de si qualquer título de “paternidade” pelas mudanças ou publicidades em torno do seu nome que pudessem gerar disputas políticas. Deixou que a cidade e o povo tomassem conta da

feira, enquanto canalizava as vontades e apoiava os desejos, transformando-os em potências transformadoras do cotidiano.

Eu dizia muito nas reuniões: eu não quero que ninguém fale o meu nome, eu não quero que essa festa se acabe porque envolveram política nela. Então eu fiz as pesquisas sobre folclore, artesanato, prédios antigos, eu fiz essas pesquisas todas porque eram assuntos que não eram lembrados aqui em Barbalha. Logo no princípio do ano, após a minha posse, eu comecei a trabalhar, os primeiros contatos foram os colégios Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima e os alunos se dispuseram de uma maneira muito espontânea a trabalhar e ficaram muitos felizes em poder participar desta festa. E eu tinha esse desejo de poder fazer aquilo reviver o folclore (Sampaio, 2010).

O professor, radialista e ex-prefeito João Hilário, que nas suas gestões elevou o nível cultural dos shows em praças públicas trazendo grandes nomes da música popular brasileira e da música regional, reconhece a importância do trabalho do prefeito Livônio Sampaio.

Eram apresentações folclóricas, o folclore tanto original, do qual Barbalha é muito rica, como folclore estilizado por algumas escolas. Então a festa começou a ganhar corpo e começou a ganhar visibilidade nesse início da década de 70. O folclore de Barbalha, autêntico e vivo tem o número de participantes equivalente a 3% da população de Barbalha, aqui estão 3% da população de Barbalha hoje estilizado momentaneamente porque esse folclore é autêntico, ele se pratica na zona rural

do município durante todas as festas do padroeiro, todas as renovações as festas religiosas e populares do ano (Hilário, 2010).

O folclore e o patrimônio cultural conquistaram generosos destaques nas administrações de Livônio Sampaio e de João Hilário, ganhando continuidade na gestão de outros prefeitos.

A FESTA EM BARBALHA

O resultado de toda esta movimentação é que, contando com cobertura da Prefeitura Municipal, dos clubes de serviço, da Paróquia e do comércio local, a festa do "Pau da Bandeira" transformou-se em uma das mais expressivas manifestações lúdicas e culturais do Cariri.

A senhorial Barbalha, com seus sobrados e casarões antigos, nobres e belos, seus canaviais verdes, explode, em cores e vida, durante 15 dias, desde o corte do pau até o dia de Santo Antônio – 13 de junho, quando os festejos são encerrados com uma concorrida procissão e uma missa na igreja matriz.

A “Festa do Pau da Bandeira” é uma tradição renovada a cada ano pelo povo, embora seja crescente a ameaça de a festa ser tomada pelos paredões de som e pelas bandas de “forró de plástico”, entre outras mazelas. Resistindo a tudo isto, o povo ainda consegue brilhar por meio dos reisados e das bandas de pífanos. Neste movimento, ao mesmo tempo sacro e profano, manifesta-se a riqueza da cultura popular.

No dia de Santo Antônio, a cidade de Barbalha é acordada por uma alvorada feita pelas Bandas Cabaçais. As Bandas Cabaçais saem pela cidade acordando o povo para o dia da festa. Elas saem tocando suas canções e o povo vai levantando aos poucos, ao som daquelas músicas. E aquele dia vai começando, a cidade vai se levantando, vai acordando lentamente e vai se preparando para o dia da festa. As princesas, os reisados, os guerreiros, os carregadores do pau, os penitentes, todos vão tomando banho, tomando café, se aprontando, pegando suas roupas, suas vestes, seus vestidos, suas coroas, seus escudos, suas espadas e saem na rua para a brincadeira. Um dos grandes destaques dos Reisados é a presença dos “Mateus”, que são os palhaços negros, trazem na cabeça uma cafuringa. Eles vieram da África, eles eram Oguns, os Orixás guerreiros. No reisado, dizem que eles são a polícia do reisado, que toma conta, que abre caminho para o reisado passar. É quem organiza o terreiro, é quem prepara o terreiro para a festa, é quem toma de conta. Eles são uma polícia insubmissa, são uma polícia alegre, risonha. Eles são divertidos, cômicos [...] Então os “Mateus” são antipolícias (Barroso, 2010).

A Festa de Santo Antônio tem vários “momentos” até a epifania do levantamento do Pau da Bandeira no largo da igreja Matriz de Santo Antônio. Tem as treze-nas de Santo Antônio, com ofícios de rezas e missas. Tem a missa de abertura com a presença do povo, de autoridades e de grupos folclóricos. Tem a visita da imagem de Santo Antônio, carregada em procissão, todas as noites para as casas de famílias. Tem os leilões, tem as quermesses, tem forrós, tem a procissão e a Missa Solene do Dia de Santo Antônio. De todos estes acontecimentos, o mais importante, por guar-

dar ainda uma poderosa força de ancestralidade e de magia, que foge à pasteurização da mídia e fragmentação da festa como acontecimento meramente “folclórico”, é o “carregamento do pau” e o papel que têm os carregadores neste ritual.

Os carregadores eles são realmente as maiores autoridades no pau da bandeira e são ecléticos, tem carregador advogado, tem carregador engenheiro, tem carregador funcionário público, estadual, federal, mas a sua grande maioria, é aquela pessoa humilde, aquele lavrador, aquele cara pedreiro, pintor, aquela pessoa humilde que passa o ano inteiro esperando pra chegar esse dia onde ele é a estrela maior. Isso acontece ano a ano repetidamente eles estão fazendo isso, três, três e meia, eles já amanhecem o dia já lá fazendo suas orações seus pedidos e marcando obviamente o seu lugar onde ele vai pegar durante esses seis quilômetros que é o percurso que a gente faz com ele nos nossos ombros. Essa festa começou com numa integração entre religião e a sociedade. E foi um pedido de um padre que fez com que esse pau fosse trazido das matas para servir de homenagem e devoção a Santo Antônio (Teles, 2010).

O movimento para o carregamento do pau começa cedo; os homens mais dispostos espalham-se pelas bodegas e pelos bares, conversando animados, tomando uma “cachacinha para esquentar o sangue”, ainda na noite anterior ao dia do carregamento do mastro que servirá para hastear a bandeira de Santo Antônio. Depois, em algazarra, seguem para a cama do pau – o local para onde o pau, depois de cortado na floresta, foi arrastado e deixado para secar, para repousar, antes do seu triunfal cortejo, até ser erguido em frente à matriz. No caminho, os carregadores gritam, can-

tam e dançam ao som afro-luso-tapuio das bandas de pífaros. É como se os índios Cariri desencantassem do fundo do tempo, surgissem das furnas e olhos d'água do sopé da serra e viessem compartilhar o ritual do passado que se apresenta como pedaços do futuro.

O padre reza a missa e pede graças para a população:

A missa é longa, cantada, quase dançada, o ofertório se prolonga porque todos levam o que têm de melhor, seus produtos, suas frutas, o que plantam, os artesanatos, o que fazem, toda a cidade participa. É uma manhã tranquila, é uma manhã de uma cidade pequena, uma cidade pacata, uma cidade do interior, agradável, tranquila, onde todas as pessoas se conhecem, onde cada brincante é amigo do outro, onde toda a cidade pode brincar juntos como uma grande comunidade. Depois há um grande cortejo pela cidade, onde todos perfilam do lado de fora da igreja, as bandas, as orquestras se ativam, e o povo sai pela cidade tocando, dançando, onde toda a cidade pode brincar junto como uma grande comunidade (Barroso, 2010).

Dona Livia Duarte Fernandes, nas proximidades de completar 100 anos, falou dos modos de antigamente, da festa como um tempo bonito, de missa cantada em latim, de moças recatadas, de costumes moderados, de gente pouca e conhecida, mas cheia de encantamento e magias. Um tempo em que Barbalha era uma cidade pequena e vivia cercada de canaviais e de engenhos fumegantes.

Depois da missa de Santo Antônio, tinha festa, mas na festa de Santo Antônio não tinha muita dança não, era mais sem dança num sabe. Era só o povo da cidade mesmo, alguns vizinhos do Crato, Juazeiro que às vezes vinham, mas depois começou a mudar ficou cheio de gente, veio gente de todo o estado, muita gente, animado, eu acho bem animado (Fernandes, 2010).

A missa é bonita, mas um dos acontecimentos mais atraentes para a imprensa (jornais e, sobretudo, a televisão) é o carregamento do pau. As fábricas de cachaça aproveitam para fazer publicidade de graça distribuindo camisetas e bonés com as suas marcas e os seus slogans estereotipados e vulgares. A popular bebida é o que não falta durante o trajeto do carregamento do pau. Um homem, em uma carroça com um enorme barril (a carroça da “Cachaça do Seu Vigário”), faz farta distribuição para os carregadores e pessoas que acompanham o ritual. Para esta tradição recente, existe também uma versão da sua origem, no início do século XX:

Não tinha naquela época a “Cachaça do Seu Vigário”, não. Tinha um homem chamado Melquíades que andava com uma cabaça cheia de cachaça, assim a tiracolo. O povo acreditava muito nele, gostava dele. Então ele ia batendo nas costas dos carregadores e botando na boca deles a cachaça da cabaça. Os carregadores iam tomando aquela cachaça, bebendo para animar [...] Ai surgiu a “cachaça do seu vigário” (Santos, 2009).

Antigamente o carregamento do pau era um ritual iniciático, de sacrifício, de prazeres e de sangue. Muitos eram os acidentados, os sacrificados e sagrados, pelo

sangue, ao grande símbolo fálico que iria fertilizar a terra, no agradecimento votivo das colheitas fartas. Carregando o pau, os homens sangravam, os homens cantavam, os homens bebiam cachaça e caíam pela terra. Simulavam brigas, mergulhavam nas poças de lamas das chuvas tardias, cobriam-se com a terra vermelha do chão, viravam esculturas disformes, terrificadas, em comunhão profunda com a natureza. Alguma coisa deste antigo e bárbaro costume ainda sobrevive.

O forte de todo esse rito é a comunhão que se dá com a terra, é como se com esse pau os homens e as mulheres se reencontrassem com a natureza e fundamentalmente com a terra. É como se esses falos que eles carregam fossem o meio que os reintroduz na natureza e no interior da terra. Eles se fundem através dos falos com o barro do qual nasceram, há uma espécie de comunhão com a terra, é como se fosse um grande gozo, em que cósmico naquele rito as pessoas se esquecem da sua vida civilizada, do seu ser social e vivem inteiramente seu ser natural, seu ser animal, seu ser cósmico. Tudo vira um corpo só, um corpo em que homem, mulher, terra, árvore, fazem parte de um único ser vivo. Você tem aí uma ideia por que a gente pertence a terra, por que a gente é um corpo só. A ideia que você tem é que aqueles homens, aquela árvore, aquele barro, aquele suor, a poeira, é como se houvesse assim uma espécie de ímã levando as pessoas para aquele furacão que vai passando. Há um furacão em andamento, e quem tá perto é levado pra dentro, e você [...] Eu vi muita gente que estava por perto olhando e de repente estava no meio daquela confusão e também estava sujo e também estava embriagado, aquela embriaguez coletiva, uma coisa dionisiaca, um caos em que acontece em tudo estar fundido e tudo faz parte do mesmo elemento, tudo é terra, tudo é barro, e

tudo é água também, e tudo é fogo, porque tudo se funde numa matéria única que vai passando e que adentra a terra que se levanta como grande mastro, e que celebra a vida, celebra a fertilidade e a abundância e a liberdade absoluta do que acontece naquele momento em que aquele furacão atravessa a cidade e que se levanta na praça principal (Barroso, 2010).

Uma festa como a do Pau da Bandeira tem seus Reis da Folia, seus capitães, seus cantores, seus animadores, seus palhaços, seus líderes. De todas estas figuras, reunindo um pouco de cada um, a maior festa de Santo Antônio em Barbalha teve, durante mais de cinquenta anos, o comando alegre do popular José da Costa Veloso, o conhecido e amado “Pavão”, capitão não oficial de pau, animador da festa, cantador de cocos, brincante profano e sagrado da grande festa, amigo íntimo de Santo Antônio que lhe perdoava as farras e as brincadeiras:

A alma do Pau da Bandeira dos carregadores do pau, o grande capitão era Pavão. Pavão, um sujeito com chapéu de cangaceiro, uma barriga enorme, uma voz tonitruante, sujeito dono da cachaça comandava tudo cantando, brincando. Pavão era a festa, Pavão era a alegria, Pavão era o coração do povo (Barroso, 2010).

Em depoimento por mim gravado em 1989, o popular Pavão expressou-se de maneira bem original, o que era a sua marca, sobre como estava a festa naquele ano e quais eram as especificações do pau:

O Pau do Santo Antônio está um pau 100%, um pau legal, que vem lá da serra da manga do Dr. João Figueiras Teles, nós descendo o barranco e subindo o barranco, com os amigos e os colegas que sempre vai buscar o Pau de Santo Antônio, lá no sítio São Joaquim. É um pau bonito, um pau oitavado, um pau aprumado, um pau chã de dentro e é do nosso prazer, nossa alegria num dia como hoje, nós ir buscar o pau de Santo Antônio, lá dentro do São Joaquim. E nós cortamos o pau dentro dessa manga de Dr. João Figueiras Teles. Ele tem o prazer de dar o pau a Santo Antônio – um homem querido da Barbalha, um cidadão direito, uma capacidade – (5) –.

Pavão completa a sua fala dando mostra de indisfarçada intimidade com o santo “Toinho”:

Mocinha novinha, mocinha veia, se aperrear, é só pegar no pau de “Toinho” que ela casa, pegou casou, não tem taqueado, pode ser coroa velha, moça bem novinha, de coisa, mas pegou no pau de Toinho já casou, ela pega hoje e no mês que entra ela casa. O pau de Toinho é um pau doloroso, é um pau bom, é um pau gostoso, é um pau oitavado [...] Todo o povo gosta desse pau de Toinho.

Quando o cortejo dos carregadores do Pau entra na cidade, as mulheres seguem na frente, alegres generosas nos seus contatos com os homens: as bandas de pífanos tocam com baiões mais quentes; os homens apressam os passos, e o peso da madeira aos ombros é aliviado pelas “lapadas” de aguardente. No percurso, as moças disputam ansiosas a oportunidade de tocar no “Pau do Santo” e assim interceder junto aos céus para conseguirem um bom casamento, antes da próxima festa. As moças velhas

e solteiras, incansáveis, também alimentam sonhos de um dia sair do "caritó", e correm para o pau, sob gracejos dos homens. Na entrada da cidade, o animado cortejo é saudado pela multidão e anunciado pelo pipocar dos fogos. Em frente à igreja de Santo Antônio, o pau é erguido, e, entre cânticos religiosos e gritos de aleluia, hasteada a alva e bordada bandeira do santo padroeiro.

Na fenda cavada no chão, adentra-se o mastro em cósmica comunhão com a terra. Ergue-se o pau em sua vitalidade e fecundidade simbólica. Estouram os foguetes, e soam as palmas, as bandas tocam hinos, os crentes rezam orações com pedidos de casamento e fazem promessas pedindo saúde e paz.

Bom, a festa de Santo Antônio de Barbalha é realmente uma festa do povo, é uma festa da qual todos os barbalhenses participam. Barbalhenses de todas as classes, barbalhenses de todas as idades, porque é uma festa que está no sangue de cada um, e Santo Antônio esse santo que pra nós é, sobretudo o santo que congrega, porque congrega as famílias de Barbalha, porque traz um momento assim de muita paz e muita união entre as famílias, todos nós, todos os barbalhenses estamos juntos na festa de Santo Antônio (Betilde, 2010).

A FESTA EM TRANSE

A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio é uma festa em transformação, de tradição em trânsito. A cada ano, surgem inovações, e a festa cresce em tamanho

e importância, transformando-se em um grande acontecimento cultural, religioso e também turístico do Ceará e do Nordeste.

Esta festa de tamanha grandeza hoje assombra os moradores da cidade pelos seus muitos inconvenientes. A cidade de quase sessenta mil habitantes – (6) – passa a ter uma população flutuante, no dia do carregamento do pau, de duzentas a trezentas mil pessoas.

Uma coisa interessante que a gente vem notando também exatamente é que é uma festa que, a princípio, era um momento de atração, o pessoal vinha de fora, familiares vinham participar da festa, agora ela vem assumindo uma magnitude tal que realmente é um ponto assim, é um momento de atração turística. Aí vem muito jovem atrás de festa, dessa festa mais, digamos, profana mesmo, essas grandes bandas, bandas de forró, e isso dá uma outra feição pra esse momento. E é interessante pensar também na rejeição de setores mais tradicionais, em relação porque Barbalha acaba sendo invadida por uma grande massa de pessoas, isso gera desconforto, enfim a cidade fica complicada, em termos de trânsito etc.(Paç, 2010).

O fluxo de tantas pessoas, se por um lado traz a alegria, cores e vivacidade para a festa, por outro lado traz sérios problemas sociais e de segurança para a população nativa. A festa fica maior do que o espaço público permite, bem maior do que a cidade.

A estrutura de Barbalha não comporta tanta gente na época da festa. Tem a população da cidade, vem uma outra de fora. Tá criando um problema muito sério na cidade porque não cabe tanta gente. Eu moro aqui e fico preso, sem poder sair por causa do trânsito, tenho que ir a pé [...] Eu estava na missa, igreja cheia, aí a moça perguntou quem for de fora levante a mão. Aí quase todo mundo levantou a mão era quase tudo de fora. Os administradores têm que reconhecer que a cidade está pequena para receber os turistas [...] A cidade tem que encontrar soluções para estes problemas (Santos 2009).

Surge a tensão entre os moradores da cidade e os visitantes por busca de espaço; surge a tensão entre os carregadores do pau da bandeira e os turistas que querem participar do ritual, entre os muitos outros conflitos ou tensões que se esboçam. Enquanto isto, a mídia ajuda na espetacularização e são retirados da festa os seus aspectos religiosos e culturais mais importantes.

A festa hoje é grandiosa, é uma festa que não é só de Barbalha, mas é uma festa do Cariri. É uma festa que envolve vários interesses: políticos, econômicos e que vai crescendo a cada ano. Existe esta questão da busca de preservação da tradição de uma identidade barbalhense ou cearense. Então é natural que esta questão acabe encontrando um espaço de fermentação aqui. A gente tem que levar em consideração que as tradições são inventadas e continuamente reinventadas. Então, do ponto de vista sociológico, eu acho interessante perceber como é que estes elementos da modernidade estão sendo introduzidos e incorporados à festa. E o movimento de rejeição que acontece, muitas vezes em relação a isto, no momento em que se assume uma posição de preservação das tradições. A

gente percebe que, nos últimos trinta anos, isto vem sendo bastante movimentado, do ponto de vista de quem faz a festa e de quem participa da festa. São várias gerações, são vários olhares, são vários interesses [...] (Paç, 2010).

O aspecto cultural mais profundo é engolido pelo lixo cultural imposto pelas indústrias de cultura de massa regionais e alienígenas. É preciso não esquecer nunca que a indústria do “forró de plástico”, esta praga cultural que devasta o Nordeste, destruindo o bom gosto e a beleza, surgiu do empreendimento de empresários do Ceará e do Nordeste, não é maquinação de nenhuma multinacional. Hoje estes empresários dominam todas as festas em todos os municípios e têm os seus cachês milionários pagos, na maioria das vezes, com o dinheiro público. Circo ruim e pão mofado parece ser a maldição que tomou conta do Ceará.

Nesta época de festa, onde são rompidas as convenções sociais e as normas estabelecidas na vida cotidiana, tudo passa a ser permitido, como em um carnaval fora de época. Chocam os ouvidos e as sensibilidades (mesmo as mais comuns) a presença agressiva e invasiva dos jovens da classe média com seus carros rebocando os chamados “paredões de sons”, de tal forma que, em cada esquina, em frente de cada casa, em cada bar ou restaurante, os alto falantes grunhem o “forró de plástico” mais vagabundo, com suas músicas indigentes e suas letras inclassificáveis de tão pírias e vulgares.

Quando se pensa que, na Festa do Pau da Bandeira, na década de 80, os shows eram de artistas com grande importância artística e cultural como Luiz Gonzaga, Trio Nordestino, Marinês e sua Gente, Alceu Valença, Fagner, Ednardo, Geraldo Azevedo, Belchior, Quinteto Violado, Patativa do Assaré, entre tantos nomes nacionais. Havia também uma forte presença de artistas da região: Luiz Fidélis, Abidoral e Pachelly Jamaru, Geraldo Urano, João do Crato, Cleivan Paiva, Bá Freyre, Irmãos Anicetos, Luiz Carlos Salatiel, entre dezenas de outros. Ao lembrarmos disso, uma pergunta vem à tona: vivemos a decadência da festa, apesar do seu superespetáculo comercial e da sua visibilidade na grande mídia? A festa se tornou hostil à boa música e ao bom gosto?

Nem só de “forró de plástico” e de “lixo musical” vive a festa de Barbalha, o que demonstra que nem tudo está perdido. Por consolo, temos ainda a beleza das bandas cabaçais tocando pelas ruas e os reisados com seus trajes coloridos e danças guerreiras a jogar espadas pelas praças. Nesta queda de braço, a cultura de qualidade é devorada pela cultura ruim, e o sagrado da festa é devorado pelo profano. Uma antropofagia capaz de causar forte indigestão.

O escritor e dramaturgo Oswald Barros insiste em dizer:

A cidade não comporta esse grande número de pessoas. A cidade é asfixiada por essas pessoas que chegam de fora. Os paredões de som foram tomando conta da cidade, numa babel de mil atrações e de muitos palcos (Barroso, 2010).

Urge que a “Irmandade dos Carregadores do Pau da Bandeira”, o Pró-memória de Barbalha (que tem a frente nomes significativos como Dr. Napoleão Tavares, Celeno Queiroz, Josier Ferreira, Francisco de Assis, Francisco Cândido de Barros e Gil-simar Gonçalves, entre outros), juntos com a Prefeitura de Barbalha, o Padre Renato Simoneto e um conselho dos habitantes da cidade (de todas as classes sociais e idades – um conselho bem representativo da diversidade) repensem esta festa e possibilitem novamente o equilíbrio que ela necessita para que a sua função religiosa, lúdica e social não seja apagada pelas botas de um espetáculo grotesco engendrado de forma espetaculosa apenas “para turista ver”.

A proposta mais aceita é de que haja um equilíbrio entre o sagrado e o profano, entre as manifestações da cultura popular e as dos grupos musicais de melhor nível. Que a festa, respeitando as tradições e o sentido religioso mais profundo, possa ter a sua sustentabilidade assegurada em amplo pacto social e cultural.

Como está é impossível continuar e chega-se a um impasse. O Dr. Napoleão Tavares atesta que, durante a festa, a cidade vira um pandemônio e que muitos moradores (mesmo fustigados pelos ensurdecadores paredões de som) não saem de casa com medo dos assaltos, dos bêbados, das multidões que se comprimem nas ruas e vielas estreitas. Um cheiro de mijo e vômito toma conta da cidade e fica como herança para que os funcionários da limpeza pública possam novamente polir Barbalha – “A Pérola do Cariri” – e devolvam o seu original agridoce cheiro de mel e de canaviais, numa vida mais calma e de cotidiano mais ordenado.

Eu gostaria que voltasse o tempo em que a festa era mais rural, mais tranquila, mais bucólica do que midiática. Hoje, com esta confusão toda, eu não convido mais ninguém para vir à festa do Pau da Bandeira, porque se tornou um megaevento, com muita violência, com muito álcool, com muita droga. Fica inviável participar da festa, porque as ruas de Barbalha não comportam o povo que vem e nem a quantidade de carros. Barbalha sempre foi uma cidade calma, quase pastoril, canavieira. Uma cidade de cultura sedimentada e a gente se habituou a esta tranquilidade de vida rural (Neves, 2010).

Certa vez, entrevistei um menino sobre a sua percepção da festa e ele, bem demonstrando a “imagem” e a “importância” da festa que vem sendo construída pelos meios de comunicação massivos, disse:

É uma cultura boa. De todo mundo vêm muitos turistas conhecer, até agora nesse momento mesmo eu vi um homem dos Estados Unidos, que veio conhecer, um turista americano que veio conhecer o ritual do Pau da Bandeira de Barbalha – (7) –.

Esta tensão é cheia de complexidades. Se as pessoas mais idosas enxergam o incômodo das multidões no dia da festa, setores mais jovens, esclarecidos, buscam uma visão diferenciada para o problema:

Muitas pessoas às vezes conhecem a festa de Santo Antônio e não conhecem a cidade de Barbalha, então ela é praticamente a identidade do que refere essa cidade. Essa festa de Santo Antônio tomou a cara que é Barbalha. Aqui na festa a gente vê o seguinte: é o pessoal que é mais tradicional

gostaria de ver a festa mais do ponto de vista só cultural, só religioso. A juventude que está agora participando mais ativamente desta festa vê mais como momento de diversão realmente, há uma disputa para saber aonde essa festa vai chegar, então, ela tem agradar a todos os dois lados (Ebert, 2010).

O Padre Renato Simoneto, pároco da matriz de Santo Antônio, diz que os excessos devem ser controlados, mas enxerga como motivação maior da festa o religioso, o que é verdade quando se leva em conta a devoção do povo de Barbalha em torno do seu Santo padroeiro.

O religioso é o grande motivador, mas o social é a grande ajuda que traz isso para nós. Nunca houve nesses tempos em que a quermesse era aqui a interferência, o religioso atrapalhando o social ou o social atrapalhando o religioso, e é bom notar que a movimentação da trezena, a movimentação dia da festa aqui na igreja matriz é intenso, e nós só temos a dizer que graças a Santo Antônio o louvor a Deus acontece, não é o louvor a Santo Antônio o principal, é o louvor ao senhor nosso Deus, você está ao pé da cruz. É ele o grande motivador e foi o grande causador de nós termos na igreja o Santo Antônio (Simoneto, 2009).

Muitos são os estudos sociológicos e antropológicos que surgiram sobre a festa com abordagens que mostram que as tensões existentes não resolvidas, muitas vezes, dentro do *corpus* vivencial da própria festa em que o sagrado e profano, o tradicional

e moderno, são faces de uma mesma moeda e agem como forças propulsoras das dinâmicas culturais e sociais em curso.

O Iphan, depois de criteriosas pesquisas e inventários de referências culturais da Festa e dos seus laços mais profundos com a comunidade, está encaminhando o seu registro como bem cultural intangível do povo brasileiro.

A Festa de Santo Antônio em Barbalha, não só é emblemática da cultura do Cariri como é uma espécie de lugar focal de reunião de várias expressões culturais do Cariri, ou seja, ao longo dessa celebração, além das tradicionais cerimônias de corte do Pau de Santo Antônio, de se levar esse mastro para instalação na cidade de Barbalha e tudo mais que isso envolve; é nos dias da festa, estão ali representadas praticamente todas as expressões culturais tradicionais do Cariri, tanto em termos artesanais, como em termos de expressões cênicas, musicais, lúdicas, plásticas e uma grande expressão da religiosidade também aqui da região. Então é fato um patrimônio especialíssimo e esperamos que em breve ele de fato esteja sendo registrado como patrimônio cultural do Brasil (Sant'Anna, 2010).

Reconhecendo a festa como o seu próprio tesouro, talvez a comunidade de Barbalha descubra formas de salvaguardar as tradições, sem desfazer-se da modernidade, encontrando os necessários pontos de equilíbrio. Este é o pensamento de José Leite Gonçalves da Cruz, atual prefeito de Barbalha.

Sem deixar que essa grandiosidade que foi alcançada pelo carregamento do Pau da Bandeira, é importante até porque a gente tem a divulgação do município, temos que valorizar o que é nosso. Na televisão, nós tivemos mídia constante, então é preciso que a gente mantenha essa grandiosidade que existe no carregamento, que a gente reforce também os grupos folclóricos. Eu insisto muito da participação dos grupos não só no dia do cortejo, mas em outros dias para que as pessoas da Barbalha e as pessoas que vêm de fora tomem conhecimento de que nós temos grupos folclóricos, nós temos grupos de reisados, nós temos as bandas cabaçais (Cruz, 2010).

O signo que marca a Festa do Pau da Bandeira, bem mais do que a continuidade de uma tradição, é a inquietação de culturas em trânsitos, pela constante reinvenção da tradição e a sua inserção dentro do grande processo de transformações econômicas, sociais e culturais pelas quais passa a região do Cariri.

ENTREVISTAS

ARAÚJO, José Edvar Costa de. José Edvar Costa de Araújo: Entrevista [27 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2009.

BARROSO, Oswald. Oswald Barroso. Entrevista [16 set.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

BENEDITO, Maria Ideuzuite. Maria Ideuzuite Benedito: Entrevista [1 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

BETILDE, Maria. Maria Betilde. Entrevista [11 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

CRUZ, José Leite Gonçalves da. José Leite Gonçalves da Cruz. Entrevista [11 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

EBERT, Teófilo. Teófilo Ebert. Entrevista [29 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

FEIJÓ, Rommel. Rommel Feijó. Entrevista [maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 1989.

FERNANDES, Livia Duarte. Livia Duarte Fernandes. Entrevista [01 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

FERREIRA, Josier. Josier Ferreira. Entrevista [26 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

HILÁRIO, João. João Hilário: entrevista [29 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

QUEIROZ, Celene. Celene Queiroz. Entrevista [29 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

LIMA, Eusébio de Oliveira. Eusébio de Oliveira Lima: Entrevista [11 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

LUNA, Socorro. Socorro Luna. Entrevista [28 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2009.

NEVES, Napoleão Tavares. Napoleão Tavares Neves: entrevista [28 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

PAZ, Renata Marinho. Renata Marinho Paz – Entrevista [30 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

SAMPAIO, Fabiano Livônio. Fabiano Livônio Sampaio. Entrevista [11 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

SANT’ANNA, Márcia. Márcia Sant’Anna. Entrevista [ago.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

SANTOS, Augustinho dos. Augustinho dos Santos – Entrevista [10 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2009.

SIMONETO, Renato. Renato Simoneto. Entrevista [29 maio]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

TELES, Rildo. Rildo Teles. Entrevista [11 jun.]. Entrevistador: Rosemberg Cariry. Barbalha, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARIRY, Rosemberg. *A Festa do Pau da Bandeira*. In: CARIRY, Rosemberg Cariry; BARROSO, Oswald (Org.). *Cultura Insubmissa*. Fortaleza: Nação Cariri Editora, 1982.

_____. A Nação das Utopias. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paulo; ARAÚJO, José Edvar Costa de. (Org.). *História da Educação – Vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5 ed. São Paulo, 1979.

CRUZ, Polyana S.C. *Barbalha terra de cultura, turismo e tradição*. 6 ed. 2011.

GAMA, Padre Lopes. O Carapuceiro: *Crônica de Costumes*. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

IPHAN – Instituto Histórico e Artístico Nacional. *Festa do Pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha*. Direção Rosemberg Cariry. Fortaleza: Cariri Filmes, 2011. 1 DVD (54min).

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri*. Edição do Autor. Fortaleza, 1950.

RÖWER, Frei Basílio. *Santo Antônio*. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

SOBRINHO, Henrique F.L. *Barbalha em tempos passados*. Barbalha-CE, 1926.

VIEGAS, Susana de Matos. Os Tupinambá de Olivença: *práticas rituais e festas*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tupinamba/2212>. Acesso em ago. 2010.

PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA: INTERVENÇÃO CULTURAL NA NATUREZA MEDIADA PELA FÉ

– 1 –

Josier Ferreira da Silva

Antônio Igor Dantas Cardoso

1. Produção textual condicionada pela Pesquisa sobre cultura e natureza a partir da Festa de Santo Antônio de Barbalha, vinculada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Regional do Cariri, URCA, apoiada pela Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa – FUNCAP.

A “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio” se constitui de elementos históricos e ambientais a ela inerentes, indispensáveis ao seu entendimento, guiados por fatores intrínsecos ao município de Barbalha, no que se refere aos seus aspectos de cultura e natureza. Trata-se de uma manifestação festiva de cultura popular (Arantes,

2007), expressa em décadas de tradição, por meio da devoção ao santo padroeiro e ao simbolismo da árvore (Araújo, 1994), cujo caule é conduzido nos ombros dos devotos e hasteado em frente à matriz do santo, abrindo os festejos do padroeiro da cidade. O significado dos rituais do “Pau da Bandeira” se expressa na tradução da fé, como objeto sagrado e indispensável à realização da festa.

Figura 01: Josier Ferreira.

É certo que há anos vem se inserindo novos elementos a esta tradição, movidos por concepções sociais, ambientais, culturais, econômicas, políticas e espaciais, que acabam por reorganizá-la, dando-lhe novos significados, porém incapazes de anular os fatores vinculados a sua originalidade. Estas formas de análise contribuem para a compreensão totalitária desta tradição popular, em busca da interdisciplinaridade que ela oferece no intuito de garantir a sua sustentabilidade ambiental e cultural (Silva, 2008) como elemento indispensável a sua continuidade. Nesse sentido, devem ser considerados os atores sociais que a realizam, os “carregadores do pau”, como também as diversas atividades a ela vinculadas, como o turismo e suas modalidades.

A garantia da sustentabilidade na “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio” parte da compreensão dos fatores indissociáveis que condicionam a sua existência (Silva, 2008): a cultura, carregada de preceitos religiosos, que se expressa sobremaneira na devoção a Santo Antônio, cuja historicidade de tal culto remete ao início do pe-

ríodo de formação territorial do município de Barbalha (Araújo, 1994). Nesse processo, efetiva-se sua formação religiosa, influenciada por párocos e suas tradições associadas ao catolicismo popular, sendo uma delas, o carregamento do pau da bandeira do santo padroeiro, representação de fé ao santo lusitano. A floresta condiciona os rituais, sendo a simbologia sagrada da árvore, como elemento de ligação entre a terra e o céu, representada pelo ato de carregar e levantar o mastro com a bandeira de Santo Antônio. Logicamente, os atributos físico-biológicos da árvore resultam das condições geoambientais da área (DNPM, 2005) de onde ela é retirada, correspondentes ao Sítio São Joaquim ou Sítio Flores.

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO SÍTIO SÃO JOAQUIM E DO SÍTIO FLORES: FATORES ECOSSISTÊMICOS QUE CONDICIONAM A FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA.

O conhecimento ambiental das áreas de florestas que subsidiam o caule que serve de mastro para o carregamento e hasteamento da bandeira de Santo Antônio de Barbalha, na “Festa do Pau da Bandeira”, é de fundamental importância para elaboração de políticas que objetivem a sustentabilidade ambiental e cultural da tradição. Evidenciamos que são as especificidades das condições geoambientais que caracterizam estas áreas que condicionam o desenvolvimento biológico das espécies que subsidiam a tradição, que simultaneamente reúne Cultura e Natureza.

Os Sítios Flores e São Joaquim integram a Bacia Sedimentar do Araripe, apresentando características geoambientais inerentes às altitudes onde estão localizados. Do ponto de vista geomorfológico, estes sítios correspondem aos chamados “pés de serra”, próximos à parte superior da encosta da Chapada do Araripe. Suas localizações condicionam características geossistêmicas que os evidenciam como locais de recepção do escoamento superficial das águas que escorrem da parte superior da encosta da Chapada do Araripe, em direção às áreas de pediplano, onde se localiza o centro urbano de Barbalha. Além das águas das precipitações pluviométricas, nestes sítios escoam as águas das fontes localizadas na encosta da chapada do Araripe. A geomorfologia define o escoamento superficial das águas, condicionando um maior desenvolvimento biológico das árvores, correspondentes às matas ciliares e próximas aos riachos, que também subsidiam a tradição. Tal como ocorre nas demais áreas da Chapada do Araripe, a convergência dos fatores geológicos, geomorfológicos, hidrológicos e pedológicos condicionam um ecossistema caracterizado por duas formações vegetais distintas, arbustos e floresta.

Figura 02: Perfil Geomorfológico da Bacia Sedimentar do Araripe e fatores que condicionam o desenvolvimento biológico das árvores. (Fonte: Silva & Cardoso, 2011)

As áreas de corte do pau da bandeira correspondem a uma floresta subcaducifólia, onde se encontram algumas espécies arbóreas que são as mesmas existentes na floresta subperenifólia da parte superior da encosta da Chapada do Araripe. Assim, as árvores que constituem cobertura vegetal dos sítios atingem um maior desenvolvimento biológico nas áreas de escoamento superficial intensivo, correspondentes aos rios e córregos e onde se operacionaliza parte do ritual da festa. Nestas áreas, que margeiam rios e córregos, são retiradas as árvores que, ao servirem de mastro para o santo, perdem o sentido biológico e ganham novo sentido simbólico, vinculado à fé e que norteia a tradição. Nesta perspectiva, condições físicas da paisagem se entrelaçam com a cultura religiosa, cujos rituais orientam a intervenção antrópica.

Vale ressaltar que as condições geoambientais, como fator que condiciona o desenvolvimento biológico das árvores utilizadas como pau de Bandeira, inviabilizam a proposta política e judiciária de definição de uma área limitada, exclusiva ao plantio de árvores para este fim, já que o crescimento das árvores não ocorre de maneira uniforme, variando em conformidade com a adaptação das espécies aos fatores ecológicos favoráveis, relacionados à localização onde serão plantadas.

Em meio à densa floresta, cortada por riachos que drenam as águas do inverno, e por córregos, onde escoam as águas de fontes perenes originadas das águas subterrâneas do aquífero superior, as espécies disputam entre si a luminosidade solar para realizar o processo de fotossíntese. A densidade da cobertura vegetal faz a copa das

árvores reterem a radiação solar inibindo o desenvolvimento das espécies menores e dando à mata uma temperatura amena.

A densidade da floresta é um fator que faz com que as plantas, durante o seu crescimento, ao concorrerem à luminosidade para realização do processo da fotossíntese, entortem seus caules conforme a presença dos raios solares que penetram a floresta. Assim, as árvores, em determinada altura, perdem a sua posição retilínea, voltando, às vezes, a sua posição inicial à proporção que atingem uma altura maior. Essa condição natural de crescimento faz os caules das árvores adultas apresentarem formas tortuosas, fator que é levado em consideração pelos carregadores do pau da bandeira na sua escolha do caule para o carregamento e hasteamento. Assim se busca o caule mais retilíneo possível, a fim de se evitar acidentes e facilitar a condução. As estratégias de carregamento, definidas pelos carregadores, são adotadas levando em consideração o formato do caule.

Convém ressaltar que as árvores têm a durabilidade de vida variada, e que estas, mesmo sem a interferência antrópica, após atingir a sua fase adulta, se aproximam cada vez mais do fim do seu ciclo biológico. Daí, ser comum se encontrar na floresta caules de árvores caídas, em estado de decomposição sobre o solo. A própria decomposição da matéria orgânica das árvores, ao final do seu ciclo biológico, como ocorre em outros ecossistemas semelhantes, alimenta a fertilidade da floresta.

A tendência de escolha do caule obedece aos requisitos de a árvore ser adulta, ter diâmetro compatível com o tamanho dos braços dos carregadores, permitindo a

sua locomoção. A altura é outro fator determinante na escolha, geralmente optando-se por árvores que variam entre 20 a 25 metros, que permita o cumprimento da exigência simbólica da religiosidade, que consiste no hasteamento da bandeira do santo de devoção. Essas condições fazem com que a escolha das árvores se vincule às características técnicas do seu desenvolvimento condicionadas pelas condições geoambientais, mesmo sem que os carregadores tenham a consciência sobre elas.

ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E CULTURAL DA FESTA DO PAU DA BANDEIRA

Entre os anos de 1928 e 2004, quase que de forma ininterrupta, com alguns anos de exceções, o corte de árvores utilizadas no ritual religioso foi centrado no Sítio São Joaquim. Nesta perspectiva, as características específicas de altura e diâmetro do caule que contemplem a sua utilização na tradição contribuíram para a predominância do corte de árvores adultas, de idades aproximadas, cujas espécies mais representativas, conforme os padrões biológicos foram “angicos”, “aroeiras”, “pau-d’óleo”, “mal vizinhos”, dentre outras. A opção por árvores de mesmos padrões biológicos de crescimento, verticalidade e espessura do caule, exigidos pelo simbolismo religioso de sua transformação em “pau da bandeira”, provavelmente provocou a redução de algumas espécies na floresta. Em décadas anteriores, pela facilidade de acesso, a retirada da mata e o transporte do mastro para a estrada até o local onde se aguarda o carregamento, chamado de “cama do pau”, se constituiu num fator que

condicionou a intensificação do corte nas proximidades da estrada e da margem do rio. Contudo, a mecanização desses processos viabilizou a escolha de árvores no interior da floresta para servir de pau da bandeira.

No entanto, fundamentando-se em análise de imagens de satélite, é possível analisarmos que a intervenção antrópica na floresta, derivada do corte de árvores para atender os rituais de fé católica em Santo Antônio, é consideravelmente menos impactante na natureza, quando comparada à redução da cobertura vegetal do Sítio São Joaquim provocada para outros fins. É lógico que qualquer intervenção humana na natureza gera impacto no ecossistema, contudo, nessa análise comparativa, observamos que a intensiva devastação nesta área tem sido resultante de fatores alheios à tradição religiosa, resultantes de outras atividades e finalidades. Dessa forma presenciemos que a margem esquerda do rio que corta a floresta no Sítio São Joaquim, o riacho seco, se encontra desmatada quase que em sua totalidade. Pelo fato de, ao longo dos anos, não se ter monitorado e divulgado esse processo de devastação, ele é ignorado pela mídia, diferentemente do que ocorre com o Corte do pau da bandeira, cuja dimensão antropológica e cultural atrai a cobertura jornalística.

Não se pode ignorar que, em ambos os casos, as relações antrópicas, religiosas ou não, interferem no meio, na alteração dos ecossistemas, contudo é preciso reverter a lógica do denunciismo emocional relacionado eminentemente ao ritual. Reverter essa ótica, buscando, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental e cultural, com o mesmo grau de importância, implica a realização de estudos técnicos e antropológi-

cos dos impactos ambientais nessas áreas, não apenas decorrentes do corte do pau da bandeira, mas de todos os fatores e atividades nelas desenvolvidas, que direta ou indiretamente provocam a redução da sua cobertura vegetal. Não se trata da intenção de ignorar o impacto ambiental decorrente do ritual, mas de se buscar uma análise científica de colaboração técnica envolvendo elementos físicos, históricos e antropológicos, voltada para a sustentabilidade ambiental e cultural da tradição. Nestas condições, afirmamos que, mesmo depois de 80 anos de cortes de árvores, centrados quase que exclusivamente numa mesma área, para servirem de pau da bandeira, existe a premência de intervenção de políticas públicas no sentido de se garantir, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental e cultural da Festa do Pau da Bandeira.

Isso remete à necessidade de investimento num planejamento ambiental do ato de corte e deslocamento da árvore na floresta, objetivando reduzir seus impactos nos ecossistemas e garantir a sustentabilidade ambiental e cultural da tradição. Neste sentido, mesmo sem uma análise científica, considerando ser, no mínimo, 50 anos o tempo necessário para o desenvolvimento biológico das árvores para alimentar a tradição, significa dizer que o replantio de novas árvores, das mesmas espécies, com a mesma finalidade, deverá esperar o mesmo tempo, 50 anos, para a sua utilização no ritual. Assim, na proposta de sustentabilidade ambiental da tradição, deve-se ter a consciência de que as árvores plantadas pelos atuais carregadores só terão seus caules carregados como pau de bandeiras provavelmente por seus netos. Dessa forma, a

sustentabilidade cultural da tradição está intimamente vinculada à preservação ambiental.

É importante o entendimento de que a garantia da sustentabilidade ambiental e cultural trata-se de um investimento em longo prazo. Ainda mais, deve-se considerar que mesmo com as condições favoráveis de realização da fotossíntese e drenagem, e altitudes, as novas árvores plantadas terão o seu desenvolvimento biológico variado, implicando que muitas espécies não atingirão a altura, diâmetro e verticalidade exigidos para, no futuro, se constituírem pau de bandeira. Nesse contexto, é importante considerar que mesmo se adotando o replantio de árvores como alternativa ambiental de sustentabilidade, por condicionamentos das relações dos fatores naturais, não se obterá um aproveitamento de cem por cento das espécies plantadas, com características físico-biológicas exigidas pelo ritual; apresentando, pois, uma perda percentual em relação aos objetivos.

Neste mesmo sentido, deve-se considerar que até o momento da redação deste texto, 2011, o corte da árvore ocorreu desprovido de ações técnicas, cientificamente planejadas, em sintonia com as pesquisas que esclarecem os fatores históricos e antropológicos da festa.

Não obstante, existe a consciência de parte dos gestores públicos, e da sociedade em geral, da necessidade de se alcançar a consolidação de ações reivindicadas pelo discurso da sustentabilidade. Assim, urge a necessidade de se promover o mais rápido possível a elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas para a sustentabi-

lidade ambiental e cultural dessa tradição. A efetivação do replantio precisa ser associada a ações governamentais de órgãos públicos relacionados com a Festa de Santo Antônio, no sentido de fiscalizar e monitorar a degradação das matas que subsidiam com suas árvores a tradição. Por sua vez, a colaboração do meio acadêmico nesse processo deverá superar o dualismo entre homem e natureza, investindo numa concepção de integração desta última com a cultura. A natureza deve ser entendida como um elemento vinculado aos valores culturais do homem, que dá a ela um sentido simbólico, associado ao seu universo e percepção de mundo, sobretudo quando se trata de festas de tradições agrárias.

Sinalizamos que entre os impactos ambientais, decorrentes das ações antrópicas, nos Sítios Flores e São Joaquim, encontra-se a pressão demográfica sobre os ecossistemas imposta por ocasião do corte. A pressão demográfica deve se constituir numa das preocupações em relação à sustentabilidade ambiental destas áreas, sendo, principalmente, decorrente de uma publicidade que, desprovida da reflexão sobre a interatividade entre cultura e ambiente, promove o deslocamento de centenas de pessoas para entrar na floresta, sem que estas participem da operacionalidade do ritual de corte e retirada do caule da mata.

Nestas condições, na maioria das vezes, as coberturas jornalísticas sobre o evento propagam o dia do corte da árvore como a própria abertura da festa, dando a impressão de que a festa tem o seu sentido simbólico associado ao “corte” e não ao levantamento da bandeira, como prova de devoção, que ocorrerá alguns dias depois.

É importante, para se compreender o sentido da tradição, que a festa se relacione com a fé, materializada no carregamento e levantamento da bandeira, sendo “o corte” apenas um requisito necessário para que isso aconteça. Geralmente a intervenção midiática apela para a abordagem do tamanho da árvore cortada, diâmetro do caule, sentimentos de mulheres associados à crença em Santo Antônio como santo casamenteiro. Nestas condições, ignora-se a dimensão antropológica contida na relação de manifestação da religiosidade com a natureza, no seu sentido profundo que promove a festa como patrimônio cultural imaterial. Assim, a dimensão ambiental é ignorada e, muitas vezes, quando abordada, apenas se faz norteadada pela leitura da legislação ambiental e posições institucionais de órgãos públicos de preservação.

Figura 03: Área de localização dos Sítios São Joaquim e Flores – Município de Barbalha – Ceará. (Fonte: Google Earth, 2009).

CULTURA E NATUREZA: AÇÃO ANTRÓPICA MEDIADA PELA FÉ

A festa deve ser percebida a partir do envolvimento simultâneo da cultura com a natureza, implicando uma humanização da natureza em favor da devoção ao santo. Nesse processo de relações entre o físico e o humano não se pode ignorar suas características suscitadas de caráter sagrado e profano, sendo esse último exercido como uma intervenção para superação dos desafios dos rituais contidos na tradição. Os rituais se constituem na escolha da árvore, no corte, na retirada da floresta, no

carregamento e no hasteamento da bandeira (Souza, 2000), associados a promessas, intenções de casamento; e também movidos pelos sentimentos festivos: a aguardente, popularmente conhecida como a “cachaça do vigário”, alegria (animação), confraternização, vestimentas, liberdade de expor sua devoção, num misto de fé e festa, que tem a floresta como maior subsidiadora da tradição.

Há mais de 80 anos, a relação cultura e natureza são premissas básicas à realização da “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio”. A referida manifestação é carregada de simbolismos, representados pelos rituais e pelo “Pau”, considerado objeto sagrado perante as intenções de promessas e orações por ele intermediadas uma vez que serve de mastro no qual ascende a bandeira do santo padroeiro, que abençoará a cidade. Ao longo do tempo, a Festa se tornou a principal manifestação cultural do município, vinculada às tradições agrárias, tendo incorporado novos elementos, bem como novos significados, levando em consideração as diversas transformações ocorridas no tempo e no espaço, em oito décadas de festejo. É sabido que, para a realização do evento, faz-se necessária a retirada de uma árvore de área de preservação permanente, sendo necessário atender às exigências para que a mesma seja “Pau de Bandeira”, ou seja, grande em tamanho e espessura.

A dificuldade em compreender a relação cultura e natureza está vinculada a processos histórico-ideológicos, nos quais a natureza é vista como oposição à cultura, a ser dominada pelo homem; a natureza-objeto, concretizada pela civilização industrial, como subsidiadora ilimitada de recursos (Gonçalves, 2001). Tratando-se da

manifestação popular da “Festa do Pau da Bandeira”, observamos que, ao analisarmos a intervenção antrópica na natureza, derivada dos rituais de fé católica, este é inversamente proporcional à alteração no ecossistema local, resultante de interesses econômicos.

Abordar a temática da natureza, em um momento no qual o caráter de sua preservação se encontra apropriado às diversas instâncias – sociais, políticas, econômicas, científicas, dentre outras –, bem como se encontra um pouco mais evidenciado, em função dos trabalhos e ações desenvolvidos por órgãos ambientalistas, instiga a melhor pensar sobre o futuro do nosso planeta, os ecossistemas que o movimentam, e nele incluso, o homem.

Contudo, há que se pensar sobre que natureza se pretende discutir, a partir de suas concepções (Carvalho, 2003) quanto aos dilemas ambientais. No entanto, a questão proposta viabilizará o viés de natureza na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, Ceará, na qual se realiza por meio de fatores, naturais e culturais, indissociáveis. Assim, é importante salientar que “não existe uma natureza em si, existe apenas uma natureza pensada. [...] A natureza em si não passa de uma abstração. Não encontramos senão uma ideia de natureza que toma sentido radicalmente diferente segundo as épocas e os homens”. (Lenoble, 1969, p. 53).

Figura 04: Josier Ferreira.

Gonçalves (2001, p. 23) partilha da mesma ideia, quando afirma que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Dessa forma, o processo histórico de transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais, pela qual a humanidade passou, e ainda passa, revela-nos ideias de natureza. De acordo com Carvalho (2003), essas concepções são interpretadas a partir das necessidades culturais e sociais, por meio de modelos como a “não-natureza”, das sociedades primitivas; a “natureza orgânica”, dos gregos; a “natureza sobrenatural”, da Igreja; e a “máquina inteligente” do mundo moderno.

Partindo dos modelos supracitados, cabe-nos envolver, como parâmetro, a dimensão de natureza contida na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, por meio dos quais, alguns dos seus elementos, interpretados como símbolos divinos, na representação do “Pau”, objeto de ligação entre a terra e o céu, e intermediador da fé entre os devotos e o santo padroeiro do município, Santo Antônio, acabam por sobressair apenas por uma concepção cultural.

Tal simbolismo contempla o modelo de “natureza sobrenatural” (Carvalho, 2003, p. 61), modelo este advindo da Igreja Católica, no qual:

O homem, dizia o cristianismo, não se situa na natureza como um elemento no conjunto; não tem o seu lugar como as coisas tem o seu lugar; é transcendente em relação ao mundo físico; não pertence à natureza, mas à graça, que é sobrenatural [...]. (Lenoble, 1969, p. 182)

Assim como os rituais praticados durante o festejo, em que é perceptível tal divindade, sobretudo à árvore, Springer (2010, p. 163) afirma que:

A natureza é vista, portanto, como exterior ao homem, como obra divina é utilizada por ele ora para castigar ora para beneficiar os homens. Assim, estabeleceu-se uma relação ora de medo ora de adoração para com a natureza, sendo a Bíblia, fonte de entendimento dessa natureza.

Outra concepção de natureza, citada por Carvalho (2003, p. 61), a estabelece como sendo a “máquina inteligente”. Haja vista que a partir da ideia de Natureza idealizada pela Igreja, como obra divina, em que Deus a criou para servir ao homem, enfatizado no capítulo I, versículo 28, do livro Gêneses: “[...] Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra”; fez-se concretizar, ainda mais, a ideia de natureza fornecedora ilimitada de recursos, sobretudo, quando da transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, que via a natureza como um objeto a ser controlado e a funcionar “como uma espécie de “máquina perfeita” já que não pode falhar no fornecimento da enorme quantidade de mercadorias, ou posteriormente, de matérias-primas industriais, que o novo sistema, comandado pela burguesia, vai requisitar.” (Carvalho, 2003, p. 42).

Assim, defender, especificamente, o viés natureza, na festa do Pau da Bandeira, que necessita derrubar uma árvore, para que a mesma seja símbolo da festa, parece-nos uma ideologia demasiadamente preservacionista (Diegues, 1996) quanto à questão do desmatamento na floresta. Neste contexto, indaga-se qual o limite do entendimento quanto à preservação de uma natureza intocada (Diegues, 1996) e a perpetuação de uma manifestação cultural, de caráter sensitivo e identitário para a população barbalhense? É a partir desse questionamento que procuramos pensar formas mais viáveis de garantir uma sustentabilidade mais pontual da Festa do Pau da Bandeira, sem, no entanto, desprezar nenhum dos aspectos, Natureza e Cultura, julgados por nós, como indissociáveis à sua existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antônio Augusto. *O que é Cultura Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ARAÚJO, José Edvar Costa de. *O Papel Político-Pedagógico das Manifestações da Cultura Popular na Construção de Modelos e Conceitos de Relações Sociais – O Caso da Festa do Pau da Bandeira de Barbalha*. 1994. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.
- BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. 108 ed. São Paulo/SP: Ave Maria, 1997.
- BRASIL. *Decreto Federal s/nº, de 04 de agosto de 1997*. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe, nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.
- CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). *Hidrogeologia da porção oriental da Bacia Sedimentar do Araripe: meta A, diagnóstico do estado de arte*. Julho, 2005.
- ESTEVAM, Carlos. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- IBAMA. *Plano de manejo da Floresta Nacional do Araripe*. Dezembro, 2004.
- LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- SILVA, Josier Ferreira da. Uma Representação Sócio-Espacial da Cultura no Município de Barbalha: O Embate entre Tradição e Modernidade como Desafio Educacional. In: CAVALANTI, Maria Juraci Maia. *et. al.* (Org.). *História da Educação – Vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- SOUZA, Océlio Teixeira de. *A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha: entre o controle e a autonomia*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fortaleza, 2000.
- SPRINGER, Kalina Salaib. A concepção de natureza na geografia. *Mervator*, Fortaleza, n. 18, ano 9, p. 159-170, 2010.

NOS BASTIDORES DA FESTA: O REISADO DE CONGO E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS POPULARES E OS PODERES PÚBLICOS NA FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO EM BARBALHA

Simone Pereira da Silva

Renata Marinho Paz

A região do Cariri, situada ao sul do Estado do Ceará, na confluência entre Pernambuco, Paraíba e Piauí vem atraindo, ao longo de sua história, habitantes das mais diversas localidades nordestinas. Este aspecto de convergência torna a região um espaço de afluência que resulta num caleidoscópio de práticas socioculturais, com uma infinidade de saberes, ofícios, celebrações e formas de expressão, formando um caldo composto pelas diferentes faces de uma parcela expressiva da população brasileira.

Dentre a infinidade de bens culturais imateriais que constituem o Cariri como “caldeirão da cultura popular”, destaca-se a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Devido a sua grandiosidade, visibilidade e, sobretudo, pelo forte

simbolismo e pela identificação do povo barbalhense com ela, a Festa desempenha um papel primordial não só para a localidade, mas para o Cariri como um todo. Assumindo contornos de um fato social total (Mauss, 2003), envolve elementos de ordem religiosa, econômica, política, cultural e identitária, sendo quase um sinônimo da cidade.

Durante a festa, há uma mobilização significativa dos moradores da localidade em torno das aproximadamente trezentas e cinquenta mil pessoas, entre turistas, amigos e familiares que retornam à cidade, bem como moradores de outros municípios caririenses, que afluem sobretudo no dia do carregamento e hasteamento do Pau de Santo Antônio.

Este dia é o ponto alto da festa. As comemorações alusivas a Santo Antônio de Pádua, padroeiro da cidade, que são iniciadas em meados de maio com o corte da árvore que se tornará o pau da bandeira de Santo Antônio, adquirem proporções expressivas no dia da abertura, momento em que ocorre o carregamento e o hasteamento do pau da bandeira do santo em frente à igreja matriz de Santo Antônio.

Na manhã do dia da abertura, a cidade se mobiliza para o desfile dos grupos de folguedos, instituído pela prefeitura do município em 1973, com a finalidade de “resgatar” e “preservar” as manifestações populares da localidade. A celebração do cortejo realizada na manhã do último domingo de maio ou no primeiro domingo de junho, dia dedicado ao Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira, reúne diversas manifestações culturais existentes em Barbalha. Reisados, quadrilhas, penitentes,

dança do coco, bandas cabaçais, entre outros grupos “folclóricos” participam, na Matriz de Santo Antônio, de uma celebração paralitúrgica, ocasião em que representantes dos grupos ofertam ao padroeiro os produtos agrícolas e industriais de Barbalha. Após este culto, desfilam pela Rua da Matriz, passando pela Rua do Vidéo até o Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, abrillantando a festa. Nesse espaço, são observados, entrevistados, fotografados e festejados por milhares de pessoas.

Num primeiro momento, a Festa se apresenta como uma grande celebração do povo barbalhense, um momento de valorização da identidade e da cultura local. A atuação dos poderes públicos municipais no sentido da arregimentação através da concessão de subvenções via cachês, vestimentas e transporte aos grupos, para que estes possam figurar nas apresentações, visa, sobretudo, fazer com que o cortejo, assim como toda a festa, apareça aos olhos do espectador como um grande espetáculo popular em que todos os atores sociais agem de forma harmônica, sendo orquestrado principalmente pela prefeitura e pela igreja.

Contudo, parafraseando Eade e Sallnow (1991), quando o povo converge, os sentidos colidem. Esta ação do município, associada a políticas estaduais de valorização do patrimônio, como o programa Mestre da Cultura instituído pela Lei N° 13.351, de 22 de agosto de 2003 – (1) –, ao mesmo tempo em que pretende reconhecer, valorizar e dar condições de subsistência e perpetuação aos mestres, aos grupos, e aos seus ofícios e expressões, acaba gerando também um acirrado campo de disputas entre eles.

Neste artigo pretendemos analisar as relações que vem sendo estabelecidas entre os grupos de reisado de congo em Barbalha, e entre estes e o poder público municipal, buscando lançar algumas luzes e fazer algumas reflexões acerca da movimentação das relações de força entre eles em torno do reconhecimento e da obtenção de vantagens e recursos. Em outras palavras, a análise das relações entre os grupos de reisado atuará como “mote” para a leitura dos bastidores da festa, considerando a necessidade de compreensão das recentes forças que a vem engendrando.

Atualmente existem seis grupos de reisado naquele município. Os grupos em geral são compostos por dezoito integrantes cada, sendo que, em Barbalha, são formados por crianças e adultos do sexo masculino.

Sua estrutura é composta por personagens fixos – simbolizados pelos atores/ dançarinos denominados brincantes que, acompanhados por uma banda cabaçal ou um violeiro, encenam peças e embaiçadas durante a apresentação do folgado – e móveis, representada pelos entremezes que são atos performáticos interpostos entre as execuções da parte principal (Silva, 2011, p. 35).

Conforme Cascudo (1988), este folgado faz parte do teatro tradicional popular, e constitui-se de encenações públicas de combates travados entre os grupos participantes, que simulam ações guerreiras, com choques de espadas, além de executarem bailados, tudo isso marcado pela agilidade e pelo acompanhamento de músicas improvisadas.

Este auto popular brasileiro, de acordo com Oswald Barroso, surgiu da fusão do folguedo Reis de Congo “com o Bumba-meu-boi e outros Ranchos de Animais” (1996, p. 14). Conforme Câmara Cascudo (1988), sua motivação seria africana, e teria presença nas regiões Norte, Centro e Sul do país. Ainda segundo Barroso, “[...] no cortejo e na coroação real, estão as antigas “reinagens” e “impérios” da Europa Medieval, bem como os faustos das antigas monarquias africanas; nas batalhas, estão reminiscências tanto das bravuras de Carlos Magno e seus pares quanto das lutas entre antigos reinos africanos [...]” (1996, p. 61).

Essa concepção está embasada nos conhecimentos históricos transmitidos pelos escravos associados às confrarias do Rosário, santa protetora dos negros, e pela lendária história do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França (Meyer, 1995, p. 97), e que inclusive serviu de referência para a elaboração da “Batalha de Oliveiros com Ferrabrás” de Leandro Gomes de Barros (1913), cordel amplamente comercializado no Nordeste e apropriado pelos mestres, atuando como enredo das embaixadas.

Oswald Barroso segue afirmando que, no Ceará, o aparecimento do reisado de congo teria se dado mediante a presença dos Congos e do Bumba-meu-boi que são antigos “[...] datando seu aparecimento provavelmente do início do século XVIII. Aqui chegaram junto com as entradas do gado, não só a partir de Pernambuco, como da Bahia” (Barroso, 1996, p. 46).

Segundo o historiador Irineu Pinheiro, em Barbalha, por volta do século XIX já existiria “entre os homens de cor” a festa dos reis de congo, momento em que ocorriam apresentações de reisados pelos escravos, que possivelmente fariam parte da Irmandade do Rosário, fundada em 1860 (Pinheiro, 1963, p. 534).

Além dessas interpretações, outras foram agregadas à prática. Como foi o caso da suposta espada de Dom Pedro II, pertencente atualmente ao mestre Luís Tomé. Para Silva (2011), a referida espada pode ser uma tática utilizada pelos brincantes para afirmar a superioridade do grupo ou pode remeter às representações construídas durante o período Imperial, que utilizavam as cortes simbólicas do congo para disseminar pelo país o poderio do Império Brasileiro.

Tradicionalmente, as apresentações duram todo um dia, e variam conforme o lugar em que ocorrem. Se, por exemplo, ocorrer em uma igreja ou nas salas das casas onde está o Sagrado Coração de Jesus, por ocasião das Renovações, a dança é uma marcha ou uma valsa. Se o tema é a batalha, conhecida também como quilombo, é dançado baião, forró, xote ou manduca, exigindo mais habilidade e agilidade dos movimentos. Nota-se que o espaço determina a postura e a performance corporal a ser desempenhada.

O ESPETÁCULO VAI COMEÇAR: A INTRODUÇÃO DO CORTEJO DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS NA ABERTURA DA FESTA

Na década de setenta do século passado, mais precisamente em 1973, durante a gestão do prefeito Fabriano Sampaio – “oficial do Exército reformado, tendo se formado na Escola Preparatória de Cadetes, em Fortaleza e na Academia de Agulhas Negras, no Rio de Janeiro” (Souza, 2000, p. 56), pode-se afirmar que ocorreu uma expressiva mudança de rumos na festa de Barbalha. Em sintonia com a proposta do governo militar brasileiro, que naquele contexto objetivava, entre outros aspectos, fomentar um sentimento nacionalista fundado na valorização do que era considerado como tradição e como cultura popular, a prefeitura municipal introduziu uma série de modificações na festa, entre elas a realização do desfile dos grupos folclóricos no dia da abertura dos festejos dedicados a Santo Antônio.

A par da introdução deste cortejo, encetou-se um esforço de valorização e preservação do “folclore” e da cultura popular da localidade, através de pelo menos três tipos de ação que, não raro, podem ser observadas de forma concomitante: o “resgate” de algumas formas de expressão que já estavam em processo de desuso; a ressignificação de algumas práticas, que vem passando por um processo intenso de mudanças face aos sentidos que antes lhe eram atribuídos. Por último, mas não menos importante, um crescente processo de espetacularização das apresentações.

Um exemplo notável dessas mudanças pode ser percebido com o grupo de penitentes “Irmandade da Cruz” de Barbalha. A prática da autoflagelação foi introduzida no Cariri em fins do século XIX, durante a epidemia de Cólera Morbo que dizimou grande parte da população dessa região (Bezerra, 1998, p. 40-41), sendo que um

de seus principais divulgadores teria sido o Padre Ibiapina. A autora ainda acrescenta que, à noite, padres e leigos reuniam-se nas proximidades das capelas ou em locais desertos, para iniciar as práticas de penitência tendo como principal propósito o pedido de perdão a Deus pelos pecados, já que se acreditava que a epidemia de Cólera Morbo era resultado dos pecados cometidos pelo povo. Como as reuniões eram secretas, o grupo não era conhecido pela população local. Tal era o sigilo que, muitas vezes, só se descobria que um homem era um penitente no seu velório, já que existia um ritual e uma vestimenta especial para os componentes do grupo. As únicas pessoas que poderiam conhecer a identidade dos componentes eram suas esposas, que eram proibidas de explicitar esse fato a outrem.

Em meados dos anos 70 do século passado, os grupos de cultura popular de Barbalha foram levados para participar do cortejo da Festa de Santo Antônio, uniformizados com vestimentas doadas pela Secretaria de Cultura do município e recebendo uma pequena remuneração. Desde então, todos os anos os penitentes desfilam no cortejo e participam da missa de abertura da Festa de Santo Antônio. Assim, esse grupo, que antes se reunia para a realização de rituais religiosos secretos, passa a se apresentar em diversos eventos, com remuneração, tais como o Palco Giratório, Mostra de Tradição Popular e Terreiradas, promovidos pelo SESC e, mais notavelmente, a apresentação em 2006 no desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro, pela Estação Primeira de Mangueira. Sobre este aspecto, Patrícia Bezerra afirma que:

Em contrapartida, os desdobramentos que relacionam sua participação, em 2006, no desfile da escola de samba carioca Unidos da Mangueira [sic] trazem à tona jogos e negociações políticas com as quais o penitente se envolvera naquele contexto. Suas atitudes em face desta nova postura assumida parecem ter tomado um ar mais brando e até mesmo maleável. Joaquim Mulato explica que o assédio dos repórteres e a necessidade de divulgar o ritual como uma manifestação cultural os obrigou a mostrar a cara. No último carnaval, Mulato desfilou pela mangueira. Essa participação gerou discussões em diferentes veículos informativos a respeito, principalmente, do caráter “profano” suscitado pela manifestação carnavalesca, destoando assim da “pureza” de suas práticas religiosas (Bezerra, 2010, p. 136. Grifos da autora).

São em episódios como esse que se evidenciam as negociações que se estabelecem entre os componentes dos grupos populares, como no caso supracitado, com os poderes políticos locais.

Outro exemplo dessas mudanças, e de como elas findaram produzindo alterações significativas nas formas de expressão podem ser percebidas com a Dança de São Gonçalo, na medida em que sua dimensão simbólica acabou sendo rapidamente eclipsada. Antes realizada no sítio Barro Vermelho, em devoção ao santo, agora é realizada por alunas do ensino fundamental, treinadas na escola do lugarejo, com a finalidade de participar do cortejo, perdendo sua face religiosa para, cada vez mais, se tornar “coisa para turista ver”.

As escolas de Barbalha são grandes divulgadoras e incentivadoras das manifestações culturais. Tanto que nos últimos anos têm contratado mestres como Antônio José da Silva do Reisado de Congo do Alto do Rosário, para formar grupos e ensinar as crianças a brincar. Conforme Antônio Silva,

Eu tenho outro Reisado lá na escola que eu ensino. Lá no Josefa. Eu ensino noutra Reisado lá no Josefa, Josefa Alves. Ensino lá também, eu sou mestre aqui e sou mestre lá. Lá é só mulher, só garota de 13 a 14 ano. [...] Eu to pra 4 ano que eu ensino lá [risos]. [...] O mesmo que eu ensino o meu ensino elas lá. Ensino a dança, ensino o jogo de espada, os velso, tudo eu ensino. Elas são cabeça meia dura por que eu num posso... hoje em dia nem o professor pode jogar muito pesado em cima do aluno que ele... Tem que ir com calma. Ajeitano. Menino é assim, menino é assim, não eu vou pra aqui, não vamo pra cá. Até que dá certo. No dia do Pau tá todo mundo pronto (Silva, 2011, p. 87).

É neste mesmo contexto que vão ocorrer transformações significativas nas apresentações do reisado de congo. Estas se tornam mais curtas, com duração de cerca de quinze a vinte minutos, de modo a atender às necessidades dos eventos nos quais passam a figurar como atrações. Esta restrição temporal tem como resultado a marginalização de alguns personagens, como os bichos (guriabá, jentí, dentre outros), ou mesmo a rainha, o que resulta em perda não só de personagens, mas também do sentido das encenações por parte dos brincantes. As dimensões lúdicas, experienciais ou sociorreligiosas dessas formas de expressão vão, aos poucos, cedendo lugar ao es-

petáculo, à busca por visibilidade e reconhecimento em termos de capital simbólico e material.

O espetáculo passa a enfatizar a parte dramática das embaixadas e as músicas improvisadas pela capacidade de se adequarem ao pouco espaço de tempo da apresentação e por sua grande atratividade diante do público. Eram por meio das músicas a serem utilizadas nos quilombos e nas competições dos Festivais de Folclore, que ocorreram na região nos anos 70 – (2) –, que os brincantes conseguiam efetuar seus elogios ou críticas aos envolvidos no espetáculo.

Outro aspecto da maior relevância diz respeito a algumas situações paradoxais, derivadas deste processo de espetacularização das apresentações das formas de expressão que figuram no desfile dos grupos de folguedos em Barbalha: ao mesmo tempo em que essa mudança introduzida nos anos 70 visava valorizar as expressões folclóricas da localidade, conferir uma visibilidade maior e, consequentemente, atrair um número crescente de visitantes e turistas, tornando a festa um evento regional. Esse mesmo esforço de valorização acabou gerando um acirramento das disputas entre os grupos em torno da obtenção de subvenções, prêmios e outras vantagens, sobretudo de ordem material.

No caso específico dos grupos de reisado, trata-se de um campo de forças bastante tensionado. Historicamente, as disputas entre os grupos se davam, sobretudo, para saber quem era o mais forte, mais habilidoso com manejo da espada, quem sabia guerrear melhor. Em outras palavras, as disputas se davam em torno da afirma-

ção e do reconhecimento de habilidades vinculadas ao reisado. Não que atualmente esses aspectos sejam desconsiderados, ao contrário. Diversos recursos, inclusive retóricos, são utilizados pelos mestres de Barbalha para afirmar sua sabedoria e preparação, e com isso marcar o espaço distintivo de seu reisado face aos demais e, ao mesmo tempo, rebaixá-los. A fala de Luís Tomé da Silva, conhecido como mestre Luís Bocão é, nesse sentido, muito elucidativa:

E ota que tem a paixão que você tem fazer melhor [...] Melhor pra ver se tu ganha dos outro, como é que ganha dos outro? É enfeitado, é trabalhar bem, é responder bem, é saber fazer bem e aí vai [...]. Eu passei oito anos sem brincar Reisado na cidade [...]. Aqui na Barbalha sou nascido e criado. Aí o pessoal ainda hoje diz: Barbalha deixou de ser feliz, porque toda festa vê o Reisado de Luís, tem oito ano que ele foi parado, acabou-se Barbalha, ninguém vê o Reisado mais de Luís. Aí eu vou e respondo: voltou de novo novamente, o ano passado e esse ano tem resultado, Barbalha é tudo feliz, é tanta gente na avenida vendo o Reisado de Luís. E é por isso que eu continuo brincando, ganhando folclore, ganhando troféu (Silva, 2011, p. 76).

Além do esforço afirmativo e hierarquizante, há uma série de aspectos que devem ser considerados nas relações que são estabelecidas nesse campo. Entre eles destaca-se o fato de que a concorrência entre os grupos

[...] garante a reprodução da estrutura social em que os membros das chamadas classes dominadas ‘entram nessa espécie de corrida de perseguição’ (Bourdieu, 2008, p. 159) a fim de obter a legitimidade visada pelos seus perseguidores.

Em meio a essa competição também pode ocorrer o que o historiador francês Michel de Certeau chama de ‘trampolinagem’, que se refere às várias formas de jogar e desfazer ‘o espaço instituído por outros’ (Certeau, 1994, p. 79). Nessa perspectiva, os brincantes que achavam que não tem um lugar apropriado para estar passaram a fazer uso de determinados golpes na tentativa de destituir o outro e, dessa maneira, construir e legitimar seu próprio grupo (Silva, 2011, p.79).

Essa “corrida de perseguição” a que alude Bourdieu revela no detalhe a urdidura dessa complexa trama que enreda os grupos em Barbalha. Ao disputar o espaço de legitimação instaurado pelos poderes públicos, sejam eles municipais ou estaduais, através da obtenção de cachês, subvenções, premiações etc. (e não é possível deixar de atentar para o fato de que, em sua maioria, essas pessoas possuem baixo nível de renda), os brincantes não só aceitam, mas, em boa medida, aderem e legitimam as regras do jogo, gerando um ainda mais acirrado campo de disputas que, por sua vez, provoca uma ressignificação das próprias práticas, por vezes percebidas como apresentações realizadas por artistas, onde o interesse e o vínculo financeiro tornam-se evidentes. De acordo com Olímpio Ludugério

Num tinha tanto do artista que tem hoje né, hoje todo mundo quer ser artista. Aí uma parte entende o que é artista, mais outra não entende. [...] Muitos que tá participando na Barbalha não sabe de nada. Só vai só mó de ganhar dinheiro da prefeitura (Silva, 2011, p.79).

No relato é possível perceber que o ex mestre tem uma percepção diferenciada dos envolvidos no desfile dos grupos pois, para ele, todos são artistas. Essa compreensão é compartilhada por outro brincante, o Mestre Antônio José da Silva. Segundo ele,

Em todo Estado, de onde tiver mundo vem gente pra assistir essa festa aqui no dia desse pau. Quer dizer, só faz isso o folclore. Dia de reis... dia da festa do pau da bandeira aqui, a gente num pode nem anda com tanto fotógrafo tirando foto da gente. Se fosse... Antônio eu to te pagando re-portagem que tu faz, esse quarto aí era chei de dinheiro (risos), pela festa (Silva, 2011, p. 88-89).

Veja que o brincante percebe o potencial econômico e midiático exercido pelos grupos. Se pudessem cobrar pelas entrevistas realizadas, o poder aquisitivo seria melhor. Essa visão empreendedora, se é que possível chamar assim, levou outros a buscar meios de divulgar e registrar seus ofícios e saberes. Foi o caso de Serginaldo Gomes:

Eu tenbo um vizinho aqui João Hilário, como a gente já até gravou um dvdzím, uma coisinha assim. Foi simples né, num foi uma coisa que dissesse: nossa como ele sabe né. Que foi pego a gente de surpresa aqui, João Hilário pediu que viesse filmar a gente aqui, gravar, gravemo – (3) –.

A ideia de elaborar um DVD de divulgação e registro do grupo de reisado foi assimilada por outros brincantes. Esse foi o caso do mestre Francisco Belizário:

Eu tenho cinquenta e oito aí gravada [música]. Tem três CD, gravei uma em Santana do Cariri, gravei outro aqui, gravei outro lá em Antônio Sampaio, tá aí. Tem inté o CD aí. Tem no Rio de Janeiro, tem no São Paulo, pra todo canto já foi. CD não. É DVD. [...] Essa semana eu já tirei cópia de três, foi pro Pernambuco o menino veio buscar. – (4) –

Observa-se então que as ações que visam incrementar a Festa, através do fomento às formas de expressão, acabam sendo um Jano de duas faces, na medida em que a instituição do que Silva (2011) denomina de “jogo das apresentações”, ao tempo em que atua estimulando essas manifestações, também gera um intenso campo de criações, reapropriações, manipulações e disputas entre os grupos e mestres. É importante salientar também que essa relação de interdependência dos grupos com os poderes públicos, notadamente os municipais, ao longo dessas últimas quase quatro décadas, findou gerando uma excessiva vinculação dos grupos com a prefeitura. É ela quem agencia viagens e apresentações, compra do material para a confecção de roupas, calçados, instrumentos rituais e musicais etc., além de ter contribuído ativamente para que muitas práticas culturais fossem rapidamente transformadas. É o caso das roupas utilizadas pelos brincantes do reisado do sítio Lagoa.

Começaro deixar de brincar por que era de saia num quizero mais, arranjava as namorada e num queria a saia. Ai eu fui e inventei fazer o short e o cinto cobrindo tudo né, um cinto de fita, ai foi que me apoiara mais. Mas se não, num tinha mais nem brincadeira não. [...]

Foi de dois mil e um pra cá. Já, mas por enquanto tá mais só o meu (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010) – (5) –.

Vale ressaltar que a oposição ao uso de saia pelos integrantes do reisado de congo de Barbalha levou o mestre Tico Neves a adequar as indumentárias. O short passou então a ser utilizado como manobra de atração e permanência dos participantes. Para não destoar tanto dos demais grupos, o brincante criou um cinto com fitas dispostas verticalmente de forma a criar uma imagem de saia.

Além de terem que modificar as roupas, ainda são obrigados a lidar com o choque de interesses entre os brincantes e destes com representantes do poder municipal barbalhense.

Que naquele tempo sain três pessoas na secretaria de cultura, três. Hoje tem vinte e duas. É por isso que a coisa tá mais difícil pra nós, por que tem mais empregado pra comer que pra gastar com os grupo folclórico. Eu tenho um traje ai só vendo, eu pedi quinhentos espeí vei trezentos e setenta pra dezoito pessoa e eu tenho um ali e eu lhe mostra agora pra você ver, é cento e vinte só na capa e no peitoral, cento vinte espeí. Olhe foi daqui [fez um gesto passando a mão no rosto para dizer que foi com o próprio suor], eu fui mais o outro mestre pro Crato e fomo comprar enfeito, nós compreimo foi quinhentos e noventa de enfeito e espeí. Espontânea vontade e gosto nosso. Ai um cachêzim de

trezentos reais, ai desconta cinco por cento. É agora num sei pra que é esses cinco se é pra seguro, se é pa... num sei não. Quando chega aqui eu quebro a cabeça pra fazer o racha pra dezoito pessoa, porque num vou pegar um adulto já vei de idade da igual a menino pequeno. Ai quando eu faço o racha, o menino que vai ganha onze, doze ai diz, mas fulando de tal ganhou vinte e cinco. Mar rapaz, mas foi ele. Ai dá uma confusão danada, pois num vou não, bote outro. Ai fica descontrolando (Santos, 17 jan. 2010) – (6) –.

Veja que o mestre do reisado levanta algumas questões interessantes a serem refletidas. Na sua percepção, o déficit no apoio por parte do poder público municipal se deu devido ao aumento no número de funcionários públicos, o que resultou em mais despesas para os mestres e na redução do pagamento aos brincantes dos grupos. Descontentes pela baixa quantia recebida, muitos dos participantes desistem da prática ou passam a atuar em outros saberes que desfilam da festa de Santo Antônio.

A partir do estabelecimento do cortejo na Festa de Barbalha, vários grupos foram inventados sob as referências de antigas práticas rituais ou cotidianas em desuso, entre as quais estão a Dança do Coco, Dança do Milho, Dança da Maresia e as Incelências. Sobre esta última, pode-se dizer que:

Durante muito tempo a palavra incelência dizia respeito a alguns cânticos fúnebres bastante comuns nas práticas religiosas do catolicismo sertanejo. Porém, também no início da década de setenta do século XX foi “criado” por alguns funcionários da Secretaria de Cultura de Barbalha, um grupo de mulheres (todas residentes no Sítio Cabeceiras) chamado de incelências, como referência

aos cânticos entoados por elas durante as sentinelas de algum membro da comunidade. Esse grupo de mulheres também participa das festividades dedicadas a Santo Antônio de Barbalha, assim como já participaram de apresentações por todo o território brasileiro. Essas afirmativas têm como base o próprio relato de algumas de suas participantes. (Bezerra, 2010, p. 84-85).

As incelências passaram a atuar nos eventos em conjunto com os penitentes. Essa parceria se deu por meio do incentivo do poder público municipal e pela necessidade de adequação às novas necessidades para assim continuar existindo enquanto prática cultural. Inovações desse tipo se enquadram no que o historiador Eric Hobsbawm chama de “invenção das tradições”, que

Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (Hobsbawm, 2008, p. 9).

As inovações tentam inculcar certos hábitos e valores mediante a repetição e estabelecimento de uma ideia de continuidade com o passado histórico. Suas construções institucionalizadas tiveram como objetivo criar um sentimento de identidade e tradição, assim como, desenvolver o mercado turístico cultural da localidade.

Nesse contexto, diversas práticas culturais são apresentadas como “folclore”, provavelmente herança dos ideais divulgados pelos intelectuais ligados ao Instituto

Cultural do Cariri – I.C.C., existente na vizinha cidade do Crato nos anos 50 do século passado, e que de acordo com Silva (2009) foi o grande responsável por criar uma cultura histórica na região que discursava sobre o passado e a importância de se preservar o folclore caririense. Nota-se que ainda hoje muitas dessas práticas se auto conceituam assim; mas não se pode deixar de considerar que esta categorização esconde a historicidade de tais práticas.

Cada nova administração municipal quer deixar sua marca na Festa de Santo Antônio, e as modificações continuam acontecendo ano após ano. É evidente que a dinâmica é a marca por excelência dos bens imateriais, sendo indispensável ao trabalho de registro da Festa do pau da bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, proposto e encaminhado pela Superintendência do Iphan no Ceará, levar em consideração esses aspectos. Nosso intuito foi de contribuir para a percepção e o entendimento de parte das relações que engendram a Festa, a partir da movimentação gerada pelas interfaces e disputas entre os grupos populares que compõem o cortejo folclórico realizado no dia de abertura da Festa, notadamente os grupos de Reisado de Congo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Leandro Gomes de. *A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás e A Prisão de Oliveiros e seus companheiros*. Coleção Luzeiro Literatura de Cordel. São Paulo: Editora Luzeiro Limitada, 1913.

BARROSO, Raimundo Oswald Cavalcante. *Reis de Congo*. Fortaleza: Ministério da Cultura; Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais; Museu da Imagem e do Som, 1996.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. Outras histórias: *memórias e narrativas da Irmandade da Cruz – Barbalha-CE*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BEZERRA, Sandra Nancy. Irmandades de penitentes do Sítio Cabeceiras (Barbalha–CE): *penitência e autoflagelo*. Monografia (Especialização) Universidade Regional do Cariri, Crato, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A Cultura no Plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

EADE, John; SALLNOW, Michael (Org.). *Contested the sacred: the Anthropology of christian pilgrimage*. Nova York: Routledge, 1991.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

HOBBSBAWM, Eric & TERENCE, Ranger. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MARQUES, Roberto. *Contracultura, tradição e oralidade – (re) inventando o sertão nordestino na década de 70*. São Paulo: Annablume, 2004.

MEYER, Marlyse. De Carlos Magno e outras história: *cristãos e mouros no Brasil*. Natal: ed. Universitária UFRN, 1995 (Col. “Humanas Letras”).

PAZ, Renata Marinho et al. Projeto Cariri: *experiências com o INRC e discussões metodológicas*. In: Anais do Congresso Internacional e História e Patrimônio cultural: memória, ensino e bens culturais. Teresina, Piauí, ago./ 2008. p. 1-6.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

SILVA, Simone Pereira da. Os sentidos da festa: *(re) significações simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha-CE (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

_____. Do Folclórico ao Popular: *representações e apropriações do Reisado de Congo no município de Barbalha (1970-1980)*. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História: Por uma est (ética) da beleza na História. Fortaleza, ANPUH, 2009.

SOUZA, Océlio Teixeira de Souza. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e autonomia (1928-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

VASSALO, Lígia. *A canção de Rolando*. Tradução de Lígia Vassalo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DIMENSÕES SOCIOEDUCATIVAS DA FESTA DO PAU DA BANDEIRA: DECIFRANDO PLURALIDADES E MULTIANGULAÇÕES

José Edvar Costa de Araújo

Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Tradição? Tradições.

Uma das preocupações presentes quando se trata de caracterizar, defender, valorizar as manifestações culturais, especialmente as que são catalogadas como cultura popular, diz respeito ao que nelas é considerado tradicional ou genuíno, autêntico, puro. Percepções que muitas vezes podem se revelar ilusórias. Até porque podem levar a olhares empobrecedores e preconceituosos sobre dinâmicas socioculturais complexas, impedindo que se alcance o objetivo pretendido. Em última instância, o mais importante não é defender uma pretensa pureza das manifestações; e sim assegurar o direito que os grupos sociais têm de gerir os seus patrimônios, incluindo suas expressões.

A observação da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha em suas variadas dimensões, a partir de múltiplos ângulos, com a pretensão de captar suas características e valorizá-la, gera indagações persistentes e respostas que se dobram em outros cenários e outras perguntas.

O que faz da Festa do Pau da Bandeira uma referência tão intensa para os barbalhenses, objeto mesmo de paixão? O que faz com que tenha ela se tornado esta *tradição*? O que confere a ela o alto grau de legitimidade atingido, a ponto de ser considerada representativa daquela comunidade social? Como vem sendo construído seu modo de acontecer? Como vem sendo tecidas as interpretações que dela fazem os barbalhenses, os pesquisadores de todos os matizes, as forças políticas, os organismos de gestão pública, o mundo da economia e a indústria cultural?

Alinhadas à perspectiva inicialmente posta, estas indagações acompanham e re-alimentam constantemente o meu interesse pela Festa do Pau da Bandeira, desde os primeiros contatos, mesmo depois de encontrar as respostas buscadas para perguntas feitas em determinada conjuntura. Porque qualquer resposta é sempre parcial, por referir-se a um aspecto de uma trama muito mais complexa, um elemento que nos parece estranho, um componente que permanece no foco de observação.

Por tudo isto, a cada oportunidade que tenho para retomar o contato direto com a Festa ou com os comentários e as notícias sobre ela, fico sempre imaginando: a Festa do Pau da Bandeira entrou em decadência? A indústria do consumo e a depredação dos bens culturais tomaram conta de tudo, eliminando totalmente os espa-

ços de autonomia e criatividade dos brincantes? Estará a Festa reduzida aos estereótipos veiculados pela mídia, especialmente a televisão?

Felizmente este temor tem sido atenuado por suspiros de alívio. A cada ano, entre supostas repetições e novidades, encontro uma manifestação humana com vitalidade bastante para se relacionar ativamente com as características da mundialização e massificação que envolvem nossa existência social e pessoal. Percorrendo as ruas da cidade de Barbalha, de manhã à noite, desde a Praça da Matriz, passando pela Vila Santo Antônio e chegando às proximidades da cama do Pau, tenho verificado a diversidade do fazer e viver a Festa, do fazer e refazer a cultura. Esta visão otimista não desconhece, evidentemente, tensões e distorções envolvendo os interesses e patrimônios socioculturais, questões a serem permanentemente tratadas.

Contudo, a vitalidade que envolve a produção da Festa do Pau da Bandeira abre a possibilidade de garantir a continuidade do que existe de mais valioso em sua *tradição*: ser um espaço para o encontro do presente e a expressão da diversidade contemporânea, uma oportunidade para a rememoração e a reverência de figuras e valores de um passado referencial, um tempo extraordinário onde se constroem expectativas de futuro.

PROCURAS E DESCOBERTAS A PARTIR DE 1990

As primeiras referências por mim ouvidas sobre a Festa do Pau da Bandeira foram, no final dos anos oitenta do século passado, entusiasmados comentários dos

pesquisadores Oswald Barroso e Rosemberg Cariri acerca das aventuras vividas ao seguir o cortejo pelas ruas de Barbalha, destacando-se observações sobre a teatralidade das cenas criadas pelos brincantes, a profundidade da simbologia sobre a relação entre humanidade e natureza, o atrito entre os diversos agentes sociais. Pouco tempo depois, início dos anos noventa, ao decidir sobre o tema de pesquisa para a dissertação de mestrado, quando também integrava a equipe de pesquisadores do projeto Festas e Folguedos Populares do Ceará¹, resolvi adotá-la como tema de estudo.

A partir desta ocasião, ela tornou-se permanente assunto de minha observação no campo da cultura popular no Ceará, convertendo-se na manifestação sociocultural com a qual mais aprendi ao longo da vida sobre culturas e as relações destas com os demais domínios da vida social: lugar de aprendizagem, laboratório de observação e matéria de encantamento.

Parte das questões, observações, reflexões e descobertas feitas nos últimos 21 anos sobre a Festa e sobre o que seu estudo tornou possível aprender acerca das culturas populares, educação, o Ceará e a vida em sociedade estão sintetizadas a seguir.

A pesquisa de mestrado, realizada entre 1990 e 1994², orientou-se pelas questões seguintes:

1 Projeto coordenado pelo jornalista e escritor Oswald Barroso para a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Cf. jornal O POVO, de 29 de janeiro de 1990.

2 Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.

- * Quais as funções pedagógicas que uma manifestação cultural como a Festa do Pau da Bandeira desempenha para a manutenção ou para a transformação dos modelos de relações sociais vigentes no seu contexto?
- * Quais as permanências e as mudanças perceptíveis nos seus processos, estruturas e rituais?
- * Em que momentos dos processos, estruturas e rituais da Festa predominam a presença e os símbolos dos setores subalternos da sociedade barbalhense?
- * Que capacidade ainda possuem as categorias de análise e as práticas sociais da Cultura Popular e da Educação Popular para explicar realidades sociais injustas e propor transformações de caráter democratizador?

FUNÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DA FESTA E SOCIEDADE LOCAL: A DIMENSÃO RESTRITA

Com base em um olhar de alcance restrito, localizado, as três primeiras perguntas referem-se às funções que a Festa do Pau da Bandeira tem desempenhado historicamente no contexto das relações sociais da sociedade de Barbalha; às modificações verificadas em sua estrutura e nos seus processos organizativos; à relação que tais mudanças têm com diferentes funções que a Festa desempenha em conjunturas históricas e sociais diversas; aos momentos, ao longo do período histórico focalizado, ou durante o desenrolar de seus rituais, em que os interesses e expressões culturais dos setores subalternos conseguiram impor algum grau de hegemonia e direção.

A exposição da pesquisa, composta pela descrição do fenômeno e a análise das informações sobre ele obtidas, desenvolveu dois eixos, autônomos e relacionados: a recomposição histórica do surgimento e das evoluções da Festa através do tempo, fundamentada em depoimentos; a descrição de seus aspectos estruturais e organizacionais a partir da narrativa do cortejo observado nos anos da pesquisa.

A recomposição visualiza hoje quatro períodos: o primeiro, correspondente ao surgimento do costume de transportar o pau da bandeira para os locais de devoção, se inicia com a presença do Padre Ibiapina na região (1860) e vai até o ano em que o Padre José Correia incorpora o hábito ao programa oficial da festa religiosa; o segundo, começando com esta inclusão em 1928, vai até o ano de 1973; o terceiro se inicia neste ano quando o Prefeito Fabriano Sampaio, para dinamizar a “vocação turística” do município, incentiva a produção do artesanato, comidas típicas e do folclore por ocasião da Festa do Padroeiro, transformando a Festa do Pau da Bandeira em atrativo para os visitantes; o quarto período inicia-se nos anos noventa, caracterizando-se pela intensificação da influência da indústria cultural e o aguçamento dos conflitos entre diferentes características da Festa: espetáculo para consumo e espaço comunitário de convivência.

Já a descrição dos aspectos estruturais e organizacionais do cortejo destaca um conjunto de elementos: os simbolismos da árvore transformada em mastro e do seu transporte sem a interferência de equipamentos estranhos   força humana; a associação de força muscular, disciplina, habilidade técnica, f  e da alteração controlada da

consciência pela bebida como componentes do ritual do transporte; o papel das figuras individuais – o Capitão do Pau, o Animador José Veloso – o Pavão, os Mestres Artífices José Custódio e Pedro Batista e das figuras coletivas – os Carregadores –; e o santo.

O exame destes fatores em seu movimento temporal espacial permitiu então afirmar que, como qualquer outra, a Festa do Pau da Bandeira, em sua história de mudanças e persistências, desempenha funções múltiplas, diferenciadas, interligadas e muitas vezes conflitantes, que correspondem aos interesses e aos pontos de vista de diferentes estratos da sociedade; comportando por este motivo interpretações diversas.

Uma perspectiva de interpretação destas funções diferenciadas da Festa consiste em opor de forma simplista os interesses e as expressões dos estratos dominantes da sociedade e os interesses e expressões dos estratos subalternos. Sob este ponto de vista, os interesses dominantes estariam representados pelas instituições, pelas autoridades e seus aliados. Já os interesses dos dominados estariam representados pelo povo, a multidão e os grupos artísticos. A relação entre os dois se reduziria a uma luta sem tréguas; as tentativas de manipulação e domínio contra os esforços de libertação.

A observação mais acurada dos fatos permitiu afirmar que esta perspectiva estreita não é suficiente para captar a riqueza e a complexidade dos processos sociais expressos na Festa. É indiscutível que existe uma oposição separando os interesses e

as formas de representação das camadas sociais que detém o controle econômico, político-social e ideológico-cultural das motivações e expressões ideológicas das camadas sociais reduzidas a situações de dependência e subordinação. Entretanto essa oposição, ao mesmo tempo em que produz exclusão e enfrentamentos, permite a ocorrência dos processos de negociação e conciliação entre os interesses.

Há outra vertente interpretativa que vê na Festa um momento de convergência das diferentes camadas da sociedade em torno de crenças e objetivos situados acima e além das diferenças e desigualdades existentes. A ocorrência dos conflitos seria deslocada das relações do cotidiano para o campo das representações simbólicas; este deslocamento tornaria possível o estabelecimento de uma provisória identidade de interesses, baseada menos na explicitação e negociação destes, e assentada mais na ideologia do comunitário e na ideia do sagrado, que permitem a suspensão do cotidiano.

A partir desta possibilidade, os defensores de uma perspectiva conservadora dos fatos sociais veem a Festa como o espaço sagrado e comunitário destituído de conflitos. Ao contrário, há aqueles que desconfiam que, manipulada pelos setores dominantes da sociedade, a Festa assume a função de mecanismo dissimulador ou amortecedor dos conflitos.

Para além de qualquer propósito de manipulação, da existência de situações conflituosas e de suas características de espaço comunitário, a Festa permite a criação de espaços reais de afirmação dos interesses diferenciados e conflitantes, tanto por

parte dos setores subalternos como por parte dos que detém o controle da sociedade. No seu transcurso são numerosos os momentos e os espaços de explicitação das divergências, que podem conduzir a processos de negociação e de crescimento da capacidade de expressão social por parte dos subalternos. A dinamização destes momentos e espaços depende em grande parte da reflexão existente sobre eles e da construção de instrumentos de ação para viabilizar a intervenção dos sujeitos sociais.

Neste ponto, cabe chamar a atenção para o fato de que estes processos, que envolvem conflito e negociação, não podem ser reduzidos unicamente à dimensão coletiva. Eles ocorrem com a mesma significação ao nível da individualidade, permitindo a afirmação e o resgate desta dimensão.

É legítimo afirmar que a Festa do Pau da Bandeira exerce um papel tanto no sentido de cristalizar e manter os processos e relações na sociedade de Barbalha, como também no sentido de operar transformações e rupturas no que está estabelecido. O sentido das cristalizações e das rupturas, entretanto, não é linear nem simplista. Cristalização não se refere diretamente ao atendimento dos interesses dominantes. E ruptura não corresponde automaticamente aos interesses dos setores socialmente dominados. Essas funções e ocorrências estão plenas de contradições, que constituem a força e a beleza da Festa como construção social.

As afirmações feitas podem ser exemplificadas através de fatos observados na pesquisa. Um deles refere-se à figura do Capitão do Pau da Bandeira. No período que se estende entre os anos 30 e os anos 50, a uma sociedade rural patriarcal rígida-

mente estruturada correspondiam, na organização da Festa, formas de organização e processos de decisão também mais rígidos e verticalizados. Através sobretudo dos mecanismos da Igreja Católica local, os setores hegemônicos da sociedade determinavam, com absoluto controle e aprovação social, os processos de representação e de coordenação dos eventos. Nesse contexto, o Capitão do Pau da Bandeira foi exercido por uma única pessoa, o Sr. Taumaturgo Filgueiras, como um mandato vitalício. O comando vitalício do Capitão Taumaturgo é de tal monta que o Sr. José Custódio, que o conheceu e foi seu auxiliar, o chama de “dono da festa”.

Após a morte deste primeiro Capitão tem início a democratização formal da escolha. Os tempos correspondem a uma maior possibilidade de afirmação de diferentes interesses no interior da sociedade local. A democratização do processo de escolha do Capitão guarda semelhanças com a democracia política formal que se desenvolve ao nível geral da sociedade. O Capitão é escolhido anualmente, através de processos abertos aos participantes – votações que elegem um dos candidatos indicados e da qual participam o povo, os carregadores. Contudo, entendimentos decisivos são feitos, anteriormente e durante a votação, pelos representantes das principais instituições que controlam a Festa: a Igreja e as famílias num determinado momento, a Igreja e o Poder Municipal, em outro período.

Nos referidos embates e entendimentos, o voto popular apenas legitima um candidato imposto ou tenta barganhar algum interesse específico. De todo modo, a aprovação a um dos candidatos significa a adesão ou o alinhamento a uma das insti-

tuções que representam a hegemonia na sociedade. A continuidade ou ruptura na escolha do Capitão do Pau da Bandeira estão relacionadas tanto aos interesses dos que controlam a Festa e a sociedade como aos interesses dos que estão numa posição subordinada. A permanência ou a troca de um Capitão pode corresponder aos interesses de grupos dominantes. As mesmas possibilidades também podem ocorrer em relação a grupos não hegemônicos. E tais interesses tanto podem coincidir, em certos casos, como também podem colidir.

Outro exemplo referente ao significado possível das cristalizações e das rupturas está no espaço social e cultural ocupado e na função desempenhada pelos grupos folclóricos. Até 1973 os grupos folclóricos participavam da Festa de maneira “espontânea”. Talvez chamassem atenção simplesmente pela sua rusticidade, por certo exotismo, pela identificação afetiva com uma sociedade tida como sem conflitos, aquela sociedade marcadamente rural e ingênua.

A partir daquele ano, o poder público municipal passa a intervir na organização da Festa, com o objetivo de aproveitar o seu caráter regional e folclórico, articulando-o com as políticas de dinamização do potencial turístico do município de Barbalha. Nesse processo, os grupos folclóricos passam a ser “organizados” para que possam fazer parte do espetáculo; participam do desfile folclórico oficial e se apresentam na praça central das festividades populares. Por um lado, os grupos e as expressões cultural-ideológicas desses setores são “valorizadas”; por outro lado, as relações de subordinação são mantidas e reforçadas. Durante muitos anos os grupos se

apresentam a convite do Prefeito e recebem em troca as roupas, o transporte e a alimentação.

Estas relações são questionadas pelo poder público a partir de 1992. A Secretaria da Cultura toma iniciativas no sentido de “profissionalizar” as relações da Prefeitura com os grupos com base em três argumentos: a diminuição dos custos para a Prefeitura, a abertura da Festa para os grupos de cidades vizinhas; o respeito à autodeterminação da expressão estética dos grupos. A proposição rompe com uma visão romântica da cultura popular. As mudanças propostas podem significar consequências benéficas para a oxigenação dos grupos e de suas expressões artístico-culturais; podem também acrescentar outros desafios relativos ao controle social destes grupos.

A extinção da relação maternal e o estabelecimento de contratos profissionais com os grupos exigem que eles descubram a necessidade de redimensionar sua expressão e inserção social, o que inclui pensar em competitividade, auto sustentação, renovação estética. Mas pode ocasionar também uma mera adaptação deles às novas situações, tanto no que se refere ao campo do poder político como no que se refere às exigências do mercado cultural. Portanto, no âmbito das relações dos grupos folclóricos com o poder político-administrativo e cultural e com o mercado, as mudanças e as permanências guardam significações e tendências que tanto podem beneficiar os interesses dos setores hegemônicos como os interesses dos setores subalternos da sociedade.

Nesta dimensão permanece um fato constante: em toda a sua história, ao longo de períodos e conjunturas diversas, a Festa do Pau da Bandeira sempre foi organizada e realizada sob o controle das instituições e dos setores sociais dominantes da sociedade de Barbalha. Inicialmente sob a direção das famílias, em primeiro lugar, e da Igreja. Num outro período, tendo a Igreja como a força principal, e a coparticipação das famílias e do poder público municipal. E nos dias de hoje, sob a direção do poder público, a coparticipação da Igreja, das famílias e uma crescente influência da iniciativa empresarial.

No interior desta moldura sempre coube aos setores subalternos, os “setores populares”, o papel de coadjuvante. No interior destes limites é o que os “setores populares” tem tido oportunidade de expressar seus interesses e sua visão de sociedade e efetivar conquistas no sentido de influenciar nos processos de organização e controle da Festa. Pode ser muito pouco, mas são nestes interstícios que os “setores populares” tem se afirmado também no contexto mais amplo da sociedade e demarcado sua existência social.

FUNÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DA FESTA E REFLEXÃO TEÓRICA: DIMENSÃO AMPLA

A quarta pergunta questionava a vitalidade dos conceitos “cultura popular” e “educação popular” quando se quer dar conta de práticas socioculturais associadas à busca da democratização das relações socioeconômicas e político-culturais: punha

em discussão as responsabilidades (e as possibilidades) de transformar o discurso de reconhecimento da importância das práticas culturais das camadas subalternas em formulações teóricas e em práticas político-pedagógicas com capacidade operatória, a serviço dos interesses dos referidos setores.

O exame destas duas questões estabelece como horizonte as possibilidades existentes ou a criação de possibilidades para superar os limites nos quais estão postas as relações sociais – quer no âmbito da produção e do consumo da Festa, quer no âmbito mais amplo de produção da vida. Concretamente estes limites correspondem ao modelo construído ao longo do processo de conquista e colonização do Cariri, configurado como uma sociedade oligárquica, patriarcal e rural, na qual as relações sociais de produção e administração de bens materiais e não materiais são de assimetria e exclusão. Este modelo apresenta fissuras. De uma parte há a tonificação dos processos sociais, pela diversificação dos interesses e por uma maior circulação de informações e criação de oportunidades. De outra parte, surgem formas outras de domínio e de exploração dos setores subalternos.

Tome-se o exemplo da participação formal nos mecanismos decisórios nas relações entre desiguais. Esta prática nem sempre corresponde a uma real participação na tomada das decisões e na distribuição dos bens produzidos pelo trabalho humano. Basta verificar como isso se dá na construção da democracia burguesa, que permitiu a modernidade ocidental capitalista eleger seus parlamentares e executivos.

No caso da Festa, a democratização da escolha do Capitão do Pau da Bandeira é atravessada por processos outros que acabam por assegurar a permanência do controle socialmente restrito sobre a disputa. Conclusão: se a adoção dos mecanismos formais de participação corresponde em certa medida a conquistas dos setores sociais subalternos, ela também se caracteriza como uma estratégica concessão dos setores dominantes para continuarem hegemônicos. Portanto contém não só elementos de afirmação das expectativas de democracia, como também elementos de dissimulação dos artifícios de dominação e consolidação das desigualdades.

A possibilidade de responder positivamente a indagação feita exige o esforço para superar práticas sociais e elaborações teóricas prevalecentes de “cultura popular” e “educação popular”. Desafio que supõe a discussão em torno de como trabalhar a reconstrução destes dois conceitos e práticas sociais, de modo a fazer a crítica dos seus acúmulos e reconstruí-los para dar conta dos desafios da atualidade. Esta perspectiva parte da premissa de que os princípios filosóficos, teórico-metodológicos e operatórios destas concepções continuam válidos quando se trata de pensar as relações sociais dentro de um horizonte de superação dos mecanismos de dominação e de exploração.

No que diz respeito à concepção de “cultura popular” está patente que não faz sentido perseverar nas posições de caráter romântico, ou o seu oposto, de caráter iluminista (Chauí, 1989). As duas são insuficientes para uma abordagem crítica e construtiva do conceito. Elas conduzem geralmente à ideologização e acabam por ter va-

lidade apenas para aqueles que nelas acreditam de modo ingênuo ou dos que se aproveitam dos equívocos por elas criados. A ideologização da concepção de cultura popular acaba por reforçar os mecanismos conservadores e dificultar a explicitação dos conflitos decorrentes não apenas da oposição dominantes/dominados, mas também de outros processos contraditórios que penetram as relações no âmbito da produção e do consumo das manifestações culturais. A superação das visões ideologizadas, cristalizadas e empobrecedoras supõe valorizar os diversos modos de elaboração do conhecimento, buscando a interpenetração dos mesmos pela multidisciplinaridade.

O mesmo esforço deve ser realizado no que diz respeito ao conceito “educação popular”. Esta concepção de intervenção social e pedagógica nos processos de relações sociais representa uma respeitável herança de princípios, linhas metodológicas e experiências a serem criticadas. Portanto, um valioso instrumento de reflexão e de ação sobre a realidade social, possível de ser instrumentalizado por aqueles setores que se empenham na luta pela superação das desigualdades. Também neste caso são identificáveis esforços no sentido de atualizá-la em sintonia com o presente e o futuro.

De um modo geral o senso comum a respeito da “cultura popular” e da “educação popular” está ligado à experiência da esquerda na América Latina, de inspiração marxista ou de inspiração cristã progressista, situada entre o final dos anos 50 e os anos 60 do século XX. A crítica deste estágio histórico, com seus componentes teóricos e metodológicos, deve permitir o abandono das fórmulas estereis, a supera-

ção da ideologização e assegurar o enfrentamento dos desafios colocados pelas atuais relações vigentes no modo capitalista de produção da vida, que trazem novas questões e agravam questões não solucionadas.

No caso estudado o grande desafio ainda não enfrentado é o de desenvolver instrumentos operatórios e tecnologias sociais para ajudar os contingentes populares que fazem a Festa adquirirem uma maior capacidade de sua gestão ao nível simbólico, econômico, político e social.

Em 1994 a dissertação apresentava como um dos aspectos centrais e desafiantes da Festa uma descoberta que não estava na formulação dos objetivos iniciais da pesquisa: o processo de mercantilização ligado ao fenômeno presente na realidade do Estado do Ceará, o desenvolvimento da indústria do turismo. Para pensar o desafio gerado pela crescente integração da Festa ao mercado de consumo cultural propunha pensar a partir das questões seguintes:

- * Como os setores subalternos da sociedade de Barbalha podem ter na integração da Festa às relações de mercado um fator de aumento da oferta de emprego e renda, da garantia de sua sobrevivência?
- * Como será possível a integração da Festa à indústria do turismo e ao mercado de consumo dos serviços de lazer e cultura, sem que as manifestações de cultura local sejam reduzidas a meros artigos de venda e percam seus significados internos e sua capacidade de atualização?

- * Como nesse processo crescente de integração ao mercado, os setores subalternos que produzem estas manifestações culturais podem fortalecer seus mecanismos de organização e defesa de seus interesses, contribuindo para a conquista de relações sociais democratizadas em todas as esferas da vida?

O texto afirmava finalmente que para produzir respostas concretas a estas questões, reflexões e propostas operacionais, o caminho seria discuti-las com a sociedade de Barbalha, sobretudo com os setores interessados na construção de relações sociais mais favoráveis a um crescimento equilibrado de todos os seus segmentos.

Um ano depois estas ideias foram apresentadas na Universidade Regional do Cariri e consolidadas em artigo intitulado *A Festa do Pau da Bandeira de Barbalha: esta manifestação cultural pode ser transformada em mercadoria descartável?* Neste artigo propunha-se o debate e a descoberta de formas de ação junto a pelo menos quatro setores da sociedade local: o sistema de ensino escolar de 1º e 2º graus; os grupos artísticos e organizações comunitárias; os tomadores de decisões em instituições públicas e privadas; os formadores de opinião, intelectuais e comunicadores.

A RETOMADA DA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DA FESTA

Por ocasião do II Congresso Cearense do Folclore e I Seminário sobre Cultura, Religiosidade e Festas Populares do Cariri, realizados em Barbalha de 26 a 31 de maio do ano de 2009, na mesa-redonda *Dimensões Socioeducativas da Festa do Pau da*

Bandeira as questões propostas e discutidas foram retomadas, acrescidas agora de uma tentativa de crítica do tratamento dado 15 anos atrás: o que representava aquele modo de perguntar? Qual a pertinência daquelas perguntas, feitas daquele modo? O que há nelas de equívocos ou inadequações? Teria sentido fazer hoje tais perguntas? Se a Festa tem dimensões socioeducativas, agiram elas desde então sobre o olhar do pesquisador? Provocaram alguma mudança sobre o olhar dele?

A reflexão retomada neste contexto permite afirmar que a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em todos os períodos observados configura-se produto de um amplo e profundo movimento social. Mesmo sob a pressão dos mecanismos de controle e de apropriação por parte dos núcleos instituídos – as famílias abastadas, a Igreja Católica, o Estado através do poder público municipal, o mundo da economia, os meios de comunicação, os intelectuais de todos os matizes, os carregadores, a Indústria Cultural – o movimento social que a produz, mais que resistindo continua existindo.

Ao longo de cada ano civil estes diferentes segmentos sociais que fazem a Festa e que disputam seu controle acabam estabelecendo um espaço de produção de saber e de aprendizado para si e para sua sociedade, uma dimensão socioeducativa pluralista de onde falam e fazem a história do seu lugar, dos seus educadores e dos processos educativos, das formas e regras e instrumentos da organização social e política. É a existência sempre presente deste conflito na pluralidade, como jogo e diversão, como apelo ao passado e como acena ao futuro que tem mantido a vitalidade da Fes-

ta do Pau da Bandeira, apesar de todas as profecias sobre sua degeneração ou desvirtuamento.

Por ocasião da pesquisa feita entre 1990 e 1992, quando já se denunciava insistentemente a distorção de um possível sentido original e genuíno da Festa, descobri que, enquanto na cidade se desenrolava a programação oficial, os carregadores mais antigos continuavam seu costume de ir para a cama do pau. Agiam como educadores de um tipo de saber e prática social próprios de sua inserção social. E desmentiam com sua atitude a homogeneização da Festa, ao contrário do que mostrava a propaganda da indústria cultural ou como talvez desejassem os tradicionalistas. Talvez a Festa nunca tenha sido homogênea apesar da força das instituições que controlam/governam.

O estudo da Festa do Pau da Bandeira a partir das contribuições de frequências diversas como a sociologia, a história, a antropologia, a arte permite descobrir o que ela encarna de aspectos do processo formativo da sociedade barbalhense, em dimensão micro e macro, tanto os de natureza geral quanto os de natureza específica, referentes aos seus subgrupos: étnicos, classistas, geracionais e outros.

Nestas descobertas estão presentes as dimensões e os processos educativos vinculados às permanentes mudanças que se verificam em qualquer dinâmica societária, em diferentes direções e sentidos. E não apenas as mudanças que podem ir numa única direção: por exemplo, as mudanças que possam ser associadas a uma teleologia

progressista, evolutiva, linear, voltada para uma pretensa perfeição social, desconsiderando quase sempre a possibilidade de recuos e vieses.

As dimensões e os processos educativos presentes na Festa têm vinculação com as mudanças constantes, que operam em todos os momentos, em todos os sentidos, para além das classificações que os sistemas interpretativos constroem. Isto quer dizer que a dimensão socioeducativa da Festa do Pau da Bandeira, como movimento sociocultural e educativo, tem a medida mesma dos movimentos socioculturais que a produzem nas mais diversas instâncias, conflitantes e consensuais: Estado, Indústria Cultural, a Sociedade local em suas pluralidades.

As dimensões socioeducativas incluem também o estudo das formas, processos, instrumentos e sentidos adquiridos em contato com processos contemporâneos de mundialização da cultura – sociedade da informação e o desafio do conhecimento, presença e intervenção da indústria cultural e da indústria do turismo especialmente no caso do Ceará – e dos impasses e perspectivas que estes processos provocam sobre as culturas locais.

As dimensões socioeducativas, na sua dinamicidade, teriam que ser levadas em consideração pelo menos nas seguintes direções: como elas atuam sobre os que fazem a Festa no sentido comunitário (movimento social), sobre os que fazem a Festa como ação institucional (o Estado, a Igreja, outras organizações) sobre os que consomem a Festa como produto cultural (comunitário ou industrial), sobre os que instituem a Festa (os intelectuais de todos estes segmentos).

Os Carregadores do Pau da Bandeira estão entre os atores educadores que mais se destacam na Festa que anualmente renova os laços da comunidade barbalhense com o mundo do sagrado – seja com a natureza, seja com a figura de Santo Antônio – e com o mundo dos humanos – através da confraternização que envolve conterrâneos e os que vêm de além-fronteiras, de bem perto, de pouco ou de muito longe. Além de representarem socialmente os diversos estratos sociais no desafio de levar o mastro até a Praça da Matriz, os Carregadores em seu trabalho afirmam e constroem valores como: o compromisso com o que é do interesse de uma comunidade; a união da força física e espiritual com a sagacidade e o conhecimento, necessários ao desafio de manter a união diante de tarefa tão exigente; a inquebrantável fé nos destinos do ser humano, o que faz com que a tarefa seja retomada a cada ano, com alegria e com determinação.

QUASE SÍNTESE: SOBRE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E TRADIÇÃO

As manifestações culturais não são importantes porque são tradicionais. Mas tornam-se tradicionais porque tiveram ou têm algum significado (importância) na vida das pessoas e suas comunidades.

O interesse sincero deve investigar (descrever e analisar) quais são esses significados (importâncias) para a memória individual e para a memória coletiva.

Os significados que as manifestações culturais adquirem para as pessoas e para os grupos sociais são datados no tempo (históricos) e no espaço da sociabilidade (relações sociais e políticas).

Existem significados mais profundos e duradouros, vinculados aos arquétipos do inconsciente coletivo da própria humanidade; e significados mais superficiais e passageiros, próprios de um grupo social, de uma época, de uma região, de um lugar.

A significação também está ligada ao lugar que os intérpretes dela ocupam na sociedade. Todos os significados (os duradouros e os passageiros) são interpretados a partir do ponto de vista social de quem os descreve e analisa.

Em uma sociedade como a nossa, desigual e excludente, predominam como modelos interpretativos os pontos de vista de quem tem maior fatia de poder político, recursos econômicos ou autoridade cultural institucional; mais espaço e reconhecimento para fazer ouvir sua voz, para criar e divulgar significados.

Em Barbalha, as pessoas fazem a Festa do Pau da Bandeira não apenas por ser tradicional. Ao contrário, elas reforçam a tradicionalidade da Festa pelos significados que Ela tem em suas vidas.

A Festa do Pau da Bandeira tem múltiplos significados, simultâneos, complementares, conflitantes, para quem organiza, apoia, participa. A tradição fundamental a ser preservada é assegurar a existência destes significados, ligados ao modo de vida das diferentes pessoas e grupos sociais.

A forma que a Festa assume tem importância social e política porque é um sinal concreto de que os que detêm neste momento a hegemonia política na sociedade barbalhense compreendem, em parte ou no todo, a tradição fundamental de assegurar a expressão dos significados da Festa do Pau da Bandeira.

A Festa do Pau da Bandeira terá cada vez mais importância social e política quanto mais sua organização incorporar a participação (os diferentes significados) de todos os segmentos que a fazem, diversificando seus mecanismos de estímulo aos grupos e suas formas de realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Edvar Costa de. *O papel político-pedagógico das manifestações da cultura popular na construção de modelos e conceitos de relações sociais – o caso da Festa do Pau da Bandeira, de Barbalha*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

_____. Múltiplas tradições culturais, educação e a construção de ambientes societários abertos: em busca de marcos teóricos. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia et alii (Org.). *História da Educação – Vitrails da Memória; lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

_____. O uso re-criador de elementos das manifestações das culturas populares: um desafio conceitual e operacional para os educadores. In: CAVALCANTE, Maria Juraci et alii (Org.). *Escolas e culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009. Pág. 133-138

BARROSO, Oswald. *Memória do Caminho*. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

_____. Ceará: *uma cultura mestiça*. Disponível em www.oswaldbarroso.com.br/arquivos/ceara400umaculturamestica.pdf. Acesso em 28.10.2011.

BARROSO, Oswald; CARIRY, Rosemberg. *Cultura insubmissa*. Fortaleza: Nação Cariry Editora/Livraria Gabriel/Secretaria de Cultura, 1986.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação como Cultura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1986.

BRITO, Maria do Socorro. Mudanças na organização do espaço: *o novo e o velho no Cariri canarieiro cearense*. Fortaleza: IOCE, 1985.

CALLOU, Marchet Antônio. Algo sobre a história de Barbalha. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 17 ago.1990. Suplemento Barbalha 144 anos.

_____. Conotações históricas de Barbalha. *Itaytera*, n. 21. Crato (CE): Instituto Cultura do Cariri, 1977. p. 79-91.

CANCLINI, Nestor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Gilmar de. Bonito pra chover: *ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: *aspectos da cultura popular no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense. 1989.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Edições UFC/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FRAZER, Sir James George. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

MACEDO, Joaryvar. Império do Bacamarte: *uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

NEVES, Napoleão Tavares. *Pequena história da Paróquia de Santo Antônio de Barbalha*. Barbalha: s/ editor, 1988.

_____. Fundamentos históricos de Barbalha. *Tribuna do Ceará. Fortaleza*, 17 ago. 1990. Suplemento Barbalha 144 anos.

NOVA BARBALHA. *Órgão de divulgação da Prefeitura Municipal de Barbalha*. Ano II, n. 03, Junho de 1991.

VIVA a Cultura Popular. *O Povo*, Fortaleza, 29 jan. 1990. Caderno B, Vida & Arte.

_____. *Barbalha comemora Santo Antônio com festas populares*. Fortaleza, 05 jun. 1987.

PAIVA, Flávio. O folclore erótico do Pau da Bandeira. *O Povo*. Fortaleza, 07 jun. 1987.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: s/ editor, 1950.

REZENDE, Marcos. *O Pau-da-Bandeira ergue a fé no sertão*. Diário do Nordeste. Fortaleza, 01.06.82.

SILVA, Josier Ferreira da. Uma representação sócio espacial da cultura no município de Barbalha: *o embate entre tradição e modernidade como desafio educacional*. In. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia et alii (org.) *História da Educação – Vitrais da Memória; lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. Pág. 314-330

SOUZA, Océlio T. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalba: entre o controle e a autonomia (1928-1998)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, O. T.; BEZERRA, S. N. F. *A Festa do Pau-da-Bandeira*. 1 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA: MEMÓRIAS DE FESTA E FÉ!

Josier Ferreira da Silva

Relato da experiência do autor na condição de participante da Festa do Pan da Bandeira

No Cariri cearense, a vida se mistura à fé, externada em rituais herdados entre as gerações, que se manifestam de forma espontânea nas festas religiosas. Em Barbalha-CE, a alegria, a devoção e os desafios se entrelaçam e se propagam como resultado de uma consciência coletiva, condicionada pela religiosidade, onde aflora a crença em Santo Antônio, que reúne homem, natureza e cultura. O contexto sociorreligioso católico demonstra que a cidade não se restringe ao conjunto de ruas e pessoas em movimento condicionado pelas ações do cotidiano. A ela, agrega-se forte representatividade da cultura popular como herança cultural dos colonizadores, mesclada de religiosidade expressa nos rituais que orientam a concepção de mundo e de vida sertaneja. Assim, emerge a devoção do povo do lugar ao santo padroeiro, tomado como referência em suas vidas. A relação do homem com o divino é mediada pelo santo

padroeiro; a fé se mostra mesclada de união, força, solidariedade, confraternização, coragem e autenticidade, que se manifestam nos rituais e caracterizam a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha.

Igualmente às demais cidades sertanejas, os festejos em torno do santo se afirmam como momento de promoção da autoestima do povo do lugar. A capela, o santo, a novena, a procissão, o leilão, os fogos, os grupos de brincantes da cultura popular, carrosséis, jogos de azar, barracas, comidas e bebidas são alguns componentes do cenário festivo. A Festa gera expectativa, tornando-se o centro de convívio social, ocasião da qual, ao seu modo, cada um participa.

UMA FESTA NA FESTA!

A Festa do padroeiro de Barbalha assume uma característica cultural igual a outros festejos de padroeiros no interior nordestino. Contudo, o seu diferencial e especificidade são identificados no ritual de carregamento nos ombros dos devotos do caule de uma das árvores da encosta da chapada, a uma distância de 6 quilômetros da Matriz, onde é erguido, em homenagem ao santo padroeiro. Nesse processo, a árvore ganha um sentido simbólico no imaginário dos devotos, agregando-se à natureza uma manifestação de fé. A árvore ganha outro nome, “Pau da bandeira de Santo Antônio”!

O dia desse ritual abre as festividades do padroeiro da cidade, conhecido como o “dia do pau da bandeira”, aguardado todos os anos com grande expectativa! A for-

ça simbólica do ritual reúne manifestação de fé e de festa, que espontaneamente agrega comportamentos socioculturais que variam do sagrado ao profano. Sem deixar de ser a religiosidade fator predominante das ações festivas e culturais.

Ao se aproximar o mês de maio, o povo se prepara para a chegada da festa. No contexto dos rituais católicos derivados da devoção a Santo Antônio, o carregamento e hasteamento do “Pau da bandeira” é o ponto de referência da festa, para onde convergem comentários e expectativas. A mistura de fé, cores, alegria, músicas, danças, sons de pífanos, caixas, zabumbas, palmas, vivas, fogos e crenças, se associam ao desafio de se conduzir o mastro do santo sobre os ombros dos devotos até a Igreja Matriz, para hastear a bandeira do santo padroeiro.

O domingo é transformando em um dia mágico, parecendo até que todas as forças celestiais conspiram a favor da alegria dos que participam do festejo. Essa dimensão faz os homens se sentirem irmanados, movidos pela mesma fé no santo protetor e pela mesma tradição, como filhos paridos de uma mesma cultura e propagadores dos seus rituais para as gerações futuras. A rotina da cidade é quebrada na semana que antecede a abertura da festa com os varais de bandeirinhas cruzados sobre as ruas da cidade. A multiplicidade de cores sinaliza que é tempo de festa, chamando o nordeste para se preparar para o domingo que se aproxima, o “dia do pau da bandeira!” Quem passa pelas ruas enfeitadas não consegue mais dissociar a dimensão festiva de suas vidas. Bandeiras, bonecos gigantes, representando brincantes, faixas, sons e movimento quebram o cotidiano dos moradores. O centro histórico da cida-

de imperial, com seus sobrados e casarões seculares, recepcionam os rituais em homenagem ao santo padroeiro. As ruas enfeitadas parecem o caminho que leva todos à mesma condição: devotos do Santo Antônio. É como se o santo norteasse o consenso entre os homens; sem ele não haveria a Festa, a alegria!

Ao chegar o sábado que antecede o dia do pau da bandeira, abrindo os festejos do padroeiro, a cidade já sente a presença de um grande número de pessoas que se deslocam dos mais variados lugares para participar da festa. Alguns que retornam à sua localidade de origem, reintegrando-se às suas famílias e aos amigos, e visitantes, que fortalecem o clima festivo. Ao dia, caracterizado pela feira livre, soma-se uma agitação, marcada por propagandas comerciais, ocasião em que se investe na compra e venda de tudo aquilo que, na concepção dos homens e mulheres, os tornam mais elegantes e integrados à festa que iniciará no dia seguinte. Os últimos raios solares iluminam os canaviais do Vale do Salamanca e a lateral da matriz! À tarde do sábado vai declinando o sol por trás do azul da Chapada do Araripe! Ele se despede, sinalizando que no outro dia nascerá iluminando a alegria festiva! A chegada da noite acelera os preparativos para a festa do dia seguinte. Na noite que antecede o “dia do Pau da Bandeira”, a cidade sente-se abraçada por todos que já se fazem presentes nas quermesses, carrosséis e shows artístico-culturais.

Não raro, o pároco, durante a missa, aconselha os devotos a evitar exageros durante a condução do mastro de forma a evitar acidentes e na intenção de se prevalecer a dimensão da fé agregada ao ritual. A novena encerra, e a quermesse, ao lado da

Igreja, se transforma num local de reencontro de amigos e familiares. Jocosamente, essa noite recebe o nome de “noite das solteironas”, numa alusão ao conceito brasileiro de ser Santo Antônio o “santo casamenteiro”. A fé se mistura com a festa, constituída de comidas típicas, reza, carrossel, procissão, andor, palmas, bebidas, jogos de azar, leilões, danças, cantos, fraternização social, vivas ao santo, banda de música, o pipoco dos fogos etc.

A noite do sábado que antecede o dia do Pau da Bandeira, sobretudo quando se é criança, representa a oportunidade de se descobrir e acompanhar os preparativos da festa que se oficializa no dia seguinte. Entre lembranças do tempo de menino, resalto a curiosidade de se ver o buraco cavado na praça da matriz onde o “pau” seria hasteado no dia seguinte, o chamado “buraco do Pau”. A memória também relembra o odor do sebo de boi no pau, a ser erguido na praça durante a noite, para ser utilizado no dia seguinte como “pau de sebo”. Brincadeira nordestina, conhecida como “pau de sebo”, que consiste num mastro melado de sebo, erguido no lugar dos festejos, com o dinheiro na sua extremidade, que pertence ao primeiro garoto que for capaz de subir e retirá-lo.

As barracas de palhas de coqueiro, recém-construídas, se enfileiravam no entorno da praça exercendo suas atividades comerciais. E os carrosséis? Era uma expectativa total! A sua chegada para as crianças simbolizava a alegria materializada nos “cavalinhos”, “roda gigante”, “polvo” e “montanha russa”. “As “barracas de tiro ao alvo”, os chamados jogos de azar” complementavam o ambiente festivo. Entre os jo-

gos, recordo o boneco pescador, cujo anzol de azougue premiava quem tivesse escolhido a tábua com o número do peixe pescado. Ganhava no jogo das argolas quem lançasse o prêmio. A bola era jogada num tabuleiro rodeado de telas; era premiado quem conseguisse fazê-la parar, sobre o encaixe com uma nota em dinheiro. O som da palheta das roletas giratórias cercada de jogadores se misturava ao som dos passos da multidão que circulava a praça. As bancas dos caipiras sacudindo os dados nas canecas, rodeados de jogadores em busca da sorte, margeavam a praça. Somava-se a tudo isto o barulho das máquinas de fazer sorvetes com sucos coloridos e sabores diversificados e o som do *Studio* dos parques que animava aos que se divertiam em seus brinquedos.

As barracas vendendo bebidas e tira-gostos animavam seus respectivos ambientes, com músicas de vários tipos que atendiam a todos os gostos. Todo o movimento se fazia em torno do palco em forma de círculo, permanentemente armado no centro da praça, onde os grupos faziam suas evoluções e se apresentavam os artistas, sobretudo, a atração especial por ocasião da abertura da Festa, no dia do Pau da Bandeira. O ambiente festivo convergia e recepcionava a população, incluindo os que para lá se dirigiam após as novenas e procissão do santo até a casa do noitaro, patrono da novena do dia seguinte. Um cenário gratuitamente produzido! Uma festa feita pelo povo para o povo em nome do santo!

CHEGOU O DIA DO PAU!

O dia raiou! Mas esse dia não é igual aos outros. A rotina da cidade é quebrada em tom de festa pelo som dos pífanos e zabumbas, do pipocar dos fogos e dobrados da banda de música. Neste dia, Barbalha veste o seu melhor vestido, estampado de folclore, e sai às ruas, contagiando o povo que com ela culturalmente se identifica, comemorando o seu padroeiro.

É o grande dia! O dia do Pau da bandeira!

Desde cedo, a animação toma conta das ruas contagiando a cidade! Até parece que a noite não mais suporta a descontração dos festejos, remetendo para o dia que nasce todas as expectativas concentradas, em forma de alegria e devoção. Um dia de fé em festa, de se pedir força e proteção para cumprir a tradição do desafio de se transportar sobre os ombros o caule de uma das árvores da floresta subcaducifólia, dos Sítios Flores ou São Joaquim, conforme tenha sido a escolha dos carregadores, até a praça da matriz, onde é hasteada a bandeira do santo em homenagem a Santo Antônio.

Ao amanhecer, o sol de domingo estende seus primeiros raios sobre a cidade. É o parto do dia, que nasce ao som do pipocar dos fogos, dos dobrados das bandas de música e das bandas cabaçais em alvoradas festivas, abrindo a Festa do padroeiro da cidade. Grupos de brincantes da cultura popular se deslocam dos sítios e bairros para ruas da cidade, propagando pelas ruas o colorido de suas vestes. Fazem de suas evoluções uma fábrica de alegria, introduzindo as cores de suas vestes no cenário urbano da cidade, marcado por sobrados e casarões do século XIX. É o casamento da cultu-

ra materializada dos casarões urbanos com a cultura espiritual do povo camponês, que dança, canta e se movimenta, mostrando o sentido das suas existências em sintonia com as gerações passadas. O ritmo do tempo parece ser marcado pelo atrito das espadas dos brincantes dos reisados e pelo deslocamento das restas dos espelhos de suas roupas de cetim. Sons e movimentos energizam a condição de ser sertanejo!

Quebrando a descontração, os penitentes entoam seus cantos associados aos rituais de morte e purificação dos pecados. A fé vinculada à prática do catolicismo penitencial herdado da Idade média, que consiste em purgar as almas, se faz presente no mundo contemporâneo, encontrando espaço, no meio da festa, a reflexão coletiva sobre os pecados do mundo. A dimensão espiritual convoca a todos para a prática da penitência, em denúncia ao mundo marcado pelos valores antagônicos ao cristianismo. Como num paradoxo, em meio à alegria, ouve-se atrito das peças de metal cortante, chamadas de navalhas, utilizadas na prática do autoflagelo, em cruzeiros e cemitérios. Prédios, ruas, gente e som fazem parte de um cenário motivado pela fé, integrada às tradições. Tudo é Fé, tudo é festa! Nesse contexto, a espiritualidade se oficializa através de uma missa campal que se realiza em frente à Igreja do Padroeiro. O momento do ofertório é de grande sentido simbólico, quando são ofertados produtos regionais que marcam a identidade do homem com a região.

O sentido profundo das danças, cantos e rituais de fé, para a vida do homem do campo pode ser contemplado no desfile dos grupos folclóricos da Igreja para a praça. A praça acolhe a manifestação popular, regada de fé e alegria, tornando-se pe-

quena para tanta gente. O povo rodeando o palco, armado no meio da praça, assiste à evolução dos brincantes. O povo se via e se identificava nas manifestações que expressavam suas raízes culturais. Enquanto ocorriam as apresentações, o povo ocupava toda a extensão da praça e suas adjacências, sentado nas barracas, passeando na praça, jogando, praticando tiro ao alvo, rodando nos carrosséis. O clima festivo, em sintonia com a fé no santo padroeiro, preparava e reforçava a expectativa de todos, para, em algumas horas, no período da tarde, ver a chegada do pau da bandeira na cidade. Como num incremento da ansiedade, o próprio locutor intercalava as apresentações fazendo referência sobre o peso e tamanho do mastro a ser deslocado nos ombros dos devotos, da mata até a cidade.

Antes do meio dia, em meio ao ambiente festivo, já se percebia o deslocamento de alguns homens descalços e sem camisas, no meio da praça e pelas ruas da cidade tomando o rumo da vila Santo Antônio em direção à chapada do Araripe. Seus trajetes, típicos de carregadores, eram um contraponto aos que estavam “socialmente vestidos”, divertindo-se na praça, na expectativa de aguardar a “chegada do pau”, que por eles deveria chegar à cidade no período da tarde. Nas horas que antecederiam à chegada da tarde, vislumbravam-se expressões de fé e coragem, dos que subiam ao sítio São Joaquim para carregar o pau sobre os ombros. Uns movidos por promessas, outros seguindo a tradição dos seus ancestrais, outros como iniciantes no ritual. Todos os sons e movimentos tinham como expectativa o carregamento do pau da bandeira. A população se dispersa na cidade, presente nos bares, barracas e praças! No

dia do Pau, a casa é a rua, repleta de alegria, para onde todos convergem, como uma irmandade unida pela mesma fé e tradição.

DIA DO PAU DA BANDEIRA: A MATA RECEPCIONA FESTA

Acompanhei pela primeira vez o carregamento do pau da bandeira no início da década de 1980. A sensação é de mata em festa. Não obstante as atrações folclóricas, missa, desfile, barracas e toda animação existente na cidade, a mata é que atrai os devotos carregadores, que desde cedo se deslocam para floresta onde se espalham em grupos, concentrando forças e energias para o momento tão aguardado, o carregamento do Pau da bandeira. Enquanto aguardam o momento do carregamento, bebem, comem carne com farinha, brincam, melam-se de barro e se banham como meninos traquinos; no leito do riacho, ainda escoam as águas do último inverno, que se desloca da encosta da chapada do Araripe em direção aos pés de serra. As horas que antecedem o carregamento geram uma expectativa e criam um cenário festivo, simultaneamente marcado pelas atrações que ficam acontecendo na cidade e pela festa, específica dos carregadores no meio da floresta. Neste dia, as preocupações do cotidiano desaparecem, dando lugar à fraternização, à algazarra, à brincadeira. É como se os homens retrocedessem no tempo e voltassem a serem meninos, encenando brigas, agarrados uns com os outros em meio à poeira ou à lama do chão molhado das poças das águas que ainda restam das chuvas do inverno.

A fé e a festa, desde a mata, abrem espaços para a manifestação do sagrado e do profano, representados respectivamente por rezas, amizades, alegria e simpatias para acelerar casamentos, relacionadas com o santo e goladas de aguardente. Apesar de a cachaça ser um componente da festa, a embriaguez é voluntária, não faz parte do ritual, sendo o uso da aguardente apenas uma forma de encorajar os devotos, ou seja, de superar o medo, de adaptar mentalmente o condicionamento físico do corpo ao desafio de carregar o peso do pau, de algumas toneladas sobre os ombros, em nome do santo, até o pátio da matriz do padroeiro. Enquanto isso acontece, o pau cortado, há alguns dias, à beira da estrada, parece dormir, como se estivesse esperando ser acordado, em algumas horas, pelo toque das mãos dos carregadores que o conduzirão até a cidade. A expectativa de quem fica na cidade, em relação ao que está acontecendo no sítio, é a mesma de quem está no sítio, em relação à cidade. Os que ficam na cidade esperando a “chegada do pau” imaginam o que está acontecendo no percurso do carregamento. Indagam se o pau já se deslocou e onde está; por outro lado, carregadores imaginam a cidade cheia de gente, aguardando pela chegada do mastro.

E O PAU VAI PRA OS OMBROS SE DESPEDINDO DA MATA: A SENSÇÃO DOS CARREGADORES

Num chamado a cumprir a tradição e a vencer os obstáculos, os carregadores vão deixando a mata se concentrando em volta do mastro ainda na “cama”. Nesse momento emerge a consciência de que é preciso unidade entre o espírito e o corpo;

um representado pela fé, e o outro, pelo físico dos seus membros, que deslocarão o caule da árvore para a Igreja do padroeiro a fim de hastear a bandeira do santo. Cada um se posiciona ao longo da extensão do pau da bandeira; curvam seus corpos em direção a ele com reverência e levantam lentamente a madeira sobre os ombros pela primeira vez. É o começo de uma caminhada que dura mais de sete horas. Durante o percurso, dezenas de vezes, esta cena será repetida, cada vez que o caule cair ao chão decorrente do peso sobre os ombros. Pegar o pau na cama é motivo de orgulho dos carregadores!

Os primeiros passos transparecem que o mastro não pesa tanto. No entanto, à proporção que o pau da bandeira vai se deslocando, o semblante dos carregadores ganha uma expressão de cansaço, em meio a uma mistura de suor, sangue da pele ferida e poeira, que cobre a estrada e esconde os passos dos carregadores. A coragem dos carregadores desafia o peso do mastro, quando um deles se senta na parte da frente do caule, chamada de “cabeça do pau”, e juntamente com ele é levantado e carregado sobre os ombros, numa demonstração de fé em Santo Antônio e confiança em seus companheiros que não o deixará cair. Vi muitas vezes, carregadores como Rege, Nel, Pipica e Zé Veloso fazerem isso. O carregador, ao se envolver e se concentrar com o carregamento, desde a cama do pau, perde a noção do tempo e do que está acontecendo em sua volta. Na hora de colocar o pau no ombro, os corpos curvos dos carregadores concentrados em volta do pau são surpreendidos com o toque das mãos de alguns deles sobre suas costas, num sinal de alerta e despertar do cansa-

ço. Os corpos concentrados e curvos, em direção ao pau, entoam gritos coletivos ritmados, como de sinal de preparação para o movimento do corpo no ato de se colocar o pau no ombro. “Hêêêê Hôôôô!!

A sensação é de que a temperatura do corpo e o suor anestesia dores e cansaço, e de que a poeira no corpo naturaliza o ritual, fazendo os homens irmanados com o objetivo de se vencer os desafios. O pipocar dos fogos, os vivas a Santo Antônio, cantos rimados e as brincadeiras dissimulam o cansaço. Em meio à euforia, as mesmas bocas que gritam vivas ao santo são as que dão goladas na aguardente armazenada, geralmente de tabocas, para não perderem o ritmo do carregamento. Tabocas é o nome popular que se atribui aos bambus, onde, entre seus entroncamentos, se coloca a cachaça a ser transportada no carregamento. No entanto, a oficialização da aguardente na festa se faz a partir de uma pipa conduzida sobre uma carroça enfeitada de adereços, conhecida como Cachaça do Sr. Vigário, posicionada à frente do cortejo, quando já se aproxima da cidade e que abastece a quem procura.

O relevo ondulado, próximo às áreas de encosta, é um dos obstáculos ao carregamento, sendo superado pela técnica adotada pelos carregadores, que consiste na pressão contrária às descidas e subidas, que caracterizam as ladeiras do percurso, para se evitar a aceleração da velocidade da condução do mastro e consequentes acidentes. Por falar em acidentes, apesar dos cuidados, nem sempre se evita, sobretudo no tempo em que os carregadores participavam do carregamento descalços e consumiam muita aguardente. Lembro-me de alguns deles, que, no ato de soltar o pau no

chão, faziam emergir gritos de dor em segundos, seguidos da agonia dos demais carregadores para livrarem rapidamente o membro do companheiro que ficou preso entre o pau e o solo.

Mesmo raro, os acidentados, com o tempo, desfalcaram o grupo dos carregadores. Historicamente, muitos deles tornavam-se graves com amputação de dedos e pés, fazendo convergir esforços por parte dos organizadores, para um melhor ordenamento e precauções de acidentes durante o carregamento, tais como redução da aguardente e orientação para não participar do carregamento descalço.

Na mata se ouve o pipocar dos fogos e o barulho dos gritos eufóricos decorrentes da reação dos carregadores aos desafios do carregamento. Cada vez que ouve o pipocar dos fogos e o barulho no meio da mata têm-se a sensação da proximidade do local de onde o pau vem sendo conduzido, ficando cada vez mais distante da mata em que foi cortado. Quando ainda na zona rural, não existe outro atrativo no percurso; nele, só se avista céu, nuvens, sol, corpos, chão, poeira e mata que se associa ao barulho dos fogos e dos carregadores. O grupo dos carregadores mais veteranos assume o comando da condução do mastro, geralmente segurando a parte da frente, chamada de “cabeça do pau”. Lembro-me de Pedro Edilson, Domingos, Geraldo, Pipica, Nel, Dodó, Tadeu Custódio, George, Lucélio, Márcio e outros, sob o comando do Capitão do Pau que revezam o cargo no decorrer dos anos, onde historicamente ao longo da tradição destacamos os mais antigos, tais como Melquíades Velozo, Vicente de Moça, Potiê. Ainda como hoje, à proporção em que o pau vai se

deslocando em direção à cidade, grupos de homens sobem em direção à chapada para ajudar no carregamento, revezando entre eles os lugares.

Porém, em meio a isto, ocorre o mais interessante, a sensação de irmandade, de união de força, fé e alegria em nome da mesma causa. Quando comecei a acompanhar o carregamento, os carregadores ainda carregavam o pau da bandeira descalços, mais expostos à mutilação de seus corpos, seja pela derrubada do pau, seja por tropeço no chão pedregoso e cortante. Contudo, ninguém temia dor ou perigo, até o acidente acontecer. É como se a causa se sobrepuhasse ao medo. Agora compreendo o porquê, quando eu era menino, ouvi o Padre, na missa, alertando para o controle e cuidados dos carregadores por ocasião do carregamento. Não raro, deslocava-se de Rural, indo ao encontro do carregamento para presenciar o ritual.

Até a segunda metade dos anos de 1980, não havia um deslocamento intensivo da população da cidade para a mata, para acompanhar o carregamento, como ocorre hoje. A manifestação era restrita aos carregadores, quase inexistindo máquinas fotográficas e filmadoras para registrar as cenas no deslocamento ainda no meio rural. Nestas circunstâncias, levava comigo uma máquina de fotografar, ensaiando meus primeiros registros sobre a festa. Achava interessante registrar o fato cultural, desde o seu início, sabendo que o assédio jornalístico sobre o pau da bandeira era mais presente quando na sua entrada na cidade, passando a ser disputado pelas objetivas. Foi nesse tempo que conheci o cineasta Rosembeg Kariri, que dotado do seu equipa-

mento cinematográfico de película, investia, pela primeira vez, no conteúdo cultural da festa em forma documental.

E O PAU VAI CHEGANDO À CIDADE!

Ao se aproximar da cidade, a multidão é sentida pelos carregadores, nem tanto pelo visual, mas, pela dificuldade de locomoção do mastro. Nesse momento alguns se posicionam na frente do carregamento, dando às mãos uns aos outros, formando o chamado “cordão”, abrindo espaços para que o cortejo possa avançar em direção à Matriz. O barulho das palmas é a recompensa e o reconhecimento do povo à coragem dos carregadores. Demorar com o pau suspenso por alguns segundos acima das suas cabeças consiste numa prova de coragem e força demonstrada pelos carregadores para quem assiste à chegada do pau à cidade. Eles sabem que isto lhes rende aplausos e emocionam a si e a multidão.

Quando param, é providenciada água para matarem a sede, oportunidade em que sentados sobre o pau da bandeira descansam um pouco para continuar a caminhada. O pipocar dos fogos indica o lugar do percurso onde o pau está passando, no meio rural ou já nas ruas da cidade. A banda cabaçal com o som dos pífanos e batidas do couro das caixas e zabumba torna-se naturalmente um elemento que dá vida à coreografia espontânea do ritual, parecendo que seus ritmos coordenam os movimentos das pernas e dos corpos que fazem o deslocamento do mastro.

A bandeira com a imagem de Santo Antônio se agrega ao cortejo do pau da bandeira desde o sítio, sendo conduzida em um carro, sinalizando que o sentido profundo do carregamento é a fé no padroeiro. A agitação de milhares em torno do carregamento e hasteamento tem como pano de fundo musical maxixes e dobrados das filarmônicas, que animam o povo que aguarda o pau da bandeira. A chegada de homens melados de barros, que se antecipam à chegada do mastro na cidade, é observada pelo povo, como um indicativo de que o pau já vem perto. A igreja do Rosário e praças que ficam em suas adjacências são locais tradicionais de concentração do povo que recepciona a chegada do pau da bandeira. Todos se posicionam, escolhendo o melhor ângulo de posicionamento para melhor visualizar o cortejo. A cada fogo, uma certeza de que o pau já vem próximo. Os populares logo identificam e apontam aqueles carregadores que conhecem: um tio, um irmão, um pai, um namorado etc.

O desconhecimento das condições da distancia do percurso do carregamento faz a maioria do povo, que aguarda o pau, não ter noção do tempo da sua chegada na cidade. Isso gera entre eles uma expectativa sobre onde o pau da bandeira se encontrava no seu percurso, em direção à cidade. Sobretudo no tempo em que não se dispunha de telefonia móvel e outros meios de informação que permitissem a comunicação entre quem vinha acompanhando o cortejo e os que aguardavam. A população na Igreja do Rosário que aguardava a chegada do mastro fica especulando os possí-

veis locais onde o pau já se encontrava. Do tipo “diz que Pau já vem lá no começo da vila”.

E O PAU VAI TOMANDO O RUMO DA MATRIZ!

Enfim, avista-se o pau dobrando a Avenida Paulo Maurício, subindo a Rua Major Sampaio, em direção à Igreja do Rosário, onde a multidão, nas suas adjacências o aguarda, parecendo que ele é carregado por todos. Cada vez mais se torna necessário uma melhor coordenação dos movimentos e de comunicação do Carro de Som que orienta o povo e os carregadores na condução do mastro. As ruas do centro da cidade parecem se tornar cada vez mais estreitas à proporção que o povo se concentra em torno do carregamento.

O barulho, a euforia e a emoção se misturam ao badalar do sino da Igreja do Rosário, que anuncia a chegada do pau à cidade e que a tradição está sendo cumprida. Agora, mais alguns passos, o pau está em frente à casa da família do Dr. João Figueira Teles, a quem pertencia o Sítio, que a partir de 1928, a pedido do Pároco José Correia, passou a subsidiar com as suas árvores a tradição. Com o pau no chão, é um momento de descanso e agradecimento, sendo, em seguida, novamente colocado nos ombros e seguindo pela Rua do Vídeo com destino à Matriz. Nas sacadas dos sobrados e casarões, as pessoas disputam lugares para melhor visualizar o carregamento, sobretudo, jornalistas, fotógrafos e cineastas que cobrem a festa do padroeiro da cidade.

ENFIM, A RUA DA MATRIZ! ÚLTIMA VIA DO PERCURSO

A multidão já se concentra no patamar e na Igreja da Matriz esperando a chegada do Pau da bandeira. Ao passar na rua lateral da Igreja, novamente o santo e os carregadores são saudados com o toque do sino da Matriz. São os últimos passos que separa o pau da bandeira do local do hasteamento. Enfim! O pau chega ao seu destino final, sendo colocado ao chão, num momento em que os carregadores e o povo exaltam a sua alegria pelo êxito da condução do mastro de aproximadamente três mil quilos a uma distância de seis quilômetros. Rezam e agradecem a Deus, manifestando com vivas e palmas a fé em Santo Antônio. Uma pausa para descanso, enquanto se amarra a bandeira do santo na extremidade do mastro. No seu meio se cravam dois ferros, no lugar em que, com parafusos, se amarra um cabo de aço, a ser puxado pelos carregadores através de uma catraca, que corresponde a um carretel de ferro, idealizado pelo saudoso devoto, Mestre Pedro Batista. Neste momento, reverenciam-se outros ícones da tradição que em suas vidas contribuíram com o hasteamento, tais como o Mestre Antônio Custódio e outros, que são seguidos pelos seus descendentes e colegas de profissão.

É chegada a hora de levantar o pau da bandeira! É como se todo sacrifício, brincadeiras, alegria, do carregamento, tivesse como foco esse momento. O locutor alerta a multidão para se evitar acidente. O cabo de aço vai sendo puxado, e as chamadas “tesouras”, dois paus cruzados nas extremidades, amarrados por cordas, co-

meçam a surgir apoiando o mastro no seu levantamento. Aos poucos o mastro começa a se deslocar do chão, e, em pouco tempo, todos já podem ver a bandeira com a imagem de Santo Antônio tremulando acima das cabeças. Os olhares convergem para a imagem do santo à proporção que ela vai sendo hasteada. Como uma prece a Deus, o olhar coletivo dos devotos se direciona para o alto, seguindo a bandeira, à procura dos Céus, tendo Santo Antônio como mediador das aspirações junto a Deus.

O caule que tombou na mata há alguns dias volta, agora, a ser erguido na cidade, como numa metamorfose da natureza que passa a expressar o simbolismo da fé. Ao ser hasteado, o céu escuro é iluminado pelos raios dos fogos de artifícios e palmas como parte integrante da alegria. A brisa do Vale do Salamanca começa a soprar, fazendo novamente a bandeira tremular, acima das casas dos paroquianos, como sinal de festejos do santo padroeiro, como pedia o Padre Ibiapina em sua passagem pelas comunidades do Sertão. Agora todos voltam para suas casas, na certeza de que em mais um ano se cumpriu a tradição, na esperança de que, no próximo ano, tudo se repetirá em um novo dia do pau da bandeira.

ALGUNS REGISTROS SOBRE A FESTA DE SANTO ANTÔNIO

Igor de Menezes Soares

As ações referentes à preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial, no âmbito da Superintendência do IPHAN no Ceará, principiam – 1 – de forma mais sistemática com o denominado “Projeto Cariri”, coordenado pela, então, Chefe da Divisão Técnica do IPHAN/CE, Olga Gomes de Paiva.

O Projeto consistia basicamente na elaboração de inventário, utilizando-se da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), de alguns bens culturais localizados na região do Cariri – como a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, os Lugares Sagrados de Juazeiro do Norte e a obra do escultor Manoel Graciano –, visando ao processo de registro de cada um desses bens culturais. Havia, a princípio, a necessidade de desenvolvimento do mapeamento cultural dos municípios que compõem a região do Cariri como um todo, no entanto, algumas manifestações foram selecionadas de forma a se levar adiante estudos mais aprofundados e específicos, como os que mencionamos anteriormente.

O Projeto Cariri, que iniciou em março de 2005, fundamentou-se em parceria entre a, então, “4ª Superintendência Regional do IPHAN” – 2 – e a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri (FUNDETEC) e Universidade Regional do Cariri (URCA), implicando a estruturação de “escritório técnico” como base de apoio aos trabalhos que iriam ser desenvolvidos, localizado na URCA. Ainda que as ações do Projeto cariri não tenham resultado em bens registrados no Ceará, não há como discutir a importância do referido projeto como relevante núcleo de aprendizagem e formação na medida em que possibilitou aos seus bolsistas integrantes, estudantes de graduação dos cursos de história, ciências sociais, geografia e biologia, o contato com professores de reconhecida experiência e formação.

Em meio a várias dificuldades e problemas, a Superintendência do IPHAN no Ceará, em 2011, concluiu a realização de inventário sobre a Festa de Santo Antonio, em Barbalha. O trabalho de pesquisa e campo, bem como a elaboração do inventário propriamente, coordenado e desenvolvido pela professora Renata Marinho Paz e sua equipe, possibilitou a construção de referências importantes acerca dos distintos momentos desta manifestação, bem como de seus minuciosos elementos.

Ao abordarmos uma festa considerada tradicional como é a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, sobretudo tecendo considerações sobre a composição de um inventário e o desenvolvimento do processo de registro de tal manifestação, gostaria-

mos talvez de pensá-la como um conjunto de práticas e discursos que configuram uma determinada paisagem da cidade de Barbalha.

Conquanto a Festa de Santo Antônio seja uma manifestação sujeita a novas dinâmicas e reformulações a cada ano, não deixa de ser uma referência paisagística na medida em que se delinea – por meio de imagens, relatos, memórias, políticas, propagandas – a construção de alguns sentidos concernentes a determinados espaços e práticas, tornando-os centrais nos discursos e percepções envolvendo a instrumentalização de noções como identidade, tradição, cultura, cultura popular etc.

A Festa de Santo Antonio, assim como outras manifestações, é um emaranhado de vozes que partem de lugares de fala, por vezes, bastante distintos. É óbvio que nossa compreensão sobre a Festa não se restringe às relações entre os participantes ligados às manifestações e ritualizações consideradas centrais, tais como o corte, carregamento, hasteamento, missas e trezena; a festa, de forma ampla, é um complexo interdependente que, decerto, se modela e remodela em conformidade à atuação de indivíduos e grupos sociais, os quais, de algum modo, estão envolvidos com sua ritualização, produção, divulgação, financiamento e organização.

Albuquerque Júnior (2011, p. 147) nos faz algumas considerações bem interessantes sobre festas ao mencionar que não seria seu propósito tratá-las como “manifestações autênticas do povo, como espaços de um mundo cultural à parte, paralelo ou resistente à dominação”; para Albuquerque Júnior, as festas seriam “espaços de negociação, de tensões, de conflitos, de alianças e de disputas entre distintos agen-

tes”; neste sentido, cabe-nos ainda mencionar mais algumas palavras concebidas pelo referido historiador, o qual faz menção ao fato de tais disputas não aludirem tão somente aos sentidos e significados atribuídos a determinada festa, mas também às práticas, às regras e aos códigos que, de alguma forma, lhe atribuem concreção.

Em verdade, ao tempo que nos organizávamos a fim de contribuir, da melhor maneira possível, com o andamento do processo de Registro da Festa de Santo Antônio, transformava-se nossa capacidade de perceber e entender tal bem cultural. As nossas reflexões sobre a festa nos levava a abranger nossa compreensão sobre alguns termos muito utilizados quando se pauta determinadas manifestações culturais, como a referida festa, tais como tradição e identidade.

Portanto, a cada passo que dávamos, e ainda estamos a fazê-lo, visando a encaminhar ações cujos propósitos referiam-se ao processo de registro da festa no livro das Celebrações – 3 –, sentíamos a plena necessidade de ampliar nossa visão de forma a torná-la não mais restrita ao plano do movimento ritualístico, da narrativa pré-concebida daquilo que se espera sobre a Festa de Santo Antônio. A festa, portanto, nos exigia um tanto mais de acuidade e, sobretudo, reflexão acerca de nossas ações, como historiadores e técnicos ligados a uma instituição cujos objetivos traçados aludem sobretudo à preservação, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural.

As distintas reuniões de que participávamos nos indicava claramente outra dinâmica alusiva à festa; os conflitos emergiam e se aproximavam, evidenciando-nos as

disputas, os desejos e ânsias que visualizavam o poder de dar corpo e significado àquele evento. De certo modo, conforme nos percebíamos como parte ativa em um processo de reconfiguração da festa, já que estávamos a discutir e empreender ações com vistas ao registro daquela manifestação, passávamos, pouco a pouco, a compreender que, de um modo geral, as festas necessariamente apresentam outra face, nenhum pouco menos relevante, quando pensamos em sua legibilidade.

Portanto, para além dos sujeitos que protagonizam os elementos ritualísticos das manifestações, os quais, decerto, contribuem para a concretização de uma festa como um evento de grandes dimensões, torna-se relevante mencionar que, de forma alguma, não se restringe a estes elementos; configura-se, pois, também na logística e empenho administrativo em fazê-la acontecer, com seus shows, horários e programações definidos, recursos, contratações, licitações etc.; a festa se delineia também nas inúmeras matérias jornalísticas, contratadas ou não, nas memórias e esquecimentos propagados, nos ensaios fotográficos e publicações, nas teses e dissertações, assim como nas ideias difundidas e aceitas, na divulgação, nas produções literárias, vídeos, documentários, reportagens veiculadas em programas televisivos, nas políticas, concebidas e instituídas, nas rezas e outras manifestações de fé, compartilhadas, bem como no cotidiano e exercício da política e nos caminhos e descaminhos da imaginação.

Tal percepção é resultado da experiência de dialogarmos com vários sujeitos, por motivos diferentes, de forma a apresentá-los as razões e necessidades de nosso

trabalho no âmbito da cidade de Barbalha, quando retomamos o desenvolvimento do inventário para registro da Festa de Santo Antônio, em 2010. Em um primeiro momento, por exemplo, tivemos que tecer algumas considerações e explicações, mesmo que não tivéssemos respostas tão claras e propagáveis, sobre o longo e demorado processo que se arrastou desde os primeiros anos em que se deu início o referido “projeto cariri”, sem que resultasse, por parte do Iphan, ações concretas ou considerações coerentes acerca dos rumos que levaram as ações desenvolvidas até então.

As dúvidas, questionamentos e críticas nos guiaram em um primeiro momento; afinal, estávamos ali, em Barbalha, a fim de levar adiante um trabalho que já deveria estar concluso ou muito próximo do fim, e não estava. Não conto os momentos em que tivemos que calmamente ouvir críticas e reclamos, corriqueiramente duvidosos e reticentes quanto as nossas palavras e futuras ações. Em verdade, tivemos que recomençar os trabalhos praticamente do zero, já que apenas tivemos contato com algum material deixado pela coordenação anterior sem qualquer organização prévia ou conteúdo que nos levasse a identificar uma pesquisa ou inventário desenvolvido sobre a festa. Por sorte, em contato com a professora Renata Marinho Paz, que coordenara o inventário pela FUNDETEC/URCA, a fim de saber um pouco mais sobre os trabalhos realizados e, sobretudo, sobre os resultados obtidos, pudemos entrar em contato com uma cópia do que fora produzido e isso nos permitiu empreender continuidade ao processo interrompido.

Não restam dúvidas de que a Festa de Santo Antônio, como construção paisagística de Barbalha, reflete sobremaneira uma referência cultural da cidade; a festa sintetiza, portanto, a ideia de uma coerência comunitária da sociedade de Barbalha expressa por meio de construções ritualísticas e performáticas que convergem a um elemento central – a fé em Santo Antônio. A composição de um inventário sobre a festa, e mais do que isso, a possibilidade de registro da Festa de Santo Antônio como “patrimônio cultural brasileiro” gerava, como bem falamos anteriormente, um princípio de suspeita e dúvida, completamente justificados, ao tempo que fomentava, quando o diálogo já estava em curso, certo movimento de ansiedade que provocava a busca, por parte de alguns sujeitos envolvidos, pela interlocução e o desejo de participar; afinal, estávamos a tratar de algo sobre o qual, a princípio, muito menos tínhamos, nós forasteiros, a dizer.

As dúvidas e questionamentos que nos eram postos dirimiam-se com certo vagar, e para isso fizemos algumas reuniões nas quais presentes estiveram jornalistas, professores, carregadores, políticos e outros tantos representantes da sociedade de Barbalha, que, por vezes, se posicionavam contundentemente em suas colocações, como já bem falamos, o que nos levava a mais explicações ou explanações sobre a nova formação que estava à frente de tal processo, bem como acerca do processo em si, referente ao registro da Festa de Santo Antônio.

Com vistas a dar prosseguimento ao processo de registro, desenvolvemos algumas ações – 4 – conforme estabelece a Resolução 001 – 5 –, de 03 de agosto de 2006, aludindo aos procedimentos a fim de se levar adiante o processo administrativo de Registro dos bens culturais de natureza imaterial. Ou seja, encaminhamos a contratação de serviços fotográficos, realização de documentário, exposições, ao passo que dialogávamos com a Secretaria de Cultura e de Turismo de Barbalha e com o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), vinculado ao IPHAN, de forma a encaminhar da melhor maneira possível o requerimento quanto ao registro, bem como a completa documentação necessária visando a tal propósito; enfim, íamos, dentro de nossas possibilidades técnicas, dialogando e oportunizando que outras partes interessadas, por razões diversas, na festa, assim como no próprio registro da manifestação, pudessem se pronunciar de alguma maneira e empreendessem, assim, alguma comunicação ainda que entremeada por conflitos.

Na documentação que enviamos ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), constando requerimento alusivo ao Registro bem como um dossiê inicial acerca da Festa de Santo Antônio, que nos foi repassado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha, trazia, a princípio, referências distintas quanto à denominação do bem cultural em questão; alguns documentos, pois, reportavam à “Festa de Santo Antônio”, outros à “Festa do Pau de Santo Antônio”, enfim, havia algumas diferenças que implicavam problemas no que cerne ao encaminhamento do requerimento já

que no artigo 4º da Resolução 001, de 03 de Agosto de 2006, há menção referente à necessidade de denominação e descrição sumária do bem para o qual se estava solicitando o Registro.

A partir de tal questão houve algumas reuniões cujos propósitos eram nos permitir levar adiante discussões sobre os rumos que estavam sendo dados em se tratando do processo de Registro da festa e a resolução de algumas pendências, como a que abordamos anteriormente. As reuniões nos exigia função de mediação afinal estávamos a tratar de temas que perpassavam instrumentos e políticas pertinentes ao IPHAN, o que nos permitia enxergar algum delineamento e configuração das vozes presentes e, de certo modo, como tais sujeitos iam dialogando entre si, buscando e expondo legitimidade, conflitando; desta forma, os sentidos e os significados daquela tradição, acerca da qual estávamos a nos debruçar, nos remetiam necessariamente a pensar em negociação, em política, de forma ampla.

As tradições, sobretudo as que se tornam símbolo ou marca de uma cidade, acompanham as mudanças e diferenças que resultam do jogo e embates da vida urbana; A ressemantização e transformações que envolvem tais práticas culturais, por vezes, exige dramática negociação; em outros momentos, e não são tão raros, expõem o desejo autárquico e narcisista de decisões unívocas, pouco afeitas aos desenlaces democráticos. É certo, entretanto, que em face à configuração política municipal aproximar-se dos desígnios da festa, não há dúvidas de que a negociação par-

tindo de lugares de fala assim como de sujeitos distintos transcorre com certa constância.

Uma reunião, por exemplo, da qual participamos e que certamente foi bastante interessante ocorreu no plenário da câmara dos vereadores; lá estavam dezenas de carregadores, vereadores, o Prefeito de Barbalha e outros interessados. O tema central da reunião não foi propriamente o processo de Registro, mas algumas questões referentes à Festa de Santo Antônio, envolvendo, sobretudo, o processo de carregamento e óbvio que a retomada dos trabalhos ligados ao registro deveria, naquela ocasião, ser anunciada e, de algum modo, apresentada e discutida. Basicamente, foram os primeiros passos de nossos trabalhos em Barbalha; nesta ocasião específica, portanto, como se tratava de uma reunião em que fomos apresentados à comunidade, a questão retrocitada da mediação não se aplicou.

Voltando ao início do parágrafo anterior em que falávamos sobre o quão interessante nos afigurava tal reunião, mormente quando algumas questões-chaves foram postas, apresentadas, há que se mencionar que o primeiro ponto que nos tornou mais atenciosos referiu-se ao destaque e às reclamações provindas dos carregadores os quais teciam considerações quanto à relação que se estabelecera, quando do carregamento do “pau de Santo Antônio”, entre eles e os membros da polícia, que acompanhavam a festa, principalmente quando os carregadores atingiam a zona urbana de Barbalha. O que se pronunciava, ao longo da ocasião, é que o comportamento policial durante as festas anteriores apresentava-se um tanto quanto pouco condizente,

pois, com o universo do processo de carregamento. Os relatos acusavam a ação policial de equivocadamente violenta, incapaz de compreender a lógica subversiva, inversa e de fé que caracteriza as ações dos carregadores.

Desta forma, aos olhos de quem chegava pelas primeiras vezes a fim de presenciar, vivenciar a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, e, de certo modo, poucos elementos conhecera – apenas algumas imagens correntes veiculadas em jornais ou televisão, bem como as lembranças fortuitas de relatos de quem já a visitara por motivos e propósitos distintos –, as manifestações que chamavam atenção e, portanto, enchiam os olhos de interesses referiam-se de algum modo aos elementos considerados tradicionais. Apenas com o tempo, deixando um pouco de lado a vermelhidão do barro que contextualiza uma grande parte do carregamento, assim como o colorido disperso das roupas de tantos brincantes e os sons característicos de cada uma das manifestações presentes ao longo da festa, íamos atentando para o restante, para os bastidores, apertos de mão, reclamos e, mesmo, alaridos que nos permitiam, como indícios, ver e pensar aquela tradição de uma maneira distinta.

A experiência da tradição se forja vinculando passado e presente, explicitando, de algum modo, permanências. A tradição nos remete a elementos, dentre os quais os discursivos, que expressam e indicam relações incontestáveis entre o passado, ou melhor, o passado comum referente à ideia de um coeso grupo social e o seu presente. Posto que as práticas tradicionais sejam permeadas por descontinuidades e recriações, as narrativas e elementos que indicam continuidade tornam-se imprescindíveis,

como a estabelecer uma outra ideia de relação temporal; tais práticas chamam o passado ao presente e buscam construir uma coerência narrativa entre temporalidades distintas, concebendo a origem de determinada união, as razões para vínculos e sentimentos comunitários e identitários.

Souza (2000), tecendo considerações sobre a festa, elenca três momentos que considera fundamentais para a sua compreensão na medida em que a ocorrência de algumas transformações levam a mudanças que, de certa maneira, influenciam a forma como se desenvolve tal manifestação. O primeiro refere-se à atuação do pároco José Correia Lima, estendendo-se aproximadamente de 1928, quando ocorre a criação – 6 – da manifestação – 7 –, à década de 40; nesse primeiro momento o referido autor considera predominante o aspecto religioso.

O segundo momento seria da década de 40 até os primeiros anos da década de 70. O autor afirma que, a partir da década de 40, ocorrerá a “carnavalização da festa” – 8 –, implicando, portanto, ampliação no que se refere à participação popular em detrimento de um teor mais religioso da manifestação, que caracterizou a fase anterior conforme já mencionamos. A festa não mais estaria restrita e atrelada aos rituais católicos, ainda que, sem lugar a dúvidas, a instituição continuasse a expressar fundamentalmente momentos centrais e imprescindíveis ao longo de toda a celebração.

Por fim, como terceira fase indicada pelo autor, pode-se dizer que tal caracterização nos remete a aspectos da configuração atual da festa. Ou seja, no domingo em

que ocorre o carregamento e hasteamento do pau da bandeira, logo pela manhã, por volta de cinco horas, alguma movimentação já vai ocorrendo, sobretudo o som inconfundível das bandas cabaçais que principiam a trilha de um roteiro cujo propósito central é construir a ideia de um espaço que remete os expectadores a expressões que supostamente aludem a noções como “cultura brasileira” e “cultura popular”.

Outros tantos folguedos se posicionam e vão tomando conta do espaço; sob o sol a pino e a cumplicidade retumbante da Igreja Matriz e do casario antigo, os sons, movimentos e coloridos das manifestações, além do exotismo de tantas presenças ilustres para quem inevitavelmente os olhares convergem, marcam o tom da diferença e da mistura organizada. No mesmo domingo no qual os grupos de folguedos se manifestam dispersos pelas adjacências do largo onde se encontra a Igreja Matriz, e que desfilam como uma marcha seguindo a bandeira de Santo Antônio, ocorre o carregamento do “pau” por um percurso de aproximadamente seis quilômetros, provindo do sítio Flores até o local destinado ao hasteamento do “pau da bandeira de Santo Antônio”.

O carregamento – que, decerto, é um dos momentos centrais da festa – reúne uma porção de homens dedicados ao esforço enorme de levar adiante, em seus braços e ombros, a condução, em direção ao local de hasteamento, de uma árvore desgalhada, cuja extensão chega a vinte e dois metros, ou mais, e o peso a aproximadamente duas toneladas, duas toneladas e meia, estando um pouco mais leve no dia em que será transportada por ser posta a secar, ao longo de quinze dias, na chamada

“cama do pau”, exatamente durante o intervalo entre o dia em que ocorre o corte da árvore e o referido carregamento. Após visível tenacidade e esforço realizado, assim como recompensado, em meio às brincadeiras de duplo sentido, ou demonstrações várias de virilidade, como nas simulações de embates corporais ou consumo demasiado da “cachaça do Senhor Vigário”, a festa, nos dias que seguem, apresenta seu fervor religioso nos noitários e procissões até o dia 13 de junho, data em que se celebra o santo padroeiro de Barbalha. Os passos e demonstrações de fé dividem as expectativas com atrações artísticas que visitam a cidade neste período e que atraem uma porção de interessados ao parque da cidade.

A festa vai sendo construída na proximidade entre os novos elementos que passam a incorporar a lógica e configuração da manifestação como um grande evento cultural e turístico da cidade de Barbalha, capaz de dar visibilidade ao município, atraindo milhares de pessoas que se deslocam em busca do movimento, das atrações musicais e, sem dúvida alguma, da irreverência das narrativas que garantem o poder milagroso do “pau de Santo Antônio” – capaz de levar ao altar a moça que lhe toque com muita fé ou que venha a bebê-lo em chá, assim como o interesse refere-se às manifestações ritualizadas de fé, sobretudo quando se trata de uma experiência que não se pode vislumbrar em quaisquer paragens; a tradição, portanto, torna-se um atrativo a parte.

A busca pelo tradicional, e aí referimo-nos às nossas percepções quando em Barbalha chegávamos a nossas primeiras viagens, não deixa de ser um interesse pelo

outro; a idealização do outro localizado em um passado cristalizado em trajes, músicas, rezas, artefatos e determinados movimentos que, a uma certa distância, imprime toda a coerência de uma manifestação que já não se evidencia tão facilmente, sobretudo nos grandes centros urbanos; é como se tais manifestações sobre as quais estamos a falar expressassem valores e interesses que de jeito algum reportam às conformidades da vida urbana, às transformações e velocidade dos avanços tecnológicos, aos individualismos, excessos de consumo e paranoias de uma complexa rede de relações que caracterizam eminentemente a vida contemporânea.

As distintas matérias de jornais sobre a Festa de Santo Antônio nos permitem evidenciar certa paisagem delineada. O inventário desenvolvido pelo Iphan, assim como todo o processo visando ao registro de tal bem cultural, ao passo que dialoga com todo um aparato narrativo e imagético construído ao longo de décadas, que sem dúvida referencia diversos sentidos atribuídos à cidade e à manifestação, reforça e institui a festa como símbolo inquestionável que se refere à ideia de uma tradição, de uma trajetória comum de determinado grupo social.

A Festa de Santo Antônio configura uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 32) que passa a tê-la como referência de lugar de origem; quase como um símbolo pátrio que, de alguma forma, indica semelhantes, estrangeiros, indica reconhecimento. A Festa de Santo Antônio, na medida em que, por sua enorme dimensão, atrai atenções de toda a mídia do Estado, além da mídia de veiculação nacional, como alguns programas de televisão, torna-se um forte elemento de reconheci-

mento de Barbalha e dos barbalhenses. Durante a festa, o mundo parece convergir seus olhares, que se expressam nas inúmeras câmeras, reportagens e turistas curiosos que indicam claramente o interesse forasteiro.

A ideia de identidade, ao tempo que indica o desenvolvimento de um trabalho ideológico muitíssimo bem elaborado, delimita, exclui, assim como constrói a ideia quase incontestável e coerente de um passado comum. Sob a égide das identidades culturais correm narrativas que se debruçam na experiência compartilhada e nas lembranças, que também denotam, sem lugar a dúvidas, certa cumplicidade, amparada, pois, em um tempo distante.

A continuidade torna-se elemento sem o qual a ideia de identidade perderia o passado como forte instrumento de sua concepção. Destarte, memória e história afiguram-se de forma relevante em tais processos. Na Festa de Santo Antônio, em Barbalha, evidenciam-se, claramente, descontinuidades que geram fricções e discussões à medida que expressam mudanças no âmbito do que seria a estabilidade ritualística. As mudanças ou atualizações por que passa a festa nem sempre se aproximam dos elementos ritualizados, mas surgem geralmente como estratégia cujo propósito seria a implementação de novos atrativos com vistas à ampliação do público, dos consumidores da festa.

Le Goff (2003, p. 538) menciona que os documentos são monumentos na medida em que são produtos sociais, resultam “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária e involuntariamente – determinada imagem de si

próprias”. Torna-se, portanto, imprescindível desconsiderarmos a ideia de naturalidade quando estamos a tratar de bens culturais, de forma a se perceber que a atribuição de valor é o resultado de relações sociais, de relações envolvendo distintos sujeitos, e seus discursos, dotados de interesses vários, implícitos ou explícitos, e menos uma característica inata aos referidos bens culturais; como afirma Chuva (1998, p. 243), “não há patrimônio dado *a priori*”.

O patrimônio cultural, as tradições e as identidades não deixam de ser um conjunto de discursos e práticas por meio dos quais se vão conformando sempre narrativas de sentidos. Os significados vão ganhando corpo quando da idealização e construção do curso, no calor dos embates, das formulações e reformulações de argumentos e assertivas. No jogo de tais representações – 9 –, as narrativas se vão delineando, forjando coerências, ao tempo que se instituem símbolos, códigos, regras tácitas.

E assim, em meio aos instrumentos, às políticas que nos conformam o cotidiano da atividade técnica, própria de um órgão público cuja função é a preservação do patrimônio cultural, percebemo-nos, por vezes, camuflados de técnicos, enrijecidos pelo rigor de legislações e orientações jurídicas, administrativas que se chocam brutalmente com os profissionais que trazemos para além da função técnica; afinal, não há uma mera fantasia e uma vestimenta que nos tornem historiadores; somos, tão simples assim; e é sempre um alívio saber que a única rigidez que nos apetece levamos ao rigor do método, do uso das fontes e da escrita, e é bom que assim seja.

De resto, aos dissabores dos processos administrativos, das viagens cansativas, de idas e vindas, fica sempre o sabor das novidades, dos perímetros que se estendem dentro de nossas cabeças, a cada viagem, como a acompanhar o consumo das estradas pelo automóvel, que nos permite velocidade e distância, além do enorme prazer da cumplicidade das amizades que se vão instituindo, regada pelas preocupações comuns, resoluções compartilhadas, mesmo perante o desconforto de algumas reuniões, das muitas horas dentro de um carro; os rumos comuns podem vincular, e aí, não deixa de ser doce o trajeto, a expectativa da peixada que estar sempre programada, ou na ida ou na vinda, das boas histórias gargalhadas, daquela música que de, tão linda, nos traz a memória à tona, a saudade de casa, mesmo que em prazerosa companhia, da amiga Ítala e do amigo Vicente, companheiros tenazes de todo o processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP. v. 7, n. 1. p. 134-150, jun. 2011.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: *reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: *a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). Inventários de identificação: *um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SOUZA, Océlio Teixeira de. A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antonio de Barbalha (CE): *entre o controle e a autonomia (1928-1998)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.